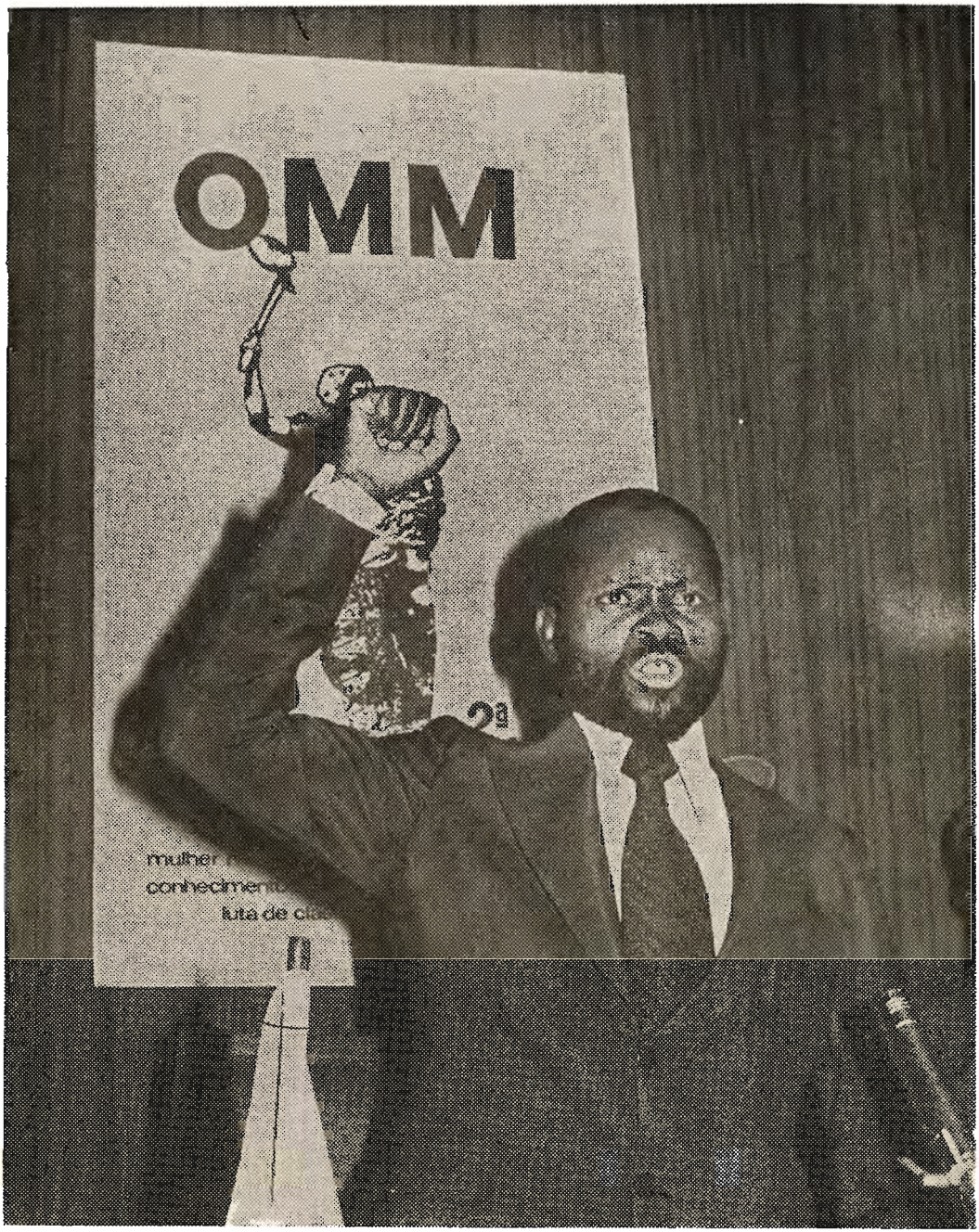
DOCUMENTOS DA 2ª CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA REALIZADA EM MAPUTO 10 a 17 de NOVEMBRO de 1976

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

DOCUMENTOS DA II CONFERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA

REALIZADA EM MAPUTO DE 10
A 17 DE NOVEMBRO DE 1976

1977 — IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE



«Saudamos em resumo, a mulher trabalhadora, a mulher que conquista e exerce o poder na nossa Democracia Popular, a mulher que edifica a base material e ideológica da sociedade socialista»

«A I Conferência teve por quadro Tunduru. A sala era modesta, a chuva torrencial fustigava-nos, alojámo-nos em palhotas. Muitas delegadas marcharam longos e difíceis dias, vencendo bombas e encharcadas, para darem a sua contribuição. É bom lembrarmo-nos desta diferença de cenários, para medirmos o caminho realizado e o preço de sangue pago pelo nosso Povo, para sermos hoje o que somos» — Camarada Samora Machel no acto da abertura da II Conferência da O. M. M.

DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA MACHEL NO ACTO DE ABERTURA DA II CONFERÊNCIA DA O. M. M.

Na nossa Pátria já independente, na nossa Pátria de operários e camponeses realizamos a II Conferência da OMM. Mais de três anos decorreram sobre a I Conferência, três anos de combate, de vitórias, três anos construídos com sacrifícios e sangue.

A I Conferência teve por quadro Tunduru. A sala era modesta, a chuva torrencial fustigava-nos, alojámo-nos em palhotas. Muitas delegadas marcharam longos e difíceis dias, vencendo bombas e encharcadas, para darem a sua contribuição. É bom lembrarmo-nos desta diferença de cenários para medirmos o caminho realizado e o preço de sangue pago pelo nosso Povo para sermos o que hoje somos.

Evocação e saudações à Mulher

Por isso queremos iniciar os nossos trabalhos evocando a memória da Mulher Moçambicana, da militante que de armas na mão se sacrificou, da patriota obscuramente massacrada nas chacinas coloniais, da mulher determinada que nos campos da morte anonimamente desapareceu, da trabalhadora que nas plantações e fábricas entregou a juventude, a saúde e a vida.

Pedimo-vos pela Mulher Moçambicana sacrificada, um minuto de silêncio. Através das delegadas queremos endereçar as nossas saudações à Mulher Moçambicana, do Rovuma ao Maputo.

Saudamos a mulher operária e a mulher camponesa organizada em cooperativas, saudamos a mulher soldado, saudamos a mulher de vanguarda engajada na frente decisiva da luta de classes, da luta pela edificação da base material do Poder operário-camponês. Saudamos a mulher educadora e a mulher estudante, combatente na frente da ciência, a frente que nos liberta da ignorância, obscurantismo e superstição, a frente que nos conduz a mobilizar a natureza em favor do progresso. Saudamos a mulher na batalha da saúde, a mulher que liberta o nosso Povo da doença, do sofrimento e da morte. Saudamos a mulher funcionária e empregada, que presta serviços essenciais ao povo e à economia nacional. Saudamos a mulher esposa e mãe, a forjadora das novas gerações de continuadores da Revolução.

Saudamos, em resumo, a mulher trabalhadora, a mulher que conquista e exerce o Poder na nossa Democracia Popular, a mulher que edifica a base material e ideológica da sociedade socialista.

Aqui estamos de todas as regiões do nosso País.

Mulheres de Cabo Delgado, que dez anos de combate forjaram e temperaram, mulheres que aguentaram o peso da guerra, mulheres que derrotaram os generais portugueses e contribuíram decisivamente para liquidar os novos exploradores.

Mulheres de Niassa, que estenderam a luta a toda imensa Província, que superando os obstáculos da baixa densidade de população, percorreram muitos milhares de quilómetros transportando material. Mulheres que arrancavam à terra três colheitas anuais para apoiar a luta e a reconstrução nacional.

Mulheres de Tete que assumiram o papel estratégico da sua Província, que venceram a batalha do Zambeze e transportaram a luta para Manica, Sofala e Zambézia. Mulheres que exemplarmente cumpriram o dever internacionalista, desafiaram massacres e bombardeamentos rodesianos e sul-africanos para apoiar a chama da guerra no Zimbabwe.

Mulheres de Manica e Sofala, mulheres que pela sua determinação abalaram os centros estratégicos e económicos do colonialismo e

provocaram o seu colapso. Mulheres que constituem hoje uma retaguarda estratégica segura da luta do Zimbabwe.

Mulheres da Zambézia, mulheres da ofensiva final contra o colonialismo, mulheres que acendem a fogueira que devora as manobras neocolonialistas.

Mulheres de Nampula, mulheres que mantiveram e desenvolveram o combate patriótico diante da maior concentração das forças inimigas. Mulheres que se colocaram na vanguarda do combate pelas cooperativas e aldeias comunais.

Mulheres de Inhambane, mulheres que desencadearam o combate contra os latifundiários, mulheres que aniquilaram manobras de reaccionários e fantoches.

Mulheres de Gaza, mulheres que arrancaram à terra riqueza para o país, mulheres que enfrentam agressões e massacres dos rebeldes rodesianos, mulheres que são uma base de apoio da libertação do Zimbabwe.

Mulheres de Maputo, mulheres que vencem as últimas agressões colonialistas, mulheres dos levantamentos populares que esmagam o 7 de Setembro e 21 de Outubro, mulheres activamente empenhadas no combate de classe contra o quartel general da reacção.

As mulheres de Maputo recebem a nossa II Conferência. Elas criaram condições materiais favoráveis ao sucesso dos nossos trabalhos. Endereçamos-lhes pois os nossos agradecimentos.

Saudamos as mulheres moçambicanas e saudamos também as suas irmãs de classe do mundo inteiro.

Saudamos as mulheres dos países socialistas, a mulher que acaba de celebrar o aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro e edifica o Novo Mundo.

Saudamos as mulheres heróicas da Indochina, as mulheres que simbolizaram a determinação e a capacidade das massas, as mulheres que esmagaram a maior agressão imperialista.

Saudamos as nossas irmãs de Angola que amanhã festejam o 1.º Aniversário da sua independência, um ano de combates e vitórias gloriosas. Saudamos as nossas irmãs da Guiné-Bissau e Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, que no sacrifício, connosco edificaram a liberdade e a independência. Saudamos as mulheres africanas, como nós

portadoras das cicatrizes dum passado de exploração e opressão e hoje engajadas na luta pela liberdade e progresso. Saudamos a mulher da África do Sul que se levanta irresistivelmente contra a montanha do «apartheid» e abala o centro nevrálgico racista e do nazismo na África Austral. Saudamos as mulheres da Namíbia e as mulheres do Zimbabwe que de armas na mão combatem pela independência nacional.

Saudamos as mulheres da Palestina, do Chile, do Sara Ocidental, de Timor-Leste, as mulheres do mundo, que com sacrifícios imensos, na tortura e no sangue, edificam a independência, a democracia, a justiça, a paz, o progresso e, fazendo-o libertam-se a elas próprias e contribuem para a libertação da Humanidade.

Definição correcta do inimigo e da contradição principal

Caras Camaradas,

Para estudarmos a situação actual da Mulher Moçambicana é preciso que analisemos criticamente o trabalho efectuado depois da I Conferência da O. M. M. Para melhor podermos situar o combate travado pela Mulher Moçambicana pela sua emancipação, devemos colher a experiência fértil destes últimos anos da nossa História. É uma experiência feita de vitórias mas em que tivemos também alguns insucessos.

A Reunião do Comité Central da FRELIMO, em Dezembro de 1972, definindo o novo carácter da nossa luta, isto é, a transformação da luta de libertação nacional em Revolução Democrática Popular, recomendou que se realizasse uma Conferência das Mulheres Moçambicanas.

No dia 4 de Março de 1973 teve início em Tunduru a I Conferência da Mulher Moçambicana, em que estiveram presentes representações das mulheres engajadas em todos os sectores da luta, originárias de todas as Províncias do nosso País.

Era fundamental, para o processo revolucionário, que a Mulher Moçambicana definisse correctamente o inimigo e a contradição principal no seu combate. Só assim seria possível traçar a estratégia e a táctica correctas que lhe permitiriam definir claramente o seu papel

de parte integrante do processo revolucionário e não como um elemento à margem, um elemento observador ou complementar da Revolução.

Por isso dissemos que «A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo».

A I Conferência da Mulher Moçambicana definiu como contradição principal o sistema de exploração, sendo o aspecto principal dessa contradição.

A causa da sua opressão era a existência em Moçambique da exploração. Ficou claramente afirmado que a contradição antagónica não era entre a mulher e o homem que a seu lado combatia o colonialismo. A contradição antagónica situava-se entre a mulher e o sistema de exploração do homem pelo homem, entre a mulher e a propriedade privada dos meios de produção, de que o colonialismo era a expressão principal do nosso País.

Portanto, a contradição situava-se entre os explorados, mulheres e homens, e a ordem social imposta ao nosso povo trabalhador, o colonialismo português.

Era evidente pois que a estratégia do combate de emancipação da mulher se inseria na estratégia global da libertação nacional e da emancipação das classes trabalhadoras. A tarefa fundamental da Mulher Moçambicana era a sua integração em todas as frentes da luta da libertação nacional.

Com a I Conferência criou-se a organização democrática de massas: A Organização da Mulher Moçambicana. À O. M. M. cabia a tarefa de mobilizar e organizar todas as mulheres do nosso País no combate pela libertação nacional, pela emancipação das classes trabalhadoras, pela emancipação da mulher.

Definido o inimigo, traçada a estratégia e a táctica do combate, identificada a tarefa principal, com uma linha política correcta de orientação, estavam criadas as condições para que a batalha da emancipação da mulher desse um passo decisivo.

No entanto, no período que se seguiu à I Conferência verificamos que a O. M. M não conseguiu assumir a essência das suas tarefas.

Porquê?

Primeiro, porque a sua direcção foi incapaz de estabelecer estruturas, os instrumentos para realizar as tarefas. Se não há estruturas capazes, não há dinamismo.

Segundo, porque a própria O. M. M. não assumiu claramente, na prática, os objectivos que tinham sido definidos. E sem esta clareza, não era possível implementar a estratégia e a táctica.

Terceiro, porque a direcção não soube integrar os quadros do Destacamento Feminino, nem soube compreender a importância da formação de novos quadros. E sem quadros não era possível dinamizar e desenvolver o trabalho da Organização. Sem eles não poderia haver distribuição das inúmeras tarefas que cabiam à O. M. M.

Quarto, porque no seio da O. M. M. persistiram concepções erradas da tarefa da mulher: a mulher continuou a considerar-se como uma força de apoio ao homem e não como uma parte integrante e decisiva das forças revolucionárias.

Mas é preciso também salientar, entre as causas que constituíram entrave à emancipação da mulher, a atitude do homem, ainda dominado por preconceitos do passado, preconceitos da sociedade feudal e capitalista. A concepção da mulher como objecto de prazer, como mero instrumento de procriação, como ser que não sente a necessidade de se emancipar, a concepção da mulher como complemento da actividade do homem — propriedade privada do homem — tudo isto continuava a subsistir na mentalidade de muitos homens.

Em resumo, depois da I Conferência continuou a haver camaradas no nosso seio que consideravam a luta pela emancipação da mulher como um combate secundário.

No entanto um importante trabalho foi levado a cabo. As estruturas da FRELIMO, as estruturas do Destacamento Feminino superaram a inoperatividade da O. M. M. e foram capazes de enquadrar uma vasta massa de mulheres nas tarefas centrais da libertação nacional.

Um grande número de mulheres adquiriu uma rica experiência prática no seio do Destacamento Feminino. Elas participaram activamente na mobilização e organização das massas populares, na organização das milícias populares. Os quadros do Destacamento Feminino dirigiram e apoiaram o povo na produção colectiva dos bens materiais.

De importância particular foi a participação do Destacamento Feminino na batalha ideológica e de classe contra as concepções e práticas feudais nas zonas libertadas, contra as concepções e práticas decadentes burguesas. Neste c o m b a t e, é fundamental salientar o Destacamento Feminino além de ter sensibilizado a mulher, sensibilizou o próprio homem. Este foi pois um combate de transformação da sociedade.

Podemo-nos orgulhar dos quadros que foram forjados pelo Destacamento Feminino. Podemo-nos orgulhar também do heroísmo demonstrado pela Mulher Moçambicana no campo de batalha.

A mulher não capitulava perante as maiores dificuldades. A mulher não desertava. A mulher não abandonava a arma. Lembramo-nos aqui, como fonte de inspiração, aquela camponesa de Cabo Delgado, em Novembro de 1973 que, ferida e com o filho morto nas costas, foi capaz de trazer à base e entregar o cano de morteiro 82 mm que lhe fora confiado no Rovuma. Lembremo-nos aqui do exemplo de Emília Dausse, Josina Machel e de tantas outras heroínas que pela vida e pela morte educam as novas gerações.

Incapacidade de definição das tarefas concretas para a nova fase de luta

Caras Camaradas,

A 7 de Setembro de 1974 consagrou-se em Lusaka a vitória da luta armada de libertação nacional, a derrota político-militar do colonial-fascismo português.

Com a capitulação do exército de ocupação, é desfechado um golpe decisivo na manobra neocolonial que se seguiu à queda do fascismo em Portugal, e inicia-se uma nova fase no nosso combate.

Tinham sido criadas condições para a extensão a todo o País das conquistas democráticas e de classe das zonas libertadas.

À O. M. M. abria-se também uma nova dimensão do combate com características novas: começava um combate a nível nacional.

Nas zonas rurais a acção da O. M. M. passava a abranger as zonas ocupadas, as plantações, os aldeamentos, novas mulheres traumatizadas pela opressão e humilhação do colonialismo.

Nas próprias zonas libertadas a tarefa essencial, a luta armada de libertação nacional terminara.

Pela primeira vez, a O. M. M. tem que se organizar nas zonas urbanas, tem que enquadrar a classe operária feminina, tem que combater a alienação da pequena e média burguesia, tem que enfrentar os problemas das mulheres marginais e delinquentes corrompidas pelos falsos valores da sociedade colonial-capitalista.

Esta nova situação implicava, necessariamente, uma análise científica profunda para a redefinição correcta do inimigo, dos objectivos actuais e, consequentemente, a elaboração da estratégia e da táctica adequadas para a luta de emancipação da mulher.

O período de Transição criou uma grande esperança na mulher, consciente da sua opressão. Daí, o seu grande entusiasmo. Constatamos que esse entusiasmo esmorece e se transforma em desmobilização gradual, visto que a O. M. M., não tendo analisado a nova situação, não se mostrou à altura de dar uma resposta organizada e correcta e, assim, canalizar essa profunda motivação e fazer dela uma força material na transformação da sociedade.

Qual era pois a situação?

Quais as suas características?

Nas zonas rurais a Mulher Moçambicana, camponesa, conheceu o colonialismo como sistema de repressão, essencialmente através da máquina administrativa colonial. Conheceu-o como sistema de exploração e pilhagem nas machambas, nas cantinas e nos mercados. Conheceu-o como força que lhe arrancava o marido e filhos adultos para a degradação e miséria do trabalho forçado. Mas a sua vida caracterizava-se ainda por uma forte predominância dos valores ideológicos da sociedade feudal.

A vida da camponesa moçambicana é condicionada por práticas feudais como o lobolo, os ritos de iniciação, os casamentos prematuros.

Ela é vítima da poligamia e do obscurantismo. Na sua educação foi-lhe inculcado o espírito de tribalismo e regionalismo. Dentro deste contexto, não lhe é permitido participar em qualquer discussão e

decisão; ela é privada da troca de experiências. Na sociedade tradicional, a capacidade criadora da mulher é reprimida.

A camponesa moçambicana, em geral, não é objecto directamente da influência da ideologia e da cultura do colonial-capitalismo. No entanto, nos últimos anos da ocupação estrangeira do nosso País, verifica-se uma desesperada tentativa do sistema colonial de levar ao campo os seus valores. Essa penetração é tentada por duas vias: a do obscurantismo religioso, utilizando como instrumento as igrejas; e a da penetração militar da corrupção mental e moral, utilizando como instrumento a psicossocial e o exército colonial. A acção psicossocial procurava recuperar e revalorizar os aspectos mais reaccionários da sociedade tradicional feudal, promovendo o lobolo, apoiando a poligamia e fomentando os casamentos prematuros. Paralelamente, criava condições para que os chefes e os notáveis da comunidade se integrassem nos valores culturais burgueses. Procurando moldar o homem aos seus preconceitos, o colonialismo acentuava o desprezo pela mulher, acentuava a opressão e degradação da mulher.

Os sectores das zonas rurais onde a mulher sofre influência directa do modo de vida dos colonialistas são as missões religiosas, os aldeamentos, as grandes plantações e as áreas em contacto estreito com quartéis. Aqui a penetração cultural junto das mulheres faz-se sentir essencialmente através dos vícios degradantes como o parasitismo e a prostituição e, ligado a estes, o alcoolismo e o roubo. Nas missões, o processo é mais subtil. Procura-se inculcar através do obscurantismo religioso na jovem camponesa moçambicana os preconceitos e um modo de vida à imagem e semelhança da pequena burguesia rural ocidental. A dependência da mulher era reforçada com a atitude de submissão e resignação que lhe era infundida. Um exemplo revoltante destes métodos era o de transformar as jovens camponesas alunas, em centro de recrutamento de esposas modelo, da pequena burguesia e aristocracia feudal, agentes difusores da contracultura estrangeira e burguesa.

Nas zonas libertadas, a mulher, que começara a assumir as suas tarefas na luta armada de libertação nacional, que adquiria consciência, capacidade de decisão e espírito de iniciativa, que estava

engajada no combate ideológico contra o feudalismo e o obscurantismo, vê-se, no fim da guerra, submetida a duas ofensivas nefastas:

Primeiro, pelo regresso dos refugiados que, no exterior do País, não tinham sofrido qualquer transformação.

Segundo, pela influência dos hábitos de vida corruptos das zonas que não tinham vivido o processo da guerra e das quais parte a ofensiva do obscurantismo religioso.

Simultaneamente terminada a guerra, nas zonas libertadas manifesta-se uma incapacidade de definição das tarefas concretas para a nova fase da luta.

Complexidade dos problemas que se põem nas cidades

Caras Camaradas,

Se a O. M. M. já tinha experiência da luta pela emancipação da mulher em zonas rurais, a Organização tem de enfrentar agora, pela primeira vez, a complexidade dos problemas que se põem nas cidades.

A cidade constitui o sector da sociedade moçambicana onde a dominação ideológica e cultural do capitalismo e colonialismo mais se faz sentir. A mulher urbana era sujeita, quotidianamente, ao modelo de vida e à lógica de consumo, montados pela máquina de propaganda da classe dominante. O fenómeno da moda, especialmente dirigido à mulher, era um dos grandes veículos de penetração dos valores morais e estéticos da burguesia colonialista e factor de despersonalização.

A necessidade de desenvolvimento do capitalismo forçam o sistema a integrar um número crescente de mulheres em actividades produtivas; tendo em conta a discriminação salarial em função do sexo, isto significa uma maior exploração e lucro para o capitalista. Esta integração no entanto cria na mulher trabalhadora uma capacidade de compra e de consumo. Na verdade, o aumento da sua capacidade de consumo facilita a penetração da lógica e dos valores da burguesia, como modelo de vida, por consequência uma maior alienação da mulher.

É por isso que a zona urbana é uma zona de desagregação da sociedade tradicional. Porém, porque os novos valores burgueses apenas se apresentam como modelo a copiar e eles só são assimilados superficialmente, como um verniz, certos aspectos da tradição sobrevivem coexistindo. Víamos jovens aceitarem a prática do lobolo para, em seguida, vestidos segundo a moda, se dirigirem solenemente ao Registo Civil ou à Igreja. Quantos casos conhecemos, dos chamados evoluídos e cultos que, para resolverem um problema amoroso, consultavam o curandeiro!

A cidade era, por excelência, o centro de contravalores, o centro de vícios, o centro de alienação.

Contudo, as zonas urbanas eram também o centro da agudização das contradições sócio-económicas. Era na cidade onde havia uma demarcação clara e constante entre a miséria e o luxo. Era na cidade onde o pobre via a sua pobreza aumentar dia a dia, escarnecida pelo desenvolvimento desenfreado da riqueza, da ostentação e do esbanjamento. Era na cidade que se confrontavam permanentemente os complexos de superioridade e inferioridade, o rancor racial, o desprezo e o ódio.

Tais contradições favorecem o aparecimento de uma consciência mais ampla e aguda, de maior debate de ideias, de uma constante troca de experiências, face à evidência da exploração.

A mulher, se bem que segregada no seio da família, consegue com as suas camaradas de trabalho ou com as suas vizinhas de bairro, participar neste processo de consciencialização.

Na cidade, zona de estratificação social demarcada, a mulher assume a sua personalidade da classe.

Temos em primeiro lugar a mulher operária, que surge na fase do desenvolvimento do capitalismo no nosso País. Ela vive segregada do homem, seu companheiro de trabalho, seu irmão de classe, quer por acção do capitalismo, quer por influência dos vestígios da sociedade feudal. O capitalismo isola a mulher operária do homem operário, pela discriminação salarial em função do sexo e pela suprema humilhação da exploração sexual a que sujeita a mulher na fábrica.

Esta prática degradante determina a grande incidência de mães solteiras no seio da classe operária. O tradicionalismo sobrevivente no seio da família e na mentalidade masculina faz com que a mulher seja marginalizada pelo homem na discussão e participação na luta política. Esta marginalização acentua-se no sector da mulher operária mais inculta.

Um grande número das mulheres da cidade vivem na condição de domésticas. Conforme é predominante a concepção feudal ou a concepção burguesa do lar, assim a sua vivência se aproxima da mulher camponesa ou do modelo colonial-capitalista da dona de casa. Mas de um modo ou de outro a mulher doméstica está marginalizada dos problemas essenciais da vida social. A própria natureza do trabalho da mulher doméstica determina a sua concepção individualista do mundo.

Reduzida a uma existência apagada e fútil sem opinião e sem iniciativa, ela torna-se muitas vezes guardiã dos preconceitos feudais ou burgueses, o veículo principal de transmissão do obscurantismo tradicional ou religioso.

Há depois a mulher da pequena e média burguesia, fruto da apressada promoção económica que o colonial-capitalismo tentou nos seus últimos anos e que a sucessiva manobra neocolonialista reforçou.

Este processo de integração na pequena e média burguesia não é, porém, através da apropriação dos meios de produção. Verifica-se essencialmente pela mera assimilação dos seus valores culturais, ideológicos e morais.

É o caso de muitas funcionárias e empregadas domésticas ou de escritório e, mais recentemente, de estudantes.

Na sua precipitada busca de promoção social, a mulher da pequena e média burguesia procura macaquear o modelo de vida das burguesias estrangeiras, seguindo as modas, copiando as maneiras, decalcando os vícios. Chega assim ao estádio supremo da sua alienação quando assume o carácter utilitário e decorativo da mulher burguesa da civilização capitalista ocidental e recusa a sua origem. Todos nós conhecemos exemplos revoltantes de pessoas que vão ao ponto de, por complexo, renegar a própria mãe.

Dificuldades de adaptação

Caras Camaradas,

Estes são alguns dos aspectos mais característicos da situação que se depara à O. M. M. no momento em que a sua acção se estende a todo o País.

As estruturas da Mulher sentem dificuldades na fase presente.

Os quadros do Destacamento Feminino, ricos da experiência fecunda das zonas libertadas, encontram obstáculos a uma rápida adaptação às condições e aos problemas das cidades. Diante da pequena burguesia urbana, que domina as modas e pretende falar com propriedade, quadros veteranos do combate de libertação e do combate de classe, sentem-se intimidados e, em vez de se imporem como modelo, deixam-se por vezes arrastar pelo modo de vida burguês. Permanecendo essencialmente afectadas a tarefas de segurança e defesa, não participam nas reuniões da O. M. M., ficam à margem das mulheres urbanas e permitem, assim, a infiltração. Não transmitem, por isso, à mulher da cidade a sua experiência e não desempenham a função de agentes de enquadramento e dinamização na nova fase do processo revolucionário.

A O. M. M., como já dissemos, não tendo estudado a nova realidade que surgira da libertação do País, permitiu o assalto das suas estruturas pelas representantes da pequena e média burguesia que, aparentando espírito patriótico que camufla a técnica de substituição, surgem no primeiro momento, como as mais capazes de dar resposta aos problemas da cidade.

Estes elementos trazem para o seio da O. M. M. as duas concepções dominantes da burguesia colonial sobre o papel da mulher na sociedade:

A primeira concepção é a da mulher como senhora da alta sociedade tipo Movimento Nacional Feminino, Acção Católica, etc. A sua actividade social é fundamentalmente caritativa. Para ela, a emancipação da mulher operário-camponesa é acima de tudo alfabetizar, ensinar a cozinhar e ensinar a bordar. É assim que surgem cursos de

costura, lições de cozinha, festas de caridade para as crianças pobres, organizados pela O. M. M. Para que servia aprender isso se a operária e a camponesa nem sequer tinham máquina de costura e fogão a gás? Onde pôr a toalha bordada na palhota inundada? Qual era a contribuição concreta, para o progresso da emancipação da mulher e para o avanço do processo revolucionário?

A outra concepção errada, manifestou-se sobretudo ao nível duma juventude infectada de radicalismo pequeno-burguês. Para ela, a opressão da mulher era a contradição principal da nossa sociedade. O inimigo principal era o homem. O objectivo fundamental a conquistar era o liberalismo social e a promiscuidade sexual que caracterizam o homem burguês na sociedade capitalista desenvolvida.

Estas concepções erradas dominaram a O. M. M. principalmente ao nível das cidades, até época recente. Por isso, o conteúdo político da acção mobilizadora da Organização não engajou as classes revolucionárias da sociedade.

A O. M. M. limitou-se a repetir «slogans» antifeudais que não abriam perspectivas de novas conquistas mobilizadoras para a mulher, nem respondiam aos problemas essenciais que a mulher sentia. A luta pela emancipação da mulher reduziu-se, assim, a meros chavões.

A concepção retrógrada que o homem tem sobre o papel da mulher na vida social não foi combatida. O homem não foi mobilizado para este combate. Verificamos isso na composição dos próprios grupos dinamizadores, onde raramente aparece uma mulher a assumir uma tarefa de responsabilidade, para além das que lhe são confiadas no quadro da O. M. M.

Assim, perante uma Organização que não respondia aos seus problemas, perante uma Organização que lhe dizia o que não devia fazer mas sem lhe indicar para onde devia avançar, pressionada em casa pelo homem, pela tradição feudal ou pelos preconceitos burgueses, a Mulher Moçambicana começou a desmobilizar-se.

A constatação deste facto determinou a necessidade de se reverem a estrutura e os métodos de trabalho da O. M. M. A preparação para a II Conferência, recomendada pela 8.ª Sessão do Comité Central

da FRELIMO, permitiu um levantamento dos problemas e a definição das prioridades da fase actual do processo de emancipação da mulher.

Os seminários distritais e provinciais, a troca de experiências e o amplo debate que permitiram, constituem matéria de estudo fundamental para esta II Conferência.

Com base na reflexão sobre a fecunda vivência da luta armada de libertação nacional, enriquecida pela difícil experiência vivida após a capitulação do colonialismo português, a Mulher Moçambicana deve traçar as novas perspectivas de trabalho para a sua Organização.

Em primeiro lugar é fundamental a definição correcta do inimigo.

Para isso, põe-se a questão de compreender a etapa do nosso processo, isto é, que a democracia popular em que vivemos constitui o primeiro passo após a libertação política, para a construção da sociedade socialista.

As principais tarefas que actualmente se apresentam ao Povo Moçambicano são:

— edificar a base material e ideológica para a construção da sociedade socialista;
— reforçar a aliança operário-camponesa;
— consolidar a soberania nacional;
— apoiar a luta de libertação dos povos irmãos.

À concretização destes objectivos opõem-se duas forças:

Por um lado, o feudalismo, estrutura sócio-económica em decadência que corresponde ao sector menos produtivo, mais retrógrado, isolado e anticientífico da sociedade moçambicana.

Por outro lado, o capitalismo, força que vinha em ascensão nos últimos anos no nosso País, negação da sociedade feudal, com vocação técnica e exploradora, representante no nosso seio do imperialismo internacional e cuja expressão social é a burguesia, com a sua ideologia de classe.

O capitalismo, em tanto que sistema de exploração das massas trabalhadoras e em tanto que gerador de uma ideologia discriminatória da mulher na sociedade, constitui o inimigo principal na fase actual da nossa luta.

Para levar a cabo vitoriosamente este combate, as forças fundamentais da Revolução são: a classe operária, força capaz de conceber e dirigir a luta contra a opressão e a exploração.

No caso específico da Mulher Moçambicana, é necessário destacar, entre as nossas forças, os quadros do Destacamento Feminino compostos por operárias e camponesas temperadas no combate prolongado contra o feudalismo, contra o capitalismo e os novos exploradores, contra as concepções erradas da emancipação da mulher.

A classe operária, a classe camponesa e o Destacamento Feminino constituem a fonte permanente e inesgotável de quadros para as fileiras da O. M. M. e da FRELIMO.

Porém, vimos que no seio da classe operária e da classe camponesa a mulher sofre diversas formas de opressão e discriminação. É justo, portanto, que se ponha a questão: qual é o factor decisivo para o avanço da mulher?

A História mostra-nos, desde os tempos mais remotos, que o factor que determina a predominância do homem em relação à mulher foi a sua constante participação na tarefa principal em cada período do processo do desenvolvimento da sociedade. Na divisão social do trabalho o homem esteve sempre afectado à tarefa transformadora. Por outro lado, à mulher foi sempre confiada a tarefa secundária, uma tarefa essencialmente de conservação.

Assim, vemos o homem, na sociedade primitiva, ocupar-se da caça, da destronca, da produção de excedentes, da guerra. À mulher, cabe gerar e amamentar os filhos, cuidar da produção de subsistência, numa palavra, apoiar o realizador da tarefa principal.

Sempre que na História a Mulher, individual ou colectivamente, por acaso ou por vontade própria, assumiu e se engajou na tarefa principal da sua sociedade, ela progrediu, emancipou-se e assumiu sem complexos o seu papel na sociedade.

A nossa própria experiência revelou-nos esta realidade. Tivemos frequentes exemplos entre as camaradas do Destacamento Feminino. Quando começavam o treino, apresentavam-se visivelmente inferiorizadas em relação ao homem. Muitas vezes, quando terminavam a preparação, apesar dos seus progressos, ainda o seu nível era inferior.

No entanto, verificava-se que, sendo favoráveis as condições que permitiam a libertação da sua energia criadora, essa mulher rapidamente se emancipava, superando muitas vezes o homem que continuava ligado a tarefas secundárias.

Constatámos, deste modo, que o factor decisivo da emancipação da mulher é o seu engajamento na tarefa principal, na tarefa transformadora da sociedade que naquela fase era a luta de libertação nacional.

Qual é portanto a tarefa principal na fase presente da Revolução?

Ao definir como palavra de ordem «Ofensiva política e organizacional generalizada na frente da produção», o Comité Central da FRELIMO, na sua 8.ª Sessão em Fevereiro deste ano, exprimiu aquela que é a tarefa principal da presente fase do nosso processo:

A edificação da base material e ideológica para a construção da sociedade socialista.

Portanto na implementação desta estratégia do combate que tem por objectivo a construção do socialismo, a tarefa principal é a produção e a forma principal de acção a luta de classes.

Se é estritamente necessário definir uma estratégia correcta para o combate, é também fundamental elaborarmos uma táctica adequada.

Durante a guerra popular a integração da mulher no Destacamento Feminino, única fonte de quadros da O. M. M., foi definida como táctica correcta.

Hoje, libertado todo o nosso País, definida a tarefa principal, a fonte de quadros alargou-se à classe operária e às camponesas cooperativistas. A fábrica e a cooperativa agrícola constituem as frentes de batalha da produção e da luta de classes.

Na formação destes quadros dois tipos de obstáculos principais se levantarão:

Um, será o obscurantismo, a superstição e a tradição, contra o qual se terá de combater com o estudo científico e a participação nas tarefas práticas da produção.

O outro, será a falta de consciência da sua própria condição de ser duplamente explorada. A arma principal de luta contra este obstáculo deverá ser o estudo político, a troca de experiências de sofrimento, a discussão colectiva.

A vitória organiza-se

Caras Camaradas,

A vitória organiza-se.

Já analisámos a situação concreta do nosso País. Definimos a contradição principal. Definimos concretamente o inimigo na fase presente. Estudámos qual era a nossa força principal e a sua situação. Em função destes dados, e vistos os objectivos e a tarefa principal, determinámos a estratégia e táctica do nosso combate. Soubemos localizar o factor principal para acelerar o processo da libertação da mulher.

Importa agora definirmos as estruturas, isto é, os instrumentos operacionais que permitirão a aplicação criadora das nossas decisões.

A O. M. M. é uma organização democrática de massas. Quer isto dizer que a sua linha política, a sua estratégia, são definidas pela FRELIMO onde se agrupa a vanguarda da nossa classe trabalhadora.

É no quadro da estratégia do Partido que as organizações democráticas de massas levam a cabo tarefas específicas que no seu conjunto se destinam a mobilizar, a organizar e enquadrar as largas massas na construção do socialismo, via que conduz à libertação da Humanidade.

Os quadros da direcção da O. M. M. têm que ser escolhidos entre militantes do Partido para assegurar uma direcção correcta e evitar o seu desvio ideológico. Importa manter o máximo de vigilância para salvaguardar o predomínio da classe operária e camponesa nos órgãos da O. M. M. de forma a garantir que a Organização permaneça um elemento dinâmico na batalha de classes.

A O. M. M. deve criar as condições para que as suas militantes activas, vindas das fábricas, das cooperativas e do Destacamento Feminino, enquadrem a vasta massa das Mulheres Moçambicanas na luta pela emancipação da mulher e a construção do socialismo.

Ela organiza-se nos locais de residência e a sua unidade de base é o bairro urbano ou a povoação.

A partir da localidade ela deve organizar conferências regulares. Estas poderão ser plurianuais na localidade e anuais no distrito. Ao nível da província estas poderão ter lugar anualmente enquanto que as conferências nacionais se realizariam uma vez todos os dois ou três anos.

Órgãos deliberativos e executivos deveriam funcionar em todos os escalões a partir da localidade, encarregadas de velar pela aplicação das directrizes, discutir e sumarizar as experiências, dirigir a estrutura no intervalo das conferências.

Em cada escalão, os órgãos da O. M. M. deverão coordenar a sua acção com as restantes organizações democráticas de massas e integrá-la na acção geral do Partido.

Igualmente, no seu trabalho de educação e difusão de ideias correctas, no seu combate ideológico e de classe, na sua luta contra as ideias e práticas retrógradas, a O. M. M. deverá esforçar-se por sensibilizar o homem, levá-lo a apoiar a batalha da libertação da mulher que é parte integrante e fundamental da Revolução.

Preparação do III Congresso da FRELIMO

Caras Camaradas,

Inicia-se a II Conferência da O. M. M. no momento em que a classe trabalhadora moçambicana prepara o III Congresso da FRELIMO.

O III Congresso vai modificar profundamente a vida do nosso País, a nossa vida, a vida dos nossos filhos. Ele vai definir a tarefa de cada um de nós durante todo o período de Democracia Popular.

Em todo o País, desencadeia-se o processo de discussão e enriquecimento das teses do III Congresso.

Em todo o País, a classe trabalhadora aumenta a produção em apoio ao III Congresso.

A O. M. M. deve participar nesta batalha.

A O. M. M. deve engajar as mulheres a aumentar a produção e a discutir e a enriquecer as teses do Congresso.

A O. M. M. mobilizará e organizará as mulheres na realização das tarefas gigantescas determinadas pelo III Congresso da FRELIMO.

A nossa batalha é parte integrante da batalha pelo Socialismo e é fundamental para o triunfo da Revolução Socialista

Caras Camaradas,

Estamos fortes das discussões e do estudo que fizemos nas semanas em que preparámos a II Conferência.

Estamos enriquecidas pelas férteis discussões levadas a cabo nas numerosas reuniões realizadas nos distritos e províncias.

Participam nos nossos trabalhos quadros veteranos da luta de libertação nacional, quadros forjados e temperados no processo da guerra popular, da luta contra os velhos e novos exploradores. Connosco estão jovens quadros, formados nas recentes batalhas da luta de classes, da luta contra as manobras do capitalismo e do imperialismo, quadros que se temperam nas tarefas exaltantes do aumento da produção, da liquidação do analfabetismo, ignorância, miséria, doença, obscurantismo.

Na nossa Conferência façamos uma ampla troca de experiências que nos conduza a um pensamento comum, instrumento real da libertação da mulher e da transformação da sociedade.

Saibamos analisar e beneficiar das experiências revolucionárias da mulher dos países socialistas, da experiência da mulher nos países colonizados, nos países fascistas que combatem pela independência e pela democracia. Que todos os combates revolucionários, que todos os combates pela autêntica libertação da mulher nos sirvam de fonte de inspiração e estímulo.

Caras Camaradas,

Em nome do Comité Central da FRELIMO declaro solenemente aberta a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana.

A nossa batalha é parte integrante da batalha pelo socialismo e é fundamental para o triunfo da Revolução Socialista.

Viva a FRELIMO!

Viva a Organização da Mulher Moçambicana!

Viva a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana!

Viva a Revolução Socialista!

Viva a Libertação da Mulher!

A Luta Continua!

Maputo, 10 de Novembro de 1976.

RELATÓRIO DA COMISSÃO COORDENADORA NACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA À II CONFERÊNCIA DA O. M. M.

Camaradas membros do Comité Central da FRELIMO,
Camaradas membros do Comité Executivo da FRELIMO,
Camaradas membros do Conselho de Ministros,
Camaradas delegadas,
Camaradas:

Permitam-me em nome da Comissão Coordenadora Nacional da Organização da Mulher Moçambicana e em nome de todas as Mulheres Moçambicanas, saudar, em primeiro lugar, o Comité Central da FRELIMO, nossa vanguarda revolucionária, que dirigido pelo Camarada Presidente Samora Moisés Machel, soube conduzir e desenvolver até à vitória final a Luta de Libertação Nacional, unindo todo o Povo Moçambicano na defesa da nossa causa comum e justa: a luta contra o colonialismo português e o imperialismo.

Saudamos calorosamente o Comité Central da FRELIMO, pela clareza ideológica com que tem conduzido as massas trabalhadoras do nosso País levando-as de vitória em vitória na frente organizacional e da produção. Assim, defendendo intransigentemente os seus interesses,

as massas trabalhadoras consolidam, dia após dia, o poder popular democrático, consolidam a nossa Independência Nacional.

No processo de transformação de luta armada numa Luta Revolucionária, o Comité Central da FRELIMO, na sua sessão de Dezembro de 1972, consciente da necessidade de libertação da mulher como uma exigência da própria luta e do seu triunfo, decidiu criar a Organização da Mulher Moçambicana, instrumento para mobilizar, organizar e unir todas as mulheres, integrando-as no processo revolucionário.

É devido a todas as vitórias conquistadas pelo Povo Moçambicano, dirigido pela FRELIMO, que hoje nos encontramos aqui reunidas, mulheres vindas de todas as províncias do nosso País e de todas as camadas sociais. Discutiremos a condição da mulher na nossa sociedade. Discutiremos a sua condição de oprimida e explorada e, orientadas pela Linha Política da FRELIMO, tentaremos encontrar as soluções mais correctas para a sua total integração no processo revolucionário, tendo em conta as realidades concretas do nosso País.

É por isso que dirigimos as nossas primeiras saudações ao Comité Central da FRELIMO dirigido pelo Camarada Presidente Samora Moisés Machel.

Em segundo lugar, saudamos o Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique, órgão executivo máximo do nosso Poder, instrumento de acção para a materialização da Linha Política da FRELIMO, para a edificação da nossa República Popular e para a consolidação do Poder Popular Democrático com base na aliança operário-camponesa. É o Conselho de Ministros que, orientado pela FRELIMO, tomou e toma medidas tendentes a melhorar a situação do nosso Povo e a desenvolver o nosso País. Assim, nacionalizando as clínicas privadas, as escolas, os serviços funerários e a advocacia pôs a Saúde, a Educação, o Direito e a Justiça ao serviço de todo o Povo nacionalizando a terra e os prédios de rendimento, devolveu a terra ao Povo e deu ao Povo o seu direito a melhores condições de habitação. Finalmente, e em particular, tendo em conta a condição específica de mulher, sempre ignorada pelo regime colonial, promulgou um decreto que concede a todas as mulheres trabalhadoras uma licença de sessenta dias no período da maternidade. Esta medida constitui um passo

importante na protecção da mãe e da criança, princípio consagrado pela Constituição da República Popular de Moçambique.

Estas são grandes vitórias da aliança operário-camponesa e em geral de todo o Povo Moçambicano, unido e organizado pela sua vanguarda revolucionária — a FRELIMO.

Saudamos também todas as camaradas e, em particular, a Camarada Josina Machel, todas aquelas que deram a sua vida durante os duros e longos anos de Luta de Libertação Nacional. Estas camaradas souberam compreender e assumir as preocupações da FRELIMO, e pelo seu exemplo vivo materializaram o princípio revolucionário da libertação da mulher. Engajaram-se em todas as frentes de combate: de armas na mão, nos hospitais, nas escolas, na produção agrícola, nos infantários, e souber sempre levar avante e com sucesso as suas tarefas, muitas vezes à custa de grandes sacrifícios. No plano externo também contribuiram para a mobilização da opinião internacional a favor da nossa causa justa. Este engajamento consciente e decidido, não só contribuiu para a sua emancipação como para o avanço da própria luta. Mais ainda, no plano da emancipação da mulher, foram estas camaradas que contribuiram, pela sua prática revolucionária, para a destruição de conceitos errados, ainda existentes na nossa sociedade.

Queremos também saudar todas as delegadas aqui presentes que, em representação de todas as mulheres das suas províncias, dos seus distritos, localidades, residências, sectores de trabalho, trazem as preocupações e as aspirações das mulheres de todo o País e são um reflexo da realidade complexa que as mulheres constituem nesta fase actual.

Dentro do espírito internacionalista e porque a nossa luta não é uma luta isolada, queremos dirigir saudações às nossas Irmãs que, no Continente Africano e em particular na África Austral, lutam pela conquista e consolidação da Independência Nacional, lutando assim pela sua emancipação. Saudamos as mulheres dos Países Socialistas, nossos aliados naturais, que nos têm dado todo o seu apoio já desde a luta armada de libertação nacional e cuja condição é o exemplo da mulher liberta de todas as formas de opressão. Saudamos a todas as Organizações Femininas Democráticas Nacionais e Inter-

nacionais, e, de uma maneira geral, a todos os que individual ou colectivamente lutam pela dignificação da mulher e pelos seus direitos enquanto cidadã.

Não queremos deixar de saudar também todos os que, compreendendo o significado e importância da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, não se pouparam a esforços, e criaram condições, quer de trabalho, quer de apoio humano e material para que a Conferência fosse realizada com um mínimo de dificuldades.

I — IMPORTÂNCIA E OBJECTIVOS DA II CONFERÊNCIA

Num novo contexto histórico, que se caracteriza essencialmente pela consolidação do Poder Popular Democrático e pela conquista do Poder Económico para a consolidação da Independência Nacional; nesta fase em que se agudiza a luta de classes no nosso País e em que o Imperialismo e os seus lacaios tentam por todos os meios deter o progresso irreversível do processo revolucionário, toma lugar pela primeira vez em Moçambique uma Conferência da Organização da Mulher Moçambicana!

Constituindo um marco na história da FRELIMO, na história do Povo Moçambicano e em particular da mulher, ela reveste-se de grande importância, pois que inserida neste contexto histórico é, acima de tudo, uma expressão do carácter popular revolucionário da FRELIMO.

A II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana é também uma constatação da necessidade e vontade já comprovadas do engajamento da mulher na Revolução.

Assim como no passado, durante a Luta Armada de Libertação Nacional, a I Conferência da Mulher Moçambicana definiu a estratégia de integração da mulher no processo revolucionário, integrando-a na tarefa principal daquela fase — a Luta Armada, hoje a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana vai permitir mais uma vez à mulher, dirigida pela FRELIMO, definir a sua integração necessária e imperiosa no novo contexto histórico; vai permitir definir a sua integração e participação na tarefa principal da FRELIMO

e da República Popular de Moçambique — a unidade política e ideológica e a conquista do poder económico para o progresso social.

É dentro desta perspectiva que, nesta fase de Reconstrução Nacional, com a participação activa de mulheres, representantes das mulheres de todas as províncias do nosso País e de todas as camadas sociais, engajadas em vários sectores de actividades, a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana irá permitir a dinamização da Organização, criando-lhe uma estrutura sólida e uma direcção efectiva. A II Conferência deve transformar a Organização num instrumento de acção, braço necessário da FRELIMO, na batalha de classes para a consolidação do Poder Popular.

Assim, a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana irá permitir dar mais um passo decisivo na luta pela emancipação da mulher.

II — PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA ARMADA

1 — O Destacamento Feminino como elemento transformador dos valores sociais

Desde o início da Luta Armada em 1964, a mulher aderiu à FRELIMO e demonstrou a sua capacidade no cumprimento das tarefas que lhe eram confiadas.

A sua participação começou por se limitar a diversas tarefas de apoio à luta como seja o transporte de material, produção, saúde, segurança, etc. Em Outubro de 1966, na reunião do Comité Central da FRELIMO, decide-se a criação do Destacamento Feminino. A preparação político-militar estendida também às mulheres dar-lhes-ia uma maior capacidade ofensiva e defensiva. Era também importante que o seu trabalho fosse inserido numa estrutura organizada, o que elevaria o seu nível de conhecimento e organização.

Assim, em 1967, um grupo de camaradas vai para o Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea fazer o seu treino político-militar, o primeiro treino político-militar para as mulheres.

A criação do Destacamento Feminino tem como objectivo permitir à mulher uma melhor participação no processo da Luta, em que para além das tarefas de mobilização e organização das massas, produção,

segurança, saúde e educação, ela passa a participar directamente na frente do combate.

A criação do Destacamento Feminino resulta da necessidade de integração e participação da mulher na tarefa principal de então — a Luta Armada. É esta participação que lhe vai permitir ter uma visão global e profunda do processo da luta que se desenvolve no País.

A força mobilizadora principal da mulher reside no facto de ela própria demonstrar na prática tudo quanto lhe era até então negado. É assim que homens e mulheres renitentes, vendo a mulher de armas na mão, sentem-se mais encorajados e juntam-se às nossas fileiras.

As mulheres das populações, vendo as camaradas do Destacamento Feminino, começam a compreender o papel que podem desempenhar no processo do desenvolvimento da Luta Armada.

O Destacamento Feminino, parte integrante das F. P. L. M., orientado pela Linha Política da FRELIMO, desenvolve o combate contra as práticas tradicionais, degradantes e humilhantes a que a mulher está submetida. É o Destacamento Feminino que passa a constituir o veículo de transmissão dos novos valores sociais.

Paralelamente ao Destacamento Feminino, encontramos as milícias onde também estão integradas mulheres das populações que trabalham directamente ligadas às estruturas das F. P. L. M., quer do Destacamento Masculino, quer do Destacamento Feminino.

Contudo é preciso referir que este processo não conhece o mesmo grau de evolução em todas as províncias em luta.

a) *Em Cabo Delgado,* onde há maior densidade populacional, maior concentração e homogeneidade dos valores tradicionais, haveria uma relativa facilidade na realização do trabalho. No entanto, no seio do Destacamento Feminino há incorrecções que limitam a capacidade do trabalho das responsáveis. A mentalidade ainda existente de submissão total da mulher ao homem faz com que as responsáveis do Destacamento Feminino sejam às vezes vítimas da falta de respeito por parte das suas unidades. Por um lado estas só aceitam ordens dadas pelos homens, e por outro, os homens não reconhecendo o valor real que elas representam como estruturas, interferem no seu trabalho, e por vezes actuam

com punições directas às suas unidades sem o seu conhecimento ou participação.

Não obstante estas situações o Destacamento Feminino tem a sua autoridade no seio das populações de quem merece o maior respeito e admiração e o seu trabalho não esmorece. É assim que a mulher no Destacamento Feminino, continuando a mobilizar e a organizar as massas para a luta na produção, no transporte do material, nos hospitais, nas escolas, nos infantários, etc., demonstra ter assumido as tarefas que lhe foram confiadas.

b) No Niassa, a situação difere pelo próprio condicionalismo demográfico — menor densidade provocada pelo êxodo para o exterior e maior diversificação de crenças e hábitos. Nesta Província, a capacidade da mulher é posta à maior prova porque maiores são as distâncias que deve caminhar, maiores os perigos a que se encontra exposta devido à dispersão populacional. A sua capacidade mobilizadora é experimentada pelas diferenças étnicas e de hábitos culturais das populações que determinam toda uma série de dificuldades no envolvimento da mulher na Educação, na Saúde e nas Forças Populares. A título de exemplo, muitos pais se recusam a que as suas filhas frequentem as escolas pois sabem e vêem que na FRELIMO ela não mais entrará nos ritos de iniciação, não mais casará prematuramente; contudo a mulher organiza as milícias, participa no Comando Provincial, Distrital e merece o respeito de todos sem grandes dificuldades. O seu trabalho avança mesmo quando limitada pelas crenças tradicionais de que ainda não está completamente liberta.

c) Em Tete, a falta de comunicação com as outras províncias, a alienação das mulheres devido ao seu contacto com a religião cristã, a diversificação étnica e certos hábitos da Província criaram dificuldades no trabalho da mulher. A dependência incondicional das mulheres em relação ao homem que daí resulta, determina a que a sua participação nas tarefas da luta seja possível somente enquanto solteira. A agravar esta situação existe o problema de escassez de quadros.

Em conclusão podemos dizer que o Destacamento Feminino representa uma grande vitória para o Povo Moçambicano e em particular para a mulher, pois constitui o exemplo vivo da mulher no seu processo de libertação.

O engajamento da mulher na Luta de Libertação Nacional permitiu o maior engajamento das populações em geral. A mulher integrada, libertando a sua iniciativa criadora, começa a ser capaz de desenvolver as suas capacidades a todos os níveis de concepção, organização e planificação das tarefas. Passa a participar mais profundamente e directamente na transformação da velha ordem social.

No entanto, o baixo nível político em que a mulher ainda se encontra, os valores tradicionais que inculcam na mulher o conceito da sua auto-inferioridade, determina que após o casamento, e em casos de maternidade, o elemento do Destacamento Feminino deixa de ser um elemento activo e frequentes são os casos em que deixa de participar nas tarefas que lhe cabem.

É de reforçar que a falta de estruturas de enquadramento fora da base, a falta de orientações sobre as tarefas concretas que a mulher pode realizar durante a maternidade enquanto Destacamento Feminino, são factores importantes que a levam a não permanecer na base, durante e após a maternidade. É assim que muitas vezes assistimos a uma desmobilização de elementos dinâmicos do Destacamento Feminino.

2 — Criação da Organização da Mulher Moçambicana em 1972, e I Conferência da Mulher Moçambicana em 1973

Como resultado do desenvolvimento impetuoso da Luta Armada e fundamentalmente pela transformação do processo da Luta Armada numa Luta Revolucionária, o Comité Central da FRELIMO, reunido em Dezembro de 1972 e respondendo à consciência crescente das mulheres, cria a Organização da Mulher Moçambicana. A O. M. M. aparece assim como um braço da FRELIMO, instrumento para mobilizar, organizar e unir toda a mulher, permitindo assim o seu engajamento no processo revolucionário.

Em implementação das decisões do Comité Central da FRELIMO realiza-se em 4 de Março de 1973 a I Conferência da Mulher Moçambicana, onde estão presentes delegadas de todas as províncias do País, do Rovuma ao Maputo.

Foi assim que, orientadas pela FRELIMO, mulheres engajadas no Destacamento Feminino e noutros sectores de actividade e de todas as camadas sociais, discutiram a sua condição e definiram o seu inimigo — o sistema geral de exploração. Foi possível também encontrar métodos mais correctos de combate, através do engajamento da mulher nas diversas tarefas que a Luta Armada exigia.

Analisadas as bases sócio-económicas que oprimem e exploram a mulher, a I Conferência da Mulher Moçambicana concluiu que eram entre outras tarefas prioritárias:

a) Popularização da Linha da FRELIMO sobre a emancipação da Mulher:

Significa, que o Destacamento Feminino deve dinamizar o processo de criação de estruturas no seio das mulheres da população onde as orientações da FRELIMO devem ser explicadas, estudadas e discutidas, bem como o espírito que dominou a I Conferência.

b) Aumento do efectivo do Destacamento Feminino, coluna vertebral da FRELIMO na luta pela emancipação da mulher, devendo assumir a tarefa de vanguarda da O. M. M.

c) Elevação do nível político e educacional das mulheres.

d) Organização de cursos para formação de quadros do D. F. e da O. M. M., sob a orientação do Comité Executivo.

e) Dinamização do processo de definição de tarefas concretas para todas as mulheres, no local de residência e em cada sector de trabalho.

f) Organização de seminários provinciais e nacionais para troca de experiências.

g) Visita aos centros de refugiados a fim de os mobilizar para as tarefas da luta.

h) Promover a criação de novo tipo de relações homem-mulher, modificando a sua concepção sobre o casamento e o lar. O casamento deve ser realizado na base de amor militante, para que cada lar seja um estímulo para melhor realização das tarefas revolucionárias.

i) Mobilizar a opinião internacional a favor da luta travada pelo nosso Povo. Exprimir a solidariedade da mulher e do Povo Moçambicano para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos povos do mundo inteiro.

3 — Trabalho realizado pela mulher após a realização da I Conferência até 20 de Setembro de 1974

3.1. *No plano interno*

A I Conferência da Mulher definiu tarefas concretas para a Mulher Moçambicana.

3.1.1. Em resposta a Mulher Moçambicana desenvolve acção nas Províncias:

a) *Na Província de Cabo Delgado*, é convocado um seminário provincial das mulheres que teve a duração de três meses, no qual foram estudadas as orientações da I Conferência e definida a estratégia de aplicação.

Como resultado, as mulheres pela primeira vez escolhem elas mesmas as responsáveis que as representariam e orientariam: uma responsável provincial e suas adjuntas e uma secretária que foram distribuídas pelos sectores para o prosseguimento do trabalho. Cumprindo o princípio de que o Destacamento Feminino é a vanguarda da O. M. M., elemento dinamizador da Organização, a responsável pertence àquela estrutura.

Assim, em Cabo Delgado, a partir de 1973 inicia-se a campanha de reconstrução de infantários, escolas, hos-

pitais; as mulheres na O. M. M. assumem a responsabilidade de organizar as massas para estudo político, transporte de material, diversificação da produção no campo agro-pecuário e artesanal.

Contudo em Março de 1974, o Comité Provincial dissolve as estruturas da O. M. M. por se terem desviado das orientações.

São indicadas novas responsáveis provinciais que se esforçam por consolidar as estruturas da O. M. M. no seio da população. Na realidade, Cabo Delgado é a única província que conseguiu instalar correctamente a O. M.M. No círculo, na localidade, existiam grupos e secções da O. M. M. que realizavam tarefas rotativamente, quer se tratasse de transporte de material, quer de melhoramento nos infantários ou nos centros sanitários.

O Destacamento Feminino acompanha passo a passo o trabalho da O. M. M., assumindo a sua posição de vanguarda.

As dificuldades de comunicação não permitem, no entanto, troca de experiências com as outras províncias e a experiência de Cabo Delgado não é transmitida às outras Províncias até ao Governo de Transição.

b) *Na Província do Niassa*, a situação é diferente. Não são criadas estruturas a nível da O. M. M. É ainda o Destacamento Feminino que, respondendo às exigências da luta, continua a realizar as tarefas que lhe foram confiadas, agregando as mulheres das populações no seu cumprimento.

O Destacamento Feminino, representado pelas suas responsáveis, assume a direcção da organização das massas. Desloca-se para os sectores, onde distribui tarefas concretas pelas mulheres. Estas trabalham sobre a coordenação e orientação do Destacamento Feminino, intensificando-se a prática da discussão com as massas. São engrossadas as fileiras do Destacamento Feminino, com o envio de mais camaradas para o C. P. P. M.

Os infantários organizados e dirigidos pelo Destacamento Feminino acolhem tanto filhos das populações (O. M. M.) em missão nas Frentes de Combate, como filhos dos combatentes, e ainda crianças órfãs. É a mulher que se engaja na produção para manutenção desses infantários.

No capítulo da transformação dos hábitos sociais, as populações resistem. O trabalho da mobilização para acabar com as práticas tradicionais é difícil, muitas vezes porque os próprios elementos da vanguarda não possuem convicções profundas nem uma argumentação com bases científicas.

Contudo a persistência do trabalho e a demonstração na prática vão conseguindo eliminar lentamente esses hábitos.

A dificuldade de comunicação com as outras províncias confina o trabalho do D. F. à sua própria experiência.

c) *Em Tete*, o trabalho realizado após a I Conferência conhece as mesmas dificuldades encaradas no Niassa.

Não chegou a haver responsável da O. M. M. sendo o trabalho político no seio das mulheres realizado pelo Destacamento Feminino.

Também nesta Província são os responsáveis militares que incumbem às estruturas do D. F., em substituição da O. M. M., de organizar e distribuir tarefas no seio da mulher da população que não tem as suas próprias estruturas.

Cria-se um infantário em Sabundo.

Pelas mesmas razões atrás mencionadas, as camaradas desta Província nunca tiveram oportunidade de troca de experiências com as mulheres das outras províncias.

Intensifica-se, no entanto, a participação de jovens na preparação político-militar.

De Manica e Sofala, nada se pode dizer da Organização da Mulher Moçambicana, pois as próprias zonas libertadas estavam em processo de consolidação. Era então a Frente mais recentemente aberta.

Até Setembro de 1974 não foi realizado o seminário interprovincial definido nas conclusões da I Conferência, e somente Cabo Delgado realizara o seminário provincial.

3.1.2. *Campos da FRELIMO no exterior*

1 — *O Centro de Tunduru* era, talvez, o centro mais complexo que a FRELIMO tinha no exterior. Comportava diversos sectores de actividade: o infantário, o centro educacional, o centro social e por fim as mães, esposas de militantes. Após a realização da I Conferência passa a ser Sede da O. M. M. A Direcção máxima da O. M. M. tem a sua sede neste Centro. Contudo, não chega a realizar um trabalho político ao seu alcance no sentido de transformar as esposas de militantes em militantes da FRELIMO. Não há orientações nem contactos com as Províncias em luta. As estruturas das Províncias, como já se constatou, são na sua maioria militares e não a nível da Organização da Mulher Moçambicana.

2 — *O Campo de Dar-es-Salaam* é centro de passagem. As mulheres dificilmente se reúnem, não podendo portanto realizar algum trabalho consequente. Contudo é através do centro que as mulheres moçambicanas contactam com o exterior. É de lá que partem as delegações e para lá regressam sem que haja qualquer contacto posterior com as Províncias. As mulheres que aí permanecem durante algum tempo, ou estão em cumprimento de tarefas específicas ou em tratamento médico.

3 — *Em Mtwara*, centro hospitalar, encontram-se mulheres como enfermeiras ou hospitalizadas ou ainda em aprendizagem profissional. As mulheres organizam-se para realização de tarefas como artesanato, infantário e produção para apoio do hospital.

Existem alguns conflitos com a Direcção do Campo. A interpretação da emancipação da mulher, em termos de igualdade mecanicista com o homem, provoca crises no centro. As mulheres acabam por abandonar as suas tarefas.

A Organização da Mulher Moçambicana não avança devido às contradições com a Direcção, ao tribalismo, ao elitismo e ao regionalismo que as camaradas não conseguem superar.

No respeitante à mobilização da opinião internacional para a Luta Moçambicana, este Centro estabelece laços de solidariedade com a secção local de Umoja Wa Wanawake, Organização das Mulheres Tanzanianas.

4 — *No Campo de Preparação Político-Militar de Nachingwea* não há nenhuma tarefa organizada no sector da O. M. M., e como campo de preparação político-militar só são realizadas tarefas de estudo político, militar, produção e em certas ocasiões alfabetização.

Não existiram estruturas nem trabalho da O. M. M. porque as camaradas só permanecem o tempo necessário para o treino.

5 — *Rutamba*, campo de refugiados e sob controlo do Governo Tanzaniano é um local onde a influência da FRELIMO pouco ou nada se fez sentir. Moçambicanos ali residentes não se envolveram na Luta Armada e desenvolveram pelo contrário todo um conjunto de vícios combatidos pela FRELIMO. A situação do campo em nada beneficia com a realização da I Conferência da O. M. M.

3.2. *No plano externo*

Desde os primeiros tempos da criação do Destacamento Feminino, a Mulher Moçambicana tem tido oportunidade de participar em reuniões internacionais e em seminários onde contacta as mulheres de outros países trocando com elas valiosas experiências.

1 — De referir que em 1968 a Mulher Moçambicana contacta com as mulheres sudanesas no seminário realizado no Sudão.

Em 1969, em representação da Mulher Moçambicana, uma delegação tem a oportunidade de contactar com as mulheres de todo o Mundo, no Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres que teve lugar em Helsínquia.

Em 1971, a Mulher Moçambicana faz-se representar no Congresso Pan-Africano da Mulher no Congo, Brazzaville.

Em 1972, de novo a Mulher Moçambicana se faz representar na RDA em visita de troca de experiências. Como resultado desta visita, uma delegação da RDA visita Tunduru e Mtwara em 1974.

Ainda em Maio de 1972, a Mulher Moçambicana foi representada no Seminário das Mulheres Afro-Asiáticas, na Mongólia.

O 10.º Aniversário da Conferência Pan-Africana de 1973, realizada em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, conta com a participação da Mulher Moçambicana.

2 — Ainda em 1973, acompanhando a delegação presidencial que visitou a U. R. S. S. e a Roménia, a Mulher Moçambicana teve contactos com as mulheres daqueles países.

3 — A O. M. M. estabeleceu contactos com a mulher italiana.

Em Março de 1974, a Mulher Moçambicana participa no Seminário das Organizações Árabes e Africanas, na Argélia.

Ainda em 1974, a Mulher Moçambicana fez-se representar na Conferência de Umoja Wa Wanawake, na reunião de preparação para o Congresso Mundial das Mulheres e no Congresso Pan-Africano das Mulheres, respectivamente, em Tabora (Tanzânia), na Polónia e Dakar (Senegal).

Como resultado do trabalho efectuado pela O. M. M. na mobilização internacional para a luta do nosso Povo, o nosso País e nossos campos no exterior são também visitados por organizações internacionais, que assumindo a nossa luta se engajam no apoio ao nosso Povo com bens materiais e denúncia à política colonial portuguesa e guerra de agressão contra o nosso País.

O estabelecimento de acordos com as mulheres da RDA materializa-se com a vinda de delegações daquele País.

Iniciam-se os acordos com as mulheres da U. R. S. S., que devido ao golpe de Estado em Portugal são interrompidos em 1974.

Em suma, o trabalho da O. M. M., até 20 de Setembro de 1974, caracteriza-se pela falta de contactos e orientações às províncias por parte da secretária-geral da O. M. M.

A nível da Direcção máxima da O. M. M., não se providencia a criação de estruturas que dinamizem o processo de emancipação da mulher. Não se define uma estratégia de actuação porque a Direcção não vive as preocupações centrais das massas, não tem o sentido popular, vive desligada das massas. O Secretariado-Geral realiza um trabalho isolado.

Apesar da ausência de orientações, o trabalho da O. M. M. nas províncias é desenvolvido criadoramente pelas camaradas do Destacamento Feminino, que tendo assumido as orientações da I Conferência, vão materializá-las junto das massas populares.

III — A O. M. M. E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER DESDE A FORMAÇÃO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DA FRELIMO AO MOMENTO ACTUAL

Decorreram já dois anos após a implantação em todo o País das estruturas da nossa vanguarda, a FRELIMO, no seio das massas populares, a fim de criarem as condições para a extensão do poder popular democrático às zonas outrora sob dominação do sistema colonial-fascista.

Hoje, decorridos dois anos, ao mobilizarmos todas as mulheres para participarem na II Conferência, preparámo-nos para fazer o Balanço, analisar os sucessos e fracassos do nosso trabalho. Percorremos já uma parte da marcha, aprendemos a viver e trabalhar colectivamente.

Por isso crescemos.

No entanto o crescimento não é sempre igual, não tem sempre o mesmo ritmo. Pelo contrário, o crescimento é dialéctico, resulta de uma luta constante entre as ideias velhas e as ideias novas, por isso é feito de avanços e recuos, de sucessos e fracassos.

Importa pois avaliar como crescemos e quanto crescemos. Para tal vejamos como interpretamos as exigências de cada fase da luta revolucionária.

A — *Desde a formação do Governo de Transição à Proclamação da Independência*

Logo após a tomada de posse do Governo de Transição da FRELIMO, materializando as orientações do Camarada Presidente, constituem-se ao nível de cada província, distrito, localidade, aldeia, bairro, repartição, serviço, fábrica, empresa agrícola, em suma, nos locais de trabalho e de residência, grupos dinamizadores com a tarefa de instalar a FRELIMO no seio de toda a população, mobilizar e organizar o Povo, «para que a cada momento o Governo conheça o sentir e o

pensar do Povo ... para que a vontade das massas determine a acção do Governo». (Mensagem de 20 de Setembro de 1974).

Esta primeira orientação a nível nacional apela também a um combate intenso pela emancipação da mulher, duplamente oprimida, «por um lado pelas tradições reaccionárias que a privam de iniciativa no seio da sociedade e a reduzem a simples instrumento do homem, por outro lado, pelo sistema colonial-capitalista que a concebe como objecto de exploração e meio de produção».

É neste momento que a O. M. M. se estende a todo o País, enquadrando toda a mulher, sobretudo a que vive no campo, mais isolada, mais oprimida.

Pela primeira vez a mulher passa a ter uma estrutura que é sua, dentro da qual começa a participar numa vida colectiva organizada. As mulheres reúnem-se para analisar os problemas que as afectam; pela primeira vez participam e pensam acerca da vida e do País, que é necessário reconstruir.

Pela primeira vez a mulher começa a sentir que é também importante para o País.

As reuniões gerais de mulheres sucedem-se em sessões de esclarecimento sobre a linha política da FRELIMO, sobre a necessidade da emancipação da mulher para se atingir uma autêntica e total libertação do nosso Povo.

Todavia, os documentos da Direcção da FRELIMO não são objecto de estudo, mas sim temas de trabalho político prático, como podemos ver pela falta de conhecimentos claros dos objectivos da O. M. M. e mesmo dos verdadeiros motivos que nos levam a combater certos males sociais como a poligamia, o lobolo, etc.

Na realidade, a mobilização atinge uma grande quantidade de mulheres sem, contudo, o trabalho político e científico ser profundo.

Existe sempre um grande entusiasmo para fazer tarefas concretas como verificamos na preparação da Proclamação da Independência Nacional, na preparação da viagem triunfal do Camarada Presidente do Rovuma ao Maputo, no apoio dado quando há algum seminário, vemos as mulheres abrir machambas, e tentar organizar infantários. Verificamos também que em todas as províncias fizeram como pro-

grama concreto da O. M. M. actividades como culinária, costura e bordados.

Isto leva-nos a concluir que a sensibilidade da mulher para realizar tarefas práticas, para executar, está a ser explorada no sentido incorrecto que poderá perpetuar a concepção tradicional do papel da Mulher.

As razões que levaram a haver trabalho político pouco profundo situam-se a vários níveis.

a) *Nível ideológico*

1 — Porque os quadros forjados na Luta Armada, devido à exigência de conhecer e controlar política e militarmente todo o País, estão dispersos e ocupados em tarefas do Governo; a difusão e a propaganda das orientações da nossa vanguarda, é feita por elementos activos, mas sem clareza ideológica como é o caso de:

1.1 — Ex-presos políticos e os «democratas» somente com a experiência prática de luta clandestina;

1.2 — Elementos com alguns estudos, que supunham a FRELIMO ser uma Organização para os instruídos e privilegiados. Em geral é um grupo de elementos com tendências pequeno-burguesas que assaltam as estruturas da FRELIMO, com o objectivo de a transformar em instrumentos para consolidação da sua classe.

Seguindo as orientações da FRELIMO, mas de uma forma espontânea, as massas populares organizam-se, apoiadas, a nível provincial, pelos responsáveis como Governadores provinciais e Chefes do D. D. Provincial, e a nível nacional pelo Comissariado Político Nacional.

b) *Nível organizacional*

Sempre existiram orientações da Direcção máxima da FRELIMO para a O. M. M. mas em geral têm faltado iniciativas para as interpretar e aplicar criadoramente.

É certo que no início a camarada Secretária-Geral encontrava-se na Tanzânia. Devido à ausência física da direcção da O. M. M. algumas camaradas tentam realizar trabalho no seio das mulheres, mas não representam qualquer estrutura.

Isto provou que a iniciativa sem organização conduz aos improvisos e a uma canalização incorrecta das potencialidades das massas populares.

Quando chega a camarada Secretária há um período de entusiasmo, que em breve se desmorona porque se verifica de facto a ausência efectiva da direcção. Revela-se uma total incapacidade de planificação, organização e definição de tarefas concretas da O. M. M., o que conduz a um mau aproveitamento do grande potencial que as mulheres constituem.

Nas províncias, as estruturas estavam já lançadas. Houve trabalho na base de iniciativas mas tudo resultou em trabalho destroncado da direcção.

c) *Nível político*

O programa de trabalho da O. M. M. circunscreve-se inicialmente às sessões de esclarecimento sobre o que é a FRELIMO e a importância de a mulher se integrar nela. Numa fase seguinte, iniciam-se as campanhas contra a prostituição, alcoolismo, lobolo, poligamia, ritos de iniciação, etc.

Em geral, a mulher mais sensibilizada pelo trabalho de mobilização é a que vive no campo e a que vive nos subúrbios da cidade, portanto nos locais de residência.

Notamos um desnível no trabalho realizado nos locais organizados de produção, como fábricas, repartições, onde em geral a receptividade é menor, em particular no sector das mulheres, sobretudo porque as campanhas no seio das massas são dirigidas aos problemas sociais que afectam mais propriamente a vida, e não têm uma relação muito directa com o trabalho.

É de sublinhar que outra causa é o conceito errado de que a O. M. M. é para as «Mamanas».

A situação dos grupos dinamizadores e da O. M. M. em particular foi analisada na 1.ª Reunião Nacional dos Comités Distritais em Mocuba em Fevereiro de 1975. Orientações concretas foram dadas sobre a purificação das fileiras. As nossas forças, na base, iriam então ser reestruturadas.

Assim foram dadas à O. M. M. as seguintes tarefas:

— Elaborar programas políticos de combate à prostituição e ao adultério;
— Apoiar campos de recuperação para as prostitutas renitentes, elaborando tarefas político-militares, de produção agrícola e formação profissional de modo a transformá-las em elementos úteis à nova sociedade;
— Promover campanhas de esclarecimento sobre o casamento, para evitar casamentos prematuros e a compra de esposas, para que o casamento seja um engajamento consciente entre marido e a mulher, na base do amor;
— Promover o combate a bailes, centros de difusão do alcoolismo, prostituição e outros vícios, com um trabalho político de esclarecimento das massas;
— Promover o combate aos ritos de iniciação;
— Promover o combate à poligamia;
— Promover a criação de infantários para crianças abandonadas.

A purificação das fileiras contribui para afastar fisicamente algumas oportunistas mas não as eliminou totalmente.

A impreparação política das responsáveis resultou em que o trabalho continuasse superficial e virado para os trabalhos práticos. No entanto, fazendo o balanço desta fase, vemos que apesar da debilidade do trabalho político, a O. M. M. efectivamente contribuiu para reduzir os vestígios degradantes do colonialismo, como a prostituição, o alcoolismo e alguns traços da tradição feudal, como a poligamia, os ritos de iniciação e os casamentos forçados e prematuros.

O combate por um tipo de vida nova foi iniciado, inspirado na vida das zonas libertadas. A perspectiva próxima da Independência acelerou o combate.

B — *Desde a Proclamação da Independência à fase actual*

Com a Proclamação da Independência no nosso País é materializada a aspiração máxima do nosso Povo, são concretizados os sacrifícios da longa marcha da guerra prolongada e da resistência secular contra o colonial-fascismo.

O Povo, do Rovuma ao Maputo, sob a direcção correcta da FRELIMO, conquistou o Poder Político.

A nossa Pátria libertada constituiu-se num Estado de Democracia Popular, onde «todas as camadas patrióticas se engajam na luta pela destruição das sequelas do colonialismo e da dependência imperialista, pelo aniquilamento do sistema da exploração do homem pelo homem, pela edificação da base material ideológica, político-cultural, social e administrativa da nova sociedade». (Mensagem da Proclamação da Independência, proferida pelo Camarada Presidente em 25 de Junho de 1975).

Entre outros, os aspectos mais importantes desta fase são:

A ofensiva político-ideológica e a conquista do poder económico que visa consolidar o poder popular democrático.

Como é que a O. M. M. interpretou as exigências desta nova fase?

Através dos relatórios das províncias verificamos que, neste momento, continua o combate ideológico contra a concepção tradicional da mulher e contra as sequelas do colonialismo e é activado o combate organizacional, consolidando-se as estruturas nos distritos, devido a deslocações de brigadas de trabalho da estrutura provincial.

Todavia, a estrutura provincial só conhece a situação dos distritos, porque aí trabalhou, sendo mais tarde os distritos que avançam até à base, localidades e círculos.

As brigadas de trabalho visitam os distritos, limitando-se a transmitir as orientações dadas pela Secção de Mobilização sem se preocuparem em conhecer e canalizar os problemas que afectam as massas. Igualmente não se preocupam em avaliar de que forma são implementadas as orientações.

Por exemplo: Se num determinado distrito se encontra uma situação forte de superstição, a brigada conhece este facto mas não

utiliza este dado para planificar uma nova saída do trabalho para o combate à superstição. Limita-se a esclarecer que se deve combater a superstição mas não sabe orientar como combater.

Isto porque a própria estrutura provincial não tem directrizes da Nação, não conhece as suas tarefas.

Nos relatórios não há referência ao trabalho implementado quanto às medidas revolucionárias de nacionalização nem mesmo de implementar a palavra de ordem de nos organizarmos em aldeias comunais.

Isto porque a O. M. M. não participou como elemento que mobiliza e organiza as massas populares, mas sim como elemento que executa.

Integrada no D. M. O., a O. M. M. participa na abertura das machambas colectivas, nas cooperativas, na construção de casas das aldeias comunais, como executora.

Mas, após este trabalho prático, esta experiência não é estudada, não é sistematizada pela O. M. M. de forma a permitir elevar a consciência política da mulher.

Todavia, pelo facto de a mulher ter sido o elemento mais marginalizado da sociedade, ela, mais do que ninguém, devia compreender o significado de as escolas pertencerem ao Povo, porque outrora quando ia à escola o professor dizia que esse não era o seu lugar, devia ir para a machamba e os próprios pais não aceitavam que estudasse porque o seu lugar era em casa. Após os ritos de iniciação a escola já não tinha razão de ser, a menina devia esperar o casamento futuro.

A mulher devia compreender o que significa a saúde estar ao serviço das massas populares, porque ela soube o que é ver os filhos morrerem de malária enquanto percorria as ruas à procura do atestado de pobreza. Porque até ao momento os reduzidos postos de trabalho estavam reservados ao homem, constituindo as mulheres a reserva de mão-de-obra indiferenciada, votada ao desemprego, a mulher devia compreender a importância das aldeias comunais, onde a vida é organizada e onde terá trabalho, onde participará na produção colectiva.

Nos locais onde a produção está organizada, onde não há exploração do homem pelo homem, nas aldeias comunais e cooperativas aí haverá trabalho para todos.

Compreendemos as razões que conduziram a O. M. M. a não ter interpretado as exigências de cada fase da Revolução, se fizermos uma breve análise:

2 — Qual é a situação da O. M. M.?

2.1 — *Estruturas*

2.1.1 — Ao nível da base temos a considerar os Grupos Dinamizadores das Localidades e Círculos, onde a O. M. M. está integrada na Secção de Mobilização. Em geral a subsecção da O. M. M. é constituída por uma responsável que embora muitas vezes escolhida em reuniões gerais de massas, outras vezes foi nomeada pelas outras estruturas do grupo dinamizador aquando da formação destes. A orientação de escolha das responsáveis pelas massas foi muitas vezes baseada no facto de serem casadas e terem demonstrado uma certa actividade em organizar as mulheres para a produção ou saber expor os problemas que as afectam, nas reuniões. Todos estes elementos são de origem camponesa, tanto no campo como na cidade.

A estrutura da base foi quem realmente assumiu a Linha Política da FRELIMO na prática, porque iniciou um processo de vida colectiva, que se manifesta no engajamento da construção das aldeias comunais, na procura de soluções colectivas para os problemas de todos, na participação de cooperativas de produção, nas machambas colectivas, na construção de escolas para a alfabetização.

2.1.2 — *A estrutura distrital* — ligação entre a base e a província.

A subsecção da O. M. M. distrital é controlada pela estrutura provincial que a constituiu aquando das deslocações das brigadas de trabalho. Foi resultado da escolha da população que vive na sede do distrito, sendo constituída, portanto, por mulheres de:

1 — Funcionários — como é o caso do Administrador.
2 — Comerciantes.

Geralmente afastadas da base, têm muitas vezes dificuldades de comunicar com a população, e esta não aceita

a sua autoridade. Assim, o trabalho político fica neutralizado pela não representatividade da estrutura.

2.1.3 — *A estrutura provincial*

Destroncada da Nação, a estrutura provincial apoia-se no camarada Governador ou Chefe do D. D., para conhecer quais as tarefas a realizar e como realizar.

Na sua maioria, as secções provinciais da O. M. M. são constituídas por mulheres que não representam a classe operária e camponesa. No entanto entre estes elementos há os que:

1 — Interpretam correctamente os problemas das massas; ou
2 — São exemplo vivo da burguesia nacional, como foi o caso da província de Sofala.

2.1.4 — *Ao nível dos quadros*

Os quadros temperados da O. M. M. encontram-se sobretudo nas províncias onde a Luta Armada fez nascer as zonas libertadas.

Actualmente, os quadros do D. F. forjados na longa Luta de Libertação Nacional foram dispersos por todo o País. Na sua maioria desligaram-se da prática diária da luta de classes.

Analisando o porquê deste afastamento, encontramos várias razões:

1. *De classe.* Quando chegam à cidade, encontram um ambiente sócio-cultural muito diferente do das zonas libertadas. Aqui adquirem complexos de inferioridade tornando-se passivas.
2. *De espírito de vitória.* A Luta Armada terminou, as tarefas que lhe eram inerentes terminaram, já não há necessidade de recrutar jovens para as fileiras da luta, nem de transportar material. A «Independência já chegou». A consciência nacionalista que moveu estes elementos não se transformou em consciência revolucionária.

Os «valores» decadentes das cidades, em vez de aguçarem o espírito de combate, dissolvem-no. A prática morreu. Não nascem as ideias revolucionárias. Há estagnação. Não há crescimento.

3. *De espírito demissionário.* Algumas camaradas ao verem que sozinha a camarada Secretária-Geral não era capaz de actuar operativamente, não a apoiam porque receiam que sejam tomadas por *ambiciosas.* Erradamente demitem-se das tarefas da O. M. M. Agem subjectivamente.
4. Finalmente, outras camaradas afectadas em tarefas do Governo não participam no Partido. Entre estas há a considerar:

    1) As que participaram esporadicamente.
    2) As que desprezam a base, considerando a O. M. M. dos grupos dinamizadores como uma estrutura inexperiente, sem contudo, nada fazerem para transmitirem a experiência por elas adquirida. Esta situação favorece a intriga.

2.1.5 — *A nível da direcção.*

A estrutura nacional da O. M. M. foi constituída até Setembro de 1976 por uma Secretária-Geral. Devido ao seu isolamento tornou-se uma estrutura inoperativa.

Pelo facto de não ter organizado o secretariado nem colaboradoras, a camarada Secretária-Geral não conheceu a situação das províncias. Os poucos relatórios existentes focam com insistência a necessidade de receberem orientações da estrutura nacional. Era portanto evidente a ausência da direcção.

2.2 — *Programas*

Após a Proclamação da Independência, e com a constatação de ausência efectiva da direcção a nível nacional, verifica-se uma desmobilização progressiva da mulher em todas as províncias.

Acentua-se a falta de orientações, de clareza de objectivos, que têm como consequência a continuação da realização de programas improvisados, que não têm qualquer objectivo concreto a atingir. Executa-se uma tarefa quando aparece; a iniciativa existente no período de Transição decresce. No entanto, porque se sente que a O. M. M. deve fazer alguma coisa, continuam-se a abrir machambas que não têm continuidade, porque sem objectivo; continua-se a tentar organizar infantários sem planificação; continua-se a fazer o combate aos «males sociais», sem contudo haver preocupação de realização de um trabalho consequente. A mulher continua a executar todas as tarefas concretas que lhe são confiadas, sem que haja uma preocupação na concepção, discussão e planificação dos trabalhos.

No plano de solidariedade nacional não existe nenhum programa de apoio às populações, e troca de experiências entre as várias províncias. Só quando surge alguma calamidade natural é que as mulheres organizadas com as restantes secções dos grupos dinamizadores dão o seu apoio às populações atingidas.

No plano internacional, são enviadas delegações da O. M. M. sem qualquer trabalho preparatório. As relações e os acordos estabelecidos entre a O. M. M. e outras organizações democráticas de mulheres não têm continuidade. Não existia por exemplo nenhum programa concreto orientado para o apoio à luta do Povo do Zimbabwe. No entanto as mulheres organizavam-se para apoiar os Centros dos Refugiados, quando surgia alguma situação. Este é o caso do massacre de Nyazónia em que as mulheres das Províncias de Sofala e Manica se organizaram para dar apoio humano e material, chegando a constituir brigadas de dadores de sangue.

Ainda no plano externo, durante o Governo de Transição, a Mulher Moçambicana teve contactos com outras mulheres de países amigos. Isto contribuiu para fazer conhecer a nossa Organização a nível internacional, cimentar a amizade e a solidariedade internacional.

Em Dezembro de 1974, integrados numa delegação Presidencial, membros da O. M. M. tiveram contactos com mulheres da R. D. A., Bulgária e Roménia.

O ano de 1975 é proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Ano Internacional da Mulher, cujo ponto mais alto

foi o Congresso Mundial realizado em Berlim, no mês de Outubro, com a participação de cerca de dois mil representantes de quase todos os países do Mundo.

Neste Congresso, em que participou uma delegação da O. M. M., analisou-se o Movimento das Mulheres à escala internacional ligando sempre as suas reivindicações específicas à luta geral dos Povos contra a exploração capitalista, contra o imperialismo, contra o militarismo e pela paz.

Em Setembro de 1975 a Mulher Moçambicana faz-se representar numa conferência de mulheres realizada na Suécia.

A convite das mulheres chinesas, deslocou-se uma delegação à República Popular da China, onde trocou experiências sobre a luta pela reconstrução nacional.

Integrado nas comemorações do Ano Internacional da Mulher, realizou-se em Janeiro de 1976 um Seminário das Mulheres Malgaxes, onde participou uma delegação da O. M. M.

Neste ano, pela primeira vez no nosso País Independente, celebrou-se o dia 8 de Março, DIA INTERNACIONAL DA MULHER jornada de luta travada pelas mulheres de todo o mundo para que exista uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres. Este combate faz parte da luta pela democracia, pelo progresso e pela PAZ DA HUMANIDADE.

Para esta celebração a O. M. M. fez-se representar numa reunião realizada na Somália.

A O. M. M., integrada na delegação Presidencial, visitou a URSS e mais tarde, em Junho, a República da Guiné, Guiné-Bissau e Cabo Verde, contribuindo para consolidar os laços de amizade alcançados durante a guerra prolongada de libertação nacional.

PROBLEMAS SOCIAIS

Os problemas sociais são sempre mais graves para a mulher do que para o homem. Isto é um facto para o qual há só uma resposta: a desigualdade do desenvolvimento entre a mulher e o homem é grande. E isto deve-se à educação tradicional reforçada pela educação colonial-capitalista. É nessa educação tradicional que o homem é

condicionado a tornar-se ser superior e por dedução a mulher a tornar-se ser inferior, assumindo gradualmente a sua auto-inferioridade. Esta no início da puberdade é preparada através dos ritos de iniciação para:

a) Cumprir as tarefas de dona de casa;
b) Adquirir as artes de satisfazer o homem em todos os aspectos.

Pela sua condição de mulher, é-lhe dada uma única finalidade na vida: a de servir o homem — o pai, o irmão, o marido.

A educação familiar que se dá às nossas crianças não lhes transmite conceitos correctos daquilo que deve ser um lar. O lar tornou-se assim uma forma institucionalizada de desequilíbrio social, pois as oportunidades dadas aos rapazes e às raparigas são bem diferentes.

Assim, após os ritos de iniciação a jovem está psicologicamente condicionada para o casamento, daí advindo os casamentos prematuros.

A jovem casa em troca de dinheiro ou gado que o homem paga aos pais da sua futura mulher. Mas porque compra o homem a mulher?

Porque a mulher é por um lado mão-de-obra e, por outro, produtora de mais mão-de-obra. Os preços variam segundo as categorias dos compradores e em função do objecto a ser comprado. Se a mulher tem estudos, o preço é mais elevado, pois pela sua preparação poderá produzir mais dinheiro. Assim a mulher é transformada em objecto que, porque foi comprado, se torna propriedade. É por isso que por vezes em caso de morte do marido ela é herdada pelo irmão do marido ou outro familiar. O seu estatuto é então e sempre de submissão.

O homem decide ter mais que uma mulher e terá tantas mais quanto maiores forem os seus bens. É precisamente onde a produção agrícola e pecuária se encontra mais desenvolvida que o polígamo tem maior número de mulheres. O senhor das terras tem de ter os seus servos e estes são as suas mulheres e os seus filhos, com-

prados com cabeças de gado. Quanto mais cabeças de gado, mais mulheres. E estas, cumprem o seu estatuto:

— servir;
— agradar;
— produzir.

A nível da convivência social, as mulheres têm as suas zonas separadas das dos homens. Os contactos fora do lar são feitos pelos homens — eles discutem e decidem, sendo o papel das mulheres de meras executoras, de servas.

Mas porque estes casamentos não são reforçados por laços de afectividade acontece por vezes a mulher do polígamo encontrar alguém que lhe agrade e lhe dê um pouco de ternura. Assim entra numa ligação adúltera pela qual será expulsa da casa pelo seu marido. Mas porque é objecto que foi comprado há que restituir o preço pago. E aí começa um novo ciclo de repressão social. A dívida tem de ser paga pois a mercadoria já não serve. Se os pais da mulher ou o homem com quem cometeu o adultério não o fazem, ela própria, escorraçada da sua casa, desprezada pela sociedade, e não poucas vezes abandonada pelos pais, vai para a cidade em busca de um emprego através do qual venha a poder restituir o dinheiro do lobolo. E é na solidão da cidade que a mulher perde irremediavelmente o seu último vestígio de dignidade. Para se libertar da escravatura, escraviza-se de uma forma mais degradante, prostituindo-se.

Mas, enquanto que para a mulher o adultério é a sua marginalidade, no homem é tido como normal, não constitui problema grave, não levanta grande escândalo.

Não querendo nós institucionalizar o adultério, perguntámos porquê este tratamento discriminatório?

Vejamos a questão do divórcio:

O divórcio de facto é prática corrente e as causas são fundamentalmente a impreparação da juventude para o casamento que é contraído meramente pelas exigências do seu desenvolvimento fisiológico.

Assim, entram numa ligação onde não existindo necessariamente a amizade, o respeito, a compreensão, uma vez ultrapassada a fase emotiva, se torna extraordinariamente vulnerável aos atritos do quotidiano. No campo, a agravar a fragilidade de base destes casamentos, há o facto das longas separações a que os casais estão sujeitos pela emigração dos maridos para as minas da África do Sul, e para os centros urbanos do nosso País.

E no campo do ensino, quais têm sido as oportunidades dadas à mulher? Até há bem pouco tempo raramente se viam raparigas a estudarem para além da 2.ª classe. Nem outra situação se podia esperar encontrar numa sociedade em que a mulher era preparada quase que exclusivamente para as tarefas caseiras e portanto sem oportunidade de se qualificar profissionalmente. Assim desligada dos contactos com o mundo exterior a mulher virada apenas para o seu meio familiar, cria insegurança e ansiedade quando confrontada com qualquer situação que lhe é nova.

Por isso, vamos encontrar a nível das repartições e das empresas mulheres que se limitam a ser meras executantes, pois não participam nas discussões, na planificação ou na organização do trabalho. Mas não só a nível da cidade é observada esta distinção. No campo, onde na realidade é a mulher que planifica, que organiza e que executa a produção desde todo o sempre, ainda a vamos encontrar relegada para o papel de mera executante nas nossas aldeias comunais e cooperativas.

O mesmo pode ser observado a nível dos grupos dinamizadores onde o Povo adquire experiência para exercer o Poder Popular, mas onde no entanto dificilmente se encontram as mulheres com responsabilidades que não sejam as da O. M. M.

Enquanto que a nossa Constituição reconhece à mulher um estatuto de igualdade em relação ao homem, na prática essa igualdade não se verifica em resultado dos condicionamentos sócio-económicos a que a mulher ainda está sujeita.

Dizemos que o inimigo é o sistema tradicional, o sistema colonial-capitalista. Mas todo o sistema é constituído por pessoas e o combate ao mesmo faz-se a nível das pessoas. Quem deve fazer o combate são as pessoas: homens e mulheres.

Mas é preciso dizer também que o nosso inimigo são os homens e as mulheres que recusam a transformação. E não são poucas as causas de manifestações dessa recusa da transformação da sociedade. Eis alguns exemplos:

a) Elementos dos grupos dinamizadores que gritam «abaixo o lobolo» mas que defendendo interesses pessoais, deixam-se subornar; não denunciam a prática do mesmo e por vezes insistem no lobolo pelas suas próprias filhas.

b) Mulheres que acham desprestigiante deixarem de ser loboladas. Assim desvirtuando as orientações da FRELIMO, sugerem não a abolição de lobolo mas um decréscimo das quantias anteriormente pagas. Em suma: tornar a mercadoria mais barata. Essas mulheres não compreenderam ainda que qualquer compra só as desvaloriza, e avilta enquanto que seres humanos.

c) Mulheres que conscientemente encorajam e aceitam ligações com homens casados, indiferentes à destruição dum lar constituído, agravando assim a instabilidade dos lares.

d) Homens que participam na vida política da Nação mas que proíbem a mulher de participar nas tarefas da O. M. M., porque egoisticamente só pensam no seu bem-estar. Obrigam a mulher a ficar circunscrita ao ambiente da casa e a viver desligada das massas e dos problemas do seu País.

e) Homens que em atitude manifestamente reaccionária quando uma camarada responsável falha, dizem «estas mulheres ...».

f) Camaradas responsáveis, defensores convictos da Linha Política da FRELIMO, que no seu comportamento pessoal dentro das suas casas se portam como senhores proprietários.

Tudo isto reforça uma situação sócio-político desigual. Tudo isto perpetua o desequilíbrio.

Mas estas realidades não são aqui focadas para provar que a Mulher Moçambicana é uma vítima, mas sim para a alertar de que deve

conquistar tarefas que não sejam tradicionalmente só para as mulheres.

Nós mulheres, conscientes da nossa responsabilidade como cidadãs da República Popular de Moçambique, devemos engajar-nos na construção do Poder Popular Democrático com base na aliança operário-camponesa, colaborando na planificação, na organização e na direcção dos programas de todas as frentes de combate.

Como já analisámos, a mulher não tinha acesso algum ao conhecimento científico. Assim tornava-se viveiro fértil da superstição e obscurantismo. E não há outra forma de combater estes males que não seja através da aquisição desses conhecimentos. E o caminho encontra-se aberto para essas aquisições, pois a ânsia de aprender tem sido sobejamente provada pela larga participação das mulheres nas campanhas de alfabetização. Aí, aproveitando o entusiasmo manifestado, a O. M. M. pode e deve desenvolver uma análise profunda dos conhecimentos a dar em apoio a alfabetização.

A ociosidade da mulher na cidade, desocupada física e mentalmente, não participando na Reconstrução Nacional, fomenta o divisionismo, a intriga, os boatos e os atritos banais. Assim as mulheres, embora parte duma classe oprimida, acabam por se dividir. E é nessa desunião que reside a sua fraqueza.

Mas vão mais longe os efeitos da ociosidade, pois também daí resulta o alcoolismo, primeiro degrau para a prostituição. Mas, analisemos primeiro o alcoolismo: é demasiadamente simplista dizer que o alcoolismo é fruto do colonialismo e por aqui ficarmos. Porque é que se bebe em demasia? Uns por desocupação, outros para fugir a frustrações do dia-a-dia, outros, vítimas da campanha do inimigo, faziam-no para afogar a sua consciência de moçambicano. Mas, todos, sem excepção o fazem, e o faziam por irresponsabilidade.

O alcoolismo é então sem dúvida alguma a consequência dum sistema que necessita ser desmantelado duma forma organizada, duma maneira sistemática e implacável.

E agora mencionaremos algumas das causas da prostituição:

a) Fugindo à vida dura do campo muitas mulheres emigram para a cidade na esperança duma vida melhor. Entre-

tanto o sistema colonial-capitalista, caracterizado por postos de trabalho reduzidos, faz discriminação aberta à mulher. Esta, que não teve qualquer formação, envereda pela solução mais fácil, e sem dúvida mais degradante, prostituindo-se;

b) A presença do exército colonial, os contingentes sempre mais numerosos, cria uma cintura de prostituição em redor dos vários quartéis nas cidades e nas zonas rurais;

c) A aquisição da mentalidade burguesa, criadora da sobrevalorização de certos bens materiais e de luxo.

Um aspecto de divisionismo e complexos de superioridade e inferioridade no seio das mulheres é o conceito errado de que o privilégio de ter passado por um banco de escola constitui uma oportunidade de ascender a uma classe considerada superior.

Vejamos como camaradas das zonas libertadas, única universidade verdadeiramente moçambicana em contacto com as cidades e pelo facto de terem dificuldade de falar o português sentem-se limitadas retraem-se e encontram-se presentemente, na sua grande maioria, inactivas. Assim, estas camaradas são vítimas do esquema viciado que considera a escola como veículo para a aquisição de conhecimentos, quando na realidade as experiências por elas vividas são preciosas e únicas pois que são páginas da História que não mais se viverão. São experiências vivas da sociedade que efectivamente queremos construir e que só estas camaradas nos podem transmitir.

Ainda no capítulo do divisionismo, este manifesta-se em geral em relação às mulheres do campo e da cidade, e aqui entre as mulheres dos bairros do caniço e dos bairros do cimento.

Analisados os problemas sociais, vejamos qual tem sido a actuação da O. M. M.:

A FRELIMO desencadeou um trabalho em termos de combater problemas sociais, mas devemos confessar que o combate está no início. Reduziu já algumas práticas, mas o sucesso deste combate depende duma explicação sobre aquilo que é uma sociedade nova daquilo que queremos que seja uma sociedade nova na República Popular de Moçambique.

Teria sido tarefa da O. M. M. realizar um trabalho político e científico de estudo profundo das causas dos problemas sociais. Porém, tem feito mobilização sem explicação, não tem apresentado argumentos. Na campanha de combate à prostituição a acção caiu só sobre as mulheres. Que trabalho se fez em relação aos prostitutos? Nenhum. Estes alertados para o combate que se travou encontraram formas mais sofisticadas, mais camufladas de continuarem as suas práticas. Assim, novo exército de prostitutas se forma, como consequência de uma campanha que, embora bem lançada, não foi devidamente aproveitada.

Nós, mulheres da O. M. M., devemos autocriticar-nos pelo não apoio dado aos campos de reeducação de prostitutas. A O. M. M. deve desenvolver um trabalho contínuo de esclarecimento sobre as razões que levam as estruturas da FRELIMO a criarem condições para que as prostitutas sejam recuperadas e inseridas na nova sociedade. Algumas prostitutas que regressaram à cidade vieram encontrar a mesma marginalidade social e falta de emprego. É necessário que a O. M. M. se ocupe do enquadramento destas mulheres.

Outro combate superficial que se tem feito é o relacionado com os ritos de iniciação. A educação sobre o que deve ser o comportamento entre jovens de sexos diferentes, sobre o tipo de relações normais que se pretende venham a existir ainda não está a ser feita e os casamentos continuam a ser realizados desligados de laços afectivos. Assim, encontramos presentemente jovens procurando freneticamente quadros da FRELIMO, nomeadamente elementos das F. P. L. M. e do C. P. M., em busca de prestígio social. Aqui está uma consequência de uma tentativa de destruição de valores tradicionais sem uma substituição de valores para a sociedade que queremos construir no nosso País.

É incorrecto destruir sem construir, e a O. M. M. ainda não começou a construir. O grande problema da O. M. M. tem sido o de não saber interpretar e aplicar criadoramente as palavras de ordem do Partido.

É imperioso que resultem desta Conferência estruturas adequadas que visem um plano de acção concreta, de forma a elevar o nível político, ideológico, científico, técnico e cultural da mulher.

A O. M. M. deve passar a ser uma organização de acção e realização prática da Linha Política da FRELIMO.

A nossa experiência demonstrou que o nível da consciência política da mulher cresceu através da sua participação activa na Luta Armada — tarefa principal da primeira fase da nossa libertação. Os seus conhecimentos foram adquiridos numa prática e na tomada de consciência de que o seu trabalho é essencial ao sucesso do combate travado.

Agora, sendo a tarefa principal a Produção Colectiva para a construção do socialismo, devemos lutar para que a mulher deixe de ser mera executante de tarefas e que participe na discussão, na planificação, na decisão e na organização do trabalho produtivo.

Este é o único meio para a mulher conquistar a sua emancipação.

Assim, poderemos realmente materializar a nossa palavra de ordem: AUMENTEMOS O CONHECIMENTO NO TRABALHO PRODUTIVO DINAMIZANDO A LUTA DE CLASSES, FAZENDO A REVOLUÇÃO.

Viva a FRELIMO!
Viva o Comité Central da FRELIMO!
Viva o Camarada Presidente da FRELIMO Samora Moisés Machel!
Viva a República Popular de Moçambique!
Viva o Poder Popular Democrático!
Viva a Organização da Mulher Moçambicana!
Viva a Luta pela Emancipação da Mulher Moçambicana!
Viva a Solidariedade Internacional!
Viva a Justa Luta dos Povos Oprimidos!
Viva a Justa Luta do Povo do Zimbabwe!
Viva a II Conferência da Mulher Moçambicana!
A Luta Continua!
Independência ou Morte, Venceremos!

Maputo, 10 de Novembro de 1976.

ESTATUTOS E PROGRAMA DA O. M. M.

Preâmbulo

A II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, realizada pela primeira vez no território inteiramente libertado da República Popular de Moçambique, no território em que se instala o poder operário e do seu aliado fundamental a classe camponesa, teve lugar de 10 a 17 de Novembro de 1976, na capital do País — Maputo — com a participação de mulheres de todas as camadas sociais, trabalhadoras, vindas de todas as Províncias de Moçambique, decidiu adoptar os Estatutos e Programa da Organização da Mulher Moçambicana.

1 — Definição, princípios e objectivos

A Organização da Mulher Moçambicana é uma Organização Democrática de Massas, criada durante a Luta de Libertação Nacional. Pela sua composição, objectivos e actividades, enraíza-se nas tradições da Guerra Popular, e opera no quadro da Linha Política da FRELIMO.

É a FRELIMO que dirige o Povo Moçambicano na edificação das bases da sociedade socialista, e assegura o desenvolvimento harmonioso da sociedade moçambicana, e cria as condições para o estabelecimento da igualdade entre o homem e a mulher.

A Organização da Mulher Moçambicana participa activamente na construção política, económica, social e cultural das bases da Sociedade Moçambicana Socialista.

Por isso as decisões e palavras de ordem da FRELIMO constituem a linha de orientação para as actividades da Organização da Mulher Moçambicana para os seus órgãos directivos e membros.

A participação da Mulher Moçambicana no processo da luta de classe, no processo da produção e estudo colectivos, na indústria, nas machambas estatais, nas cooperativas agrícolas e nas formas de trabalho colectivo, assim como a realização do princípio de, de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo o seu trabalho, são os factores decisivos para atingir a emancipação da mulher.

A Organização da Mulher Moçambicana apoia a formação e o desenvolvimento das aldeias comunais e a luta pelo aumento da produção e da produtividade nas empresas.

A Organização da Mulher Moçambicana promove a participação activa da mulher na resolução a todos os níveis dos assuntos do Estado e dos restantes sectores da Sociedade, criando assim condições para a participação efectiva da mulher na direcção do Estado e da Sociedade.

A Organização da Mulher Moçambicana considera a luta para a emancipação da mulher como parte integrante da luta para a construção do Socialismo.

A Organização da Mulher Moçambicana luta resolutamente contra a ideologia e prática colonial-capitalista e tradicional-feudal, que impedem a emancipação da mulher e o reconhecimento da sua dignidade e personalidade.

A Organização da Mulher Moçambicana apoia os princípios da Organização Pan-Africana das Mulheres, da Federação Democrática Internacional das Mulheres, e apoia decididamente a luta de todas as mulheres do mundo contra a opressão e a exploração colonial e imperialista, e luta pela emancipação e por uma vida sã e harmoniosa, na liberdade e no progresso.

A Organização da Mulher Moçambicana promove o estreitamento das relações de amizade e cooperação com as Organizações Demo-

cráticas e Progressistas das Mulheres, em especial dos países socialistas, nossos aliados naturais e dos países africanos.

Objectivos

A Organização da Mulher Moçambicana luta pela emancipação da mulher, engajando-a na tarefa principal da edificação da base material e ideológica da Sociedade Socialista.

2 — Dos membros

2.1 — Qualidades

Pode ser membro da Organização da Mulher Moçambicana toda a mulher moçambicana a partir dos 18 anos, sem distinção de raça, grupo étnico, nível educacional, origem social, estado civil e religião, que observe o Estatuto e Programa da Organização da Mulher Moçambicana e lute activamente pela materialização dos seus princípios e objectivos.

2.2 — Deveres

São deveres dum membro da Organização da Mulher Moçambicana:

a) Engajar-se activamente na implementação das decisões das Conferências da Organização da Mulher Moçambicana e da Direcção da Organização da Mulher Moçambicana;

b) Agir no sentido da aplicação da política da FRELIMO em cada empresa, em cada aldeia comunal, em cada bairro ou povoação, em cada escola e hospital, em todos os lugares de trabalho e residência. Difundir a linha política da FRELIMO no seio do povo e assumir completamente os seus interesses;

c) Participar activamente na construção das bases do socialismo em Moçambique — promovendo as formas colectivas de trabalho. Promover a participação de todas as mulheres no trabalho social;

d) Participar activamente na defesa e ampliação das conquistas revolucionárias e na defesa da integridade e soberania da República Popular de Moçambique;

e) Engajar-se activamente no combate contra as ideias velhas e reaccionárias, contra os valores negativos da sociedade tradicional, e contra os valores da sociedade colonial-capitalista;

f) Engajar novos membros para a Organização da Mulher Moçambicana;

g) Pagar as quotas e contribuir materialmente para a Organização da Mulher Moçambicana.

2.3 — Direitos

São direitos dum membro da Organização da Mulher Moçambicana:

a) Participar em todas as actividades da Organização;

b) Participar na discussão de todos os problemas do trabalho, dentro das estruturas da Organização, e fazer propostas e críticas construtivas;

c) Participar na eleição e ser eleito para os órgãos dirigentes;

d) Beneficiar da assistência moral e material de que a Organização possa dispor.

2.4 — Dos membros da Direcção

a) Só podem ser eleitos para órgãos da Direcção, a partir do Distrito até à Nação, militantes da FRELIMO;

b) Todos os candidatos para órgãos da Direcção são propostos pelos órgãos da FRELIMO nesse escalão;

c) Dos órgãos da Direcção pelo menos 50 % devem provir da classe operária e camponesa.

2.5 — Deveres dos membros da Direcção

Os membros dirigentes da Organização da Mulher Moçambicana têm o dever de:

a) Agir no sentido da aplicação da política da FRELIMO em cada empresa, em cada aldeia comunal, em cada bairro

ou povoação, em cada local de trabalho e residência, em cada escola e hospital, em todos os lugares difundir a Linha Política da FRELIMO no seio do povo e assumir completamente os seus interesses;

b) Participar activamente na construção das bases do socialismo em Moçambique — promovendo as formas colectivas de trabalho. Promover a participação das outras mulheres no trabalho social;

c) Conhecer e difundir os Estatutos e Programa da Mulher Moçambicana, e aplicar as resoluções dos seus órgãos;

d) Estar sempre disposta a aprender das massas;

e) Elevar constantemente o seu nível político, ideológico e educacional;

f) Fazer crítica e autocrítica, desenvolver o espírito de crítica e autocrítica no seio da Organização;

g) Ser exemplo no trabalho e no comportamento.

3 — Métodos de trabalho

A Organização da Mulher Moçambicana é organizada segundo o princípio do centralismo democrático. Isso significa particularmente:

a) Que todos os membros do órgão dirigente são eleitos democraticamente no seu respectivo escalão;

b) A Direcção é responsável perante os membros;

c) Os órgãos de escalão inferior subordinam-se às decisões dos órgãos de escalão superior;

d) As decisões da maioria devem ser observadas por todos os membros.

4 — Estruturas da Organização da Mulher Moçambicana

A) Ao nível Nacional existirá:

1. Conferência Nacional;
2. Comissão Coordenadora Nacional;
3. Secretariado Nacional.

1 — Conferência Nacional

A Conferência Nacional é o órgão máximo da Organização da Mulher Moçambicana, composta pelas delegadas designadas pelas Conferências Provinciais e reúne-se ordinariamente de três em três anos. Ela reúne-se extraordinariamente sempre que para isso for convocada pela Comissão Coordenadora Nacional ou a pedido de pelo menos um terço das Comissões Coordenadoras Provinciais.

É da competência da Conferência Nacional:

a) Decidir sobre os objectivos e tarefas da Organização da Mulher Moçambicana;

b) Aprovar os Estatutos e Programa da Organização da Mulher Moçambicana;

c) Eleger os membros da Comissão Coordenadora Nacional;

d) Aprovar o relatório da Comissão Coordenadora cessante e o seu relatório de contas.

2 — Comissão Coordenadora Nacional

a) A Comissão Coordenadora Nacional é composta por vinte elementos eleitos pela Conferência;

A Conferência elege ainda cinco elementos suplentes, que participam sem direito de voto;

b) A Comissão Coordenadora Nacional dirige a Organização da Mulher Moçambicana no intervalo das Conferências Nacionais;

c) A Comissão Coordenadora Nacional elege dentre os seus membros a Secretária-Geral e os restantes membros do Secretariado Nacional;

d) A Comissão Coordenadora Nacional reúne-se ordinariamente duas vezes por ano, e extraordinariamente sempre que para isso for convocada pelo Secretariado Nacional ou por metade dos seus membros.

3 — Secretariado Nacional

a) O Secretariado Nacional é composto pela Secretária-Geral e mais um número de secretárias a definir pela Comissão Coordenadora;

b) O Secretariado Nacional aplica as decisões da Comissão Coordenadora Nacional.

Dirige as actividades da Organização da Mulher Moçambicana, e representa-a juridicamente e no plano Nacional e Internacional.

B) Ao nível Provincial existirão:

1. Conferência Provincial;
2. Comissão Coordenadora Provincial;
3. Secretariado Provincial.

1 — Conferência Provincial

A Conferência Provincial é o órgão máximo a nível Provincial:

— Reúne-se uma vez por ano;
— É convocada pelo Secretariado Provincial.

2 — Comissão Coordenadora Provincial

a) A composição e o número dos membros da Comissão Coordenadora Provincial serão definidos pela própria Província;

b) A Comissão Coordenadora Provincial dirige a Organização da Mulher Moçambicana no intervalo das Conferências Provinciais;

c) A Comissão Coordenadora Provincial reúne-se ordinariamente três vezes por ano, e extraordinariamente sempre que para isso for convocada pelo Secretariado Provincial, ou por metade dos seus membros;

d) A Comissão Coordenadora Provincial elege dentre os seus membros a Secretária Provincial e os restantes membros do Secretariado Provincial.

3 — Secretariado Provincial

O Secretariado Provincial é composto pela Secretária Provincial e cinco secretárias, competindo-lhe pôr em prática as decisões das Conferências Provinciais e da Comissão Coordenadora Provincial.

C) Ao nível Distrital existirão:

1. Conferência Distrital;
2. Secretariado Distrital.

1 — Conferência Distrital

A Conferência Distrital é o órgão máximo a nível Distrital:

— Reúne-se duas vezes por ano.

2 — Secretariado Distrital

O Secretariado Distrital é composto pela Secretária Distrital e quatro secretárias, competindo-lhe pôr em prática as decisões das Conferências Distritais.

D) Ao nível de Localidade existirão:

1. Conferência de Localidade;
2. Secretariado da Localidade.

1 — Conferência de Localidade

A Conferência de Localidade é o órgão máximo a nível da Localidade:

— Reúne-se quatro vezes por ano;
— A Conferência é convocada pelo Secretariado da Localidade.

2 — Secretariado da Localidade

Dirige o trabalho da Organização da Mulher Moçambicana no intervalo das Conferências:

— É composta pela Secretária da Localidade e três secretárias;
— O Secretariado da Localidade deve instruir, apoiar e controlar as actividades das organizações de base.

5 — Organização de base

Nas cidades e zonas rurais são formadas organizações de base da Organização da Mulher Moçambicana a nível de bairro e povoação.

Serão também formadas organizações de base nas empresas em que o número de trabalhadores o justifique.

As organizações de base organizam as mulheres nos locais de residência e trabalho.

As organizações de base elegem uma Direcção composta por três membros e presidida por uma Secretária — Secretariado.

6 — Finanças

Os fundos da Organização da Mulher Moçambicana provêm da quotização dos membros da Organização, dos donativos e de rendimentos próprios.

7 — A modificação dos Estatutos

É da competência da Conferência Nacional.

8 — Programa

Vivemos a etapa histórica da edificação da base material e ideológica da sociedade socialista.

A classe operária e o seu aliado fundamental a classe camponesa conquistaram o Poder de Estado, destroem as velhas estruturas, edificam as novas estruturas do Poder Democrático. Em todos os níveis no nosso País intensifica-se a Luta de Classes contra o Poder deca-

dente da burguesia e feudalismo, contra a sua dominação ideológica e cultural da sociedade.

A Luta dos Povos Oprimidos, a Luta de Libertação da África Austral intensifica-se diariamente.

No Mundo inteiro são cada vez mais numerosas as mulheres que se engajam nas tarefas decisivas da destruição da velha sociedade e emancipação da Mulher.

Estamos conscientes de que a Libertação da Mulher só é possível e efectiva na sociedade socialista.

A Luta iniciada durante a Guerra Popular de Libertação prossegue hoje nas frentes da luta de classes, da produção, da ciência e do internacionalismo. É neste quadro que situamos as nossas tarefas.

Assim a Organização da Mulher Moçambicana tem as seguintes tarefas:

1.º A Organização da Mulher Moçambicana mobiliza todas as mulheres para a aplicação política da FRELIMO, as decisões dos órgãos dirigentes do Partido e do Estado e promove a actividade das mulheres na realização desta política.

2.º A Organização da Mulher Moçambicana luta pela emancipação da Mulher, para que ela goze efectivamente os direitos e liberdades determinadas pela Constituição da República Popular de Moçambique.

3.º A Organização da Mulher Moçambicana nas suas organizações de base realiza reuniões políticas em que serão discutidos problemas das mulheres e são feitas propostas para melhoramento da situação da Mulher na respectiva empresa, aldeia, bairro ou repartição.

4.º A Organização da Mulher Moçambicana presta especial atenção à mulher trabalhadora na agricultura, indústria, comércio, na educação, saúde e em todos os outros sectores:

a) A Organização da Mulher Moçambicana promove a participação activa das mulheres no aumento da produtividade em todos os sectores de trabalho;

b) Promove a formação e qualificação educacional e técnica das mulheres e luta pela realização dos seus direitos constitucionais.

5.º A Organização da Mulher Moçambicana promove e organiza a educação política das mulheres tendo como objectivo:

a) Elevar o nível da consciência política;

b) Combater as ideias velhas e retrógradas e desenvolver a nova consciência do processo da luta para edificação da nova sociedade moçambicana;

c) Educar os seus membros num espírito patriótico, socialista e internacionalista.

6.º A Organização da Mulher Moçambicana mobiliza toda a sociedade para a protecção à maternidade e infância, propõe e apoia as medidas para esse efeito.

7.º A Organização da Mulher Moçambicana promove a educação sanitária para o melhoramento da higiene, alimentação e bem-estar do povo em geral.

8.º A Organização da Mulher Moçambicana consciencializa as mulheres no seu papel no lar, como esposa, mãe e educadora das novas gerações.

9.º A Organização da Mulher Moçambicana promove a educação do Homem sobre o papel da mulher na sociedade. Consciencializa-o e mobiliza-o sobre a necessidade de participação na luta pela emancipação da Mulher.

10.º A Organização da Mulher Moçambicana apoia e promove o estabelecimento de creches, infantários e jardins de infância que possibilitem a educação colectiva das crianças e ao mesmo tempo liberte a mulher dos encargos familiares para participar activamente nos vários sectores de produção.

11.º A Organização da Mulher Moçambicana promove o desenvolvimento da cultura e personalidade moçambicanas através da organização de actividades musicais, artes plásticas, literatura, teatro, cinema e outras.

12.º A Organização da Mulher Moçambicana promove a formação de quadros para a Organização.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 17 de Novembro de 1976.

PROGRAMA DE ACTIVIDADES DA O. M. M.

A II Conferência, ao analisar as actividades da O. M. M. durante o período que decorreu desde a realização da I Conferência até agora, constatou que a O. M. M. não assumiu nem realizou o verdadeiro objectivo das orientações saídas da I Conferência, porque:

— A Direcção foi incapaz de estabelecer estruturas representativas da classe operário-camponesa, única possuidora do conhecimento profundo dos problemas que a afectam;

— A O. M. M. não assumiu claramente a linha política da FRELIMO no que respeita à emancipação da mulher porque não houve um trabalho consequente para enraizar no seio da mulher as orientações da I Conferência de modo a fazer nascer um pensamento comum sobre a estratégia e a materialização dos objectivos da Organização da Mulher Moçambicana;

— A Direcção não soube integrar os quadros do Destacamento Feminino nem soube compreender a importância da formação de novos quadros. Assim, no seio da O. M. M. persistiram conceitos errados sobre o papel da mulher na sociedade, e as suas actividades práticas caracterizaram-se por serem simples tarefas secundárias e de apoio.

Também no homem persistiram ideias retrógradas que não foram combatidas sobre a importância de luta pela emancipação da mulher, que foi quase sempre considerada como um combate secundário.

A II Conferência concluiu que a emancipação da mulher só é possível através da sua integração na tarefa principal da sociedade em que vive.

A estratégia da presente fase do Processo da Revolução Moçambicana foi definida pela 8.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO realizada em Fevereiro de 1976 e mais uma vez pelo Camarada Presidente na Abertura da II Conferência da O. M. M. como sendo:

«A edificação da base material e ideológica para a construção da Sociedade Socialista.»

Para a construção do Socialismo temos como tarefa principal a produção e como forma principal de acção a Luta de Classes. O objectivo da O. M. M. que presidiu à elaboração deste programa foi encontrar os meios de conseguir a emancipação da mulher em relação a todas as formas de exploração, através da sua integração na tarefa principal. Para isso a O. M. M. deverá:

1.º Procurar que toda a mulher se engaje na produção (na fábrica ou na cooperativa agrícola), na organização e na planificação do trabalho e da vida social, na criação do homem novo e da sociedade nova.

2.º Organizar o combate contra as ideias velhas que constituem obstáculo à plena realização da mulher na vida pública e social como cidadã, na vida económica como produtora livre, na vida familiar como companheira verdadeira e educadora revolucionária.

3.º Rever todas as estruturas existentes de modo a que a nova estrutura da O. M. M. represente efectivamente a classe operário-camponesa como vanguarda que conduz a Sociedade Moçambicana à construção do Socialismo.

1. A mulher na aldeia comunal e na cooperativa agrícola

A agricultura é a base da nossa economia e do desenvolvimento económico do nosso País. É também o sector onde a maioria das mu-

lheres estão engajadas. Mas esta participação até agora foi limitada à execução de programas e actividades elaborados e dirigidos por homens. Com a reorganização da agricultura numa base colectiva através das aldeias comunais e cooperativas surgem novas perspectivas para o desenvolvimento do campo e da vida de todos os camponeses e as possibilidades de a mulher participar neste processo, num pé de igualdade com os homens, caminhando assim para a sua emancipação.

Assim a O. M. M. no campo deverá engajar-se nas seguintes tarefas:

a) Mobilização para a participação activa da mulher na integração da população camponesa e em particular da mulher, para que se organize em aldeias comunais, demonstrando os benefícios da vida colectiva:

— no aumento da produção;
— no acesso aos benefícios sociais como escolas, hospitais e todos os outros serviços que melhorem as condições de vida.

Estes trabalhos devem ser feitos duma forma organizada e disciplinada, com objectivos bem definidos e em conjunto com outras estruturas.

A O. M. M. tem que formar uma força de vanguarda nas brigadas mistas de mobilização, recusando o papel passivo que lhe foi dado até agora.

Em todas estas actividades a tarefa primordial da O. M. M. é estabelecer na mulher a convicção da sua capacidade.

b) A participação activa e em pé de igualdade com o homem em todas as tarefas de produção, organização e planificação, rejeitando à partida a discriminação de tarefas:

— incentivando a criação de grupos de trabalho mistos;
— levando a mulher a valorizar-se, aprendendo as tarefas tradicionalmente reservadas aos homens: corte de madeira, edificação de casas, carpintaria, serralharia, utilização de máquinas, etc.;

— lutando para que a mulher participe nos órgãos de direcção política e administrativa da aldeia ou cooperativa;

c) A dinamização da criação de cooperativas que cubram todos os domínios de actividade social:

— cooperativas de consumo;
— cooperativas de alfaiataria;
— cooperativas de artesanato produzindo objectos domésticos como panelas de barro, mesas, cadeiras, etc.;
— cooperativas de pesca.

2. A mulher na fábrica

A II Conferência constatou que a mulher operária é relegada para tarefas rotineiras, que menos esforço mental exige, dum modo geral as tarefas manuais e não mecanizadas. Constatou-se ainda que, discriminada pelos seus próprios companheiros de trabalho, impedida pelos seus complexos de inferioridade de participar activamente na luta política dentro da empresa, não adquiriu consciência de classe.

A O. M. M. deve preocupar-se em destruir a concepção de tarefas diferenciadas para homem e mulher e para isso deverá:

— Incentivar os cursos de aperfeiçoamento profissional que permitam a promoção da mulher;
— Lutar para que as mulheres estejam proporcionalmente representadas nos conselhos de produção e em todos os órgãos políticos e administrativos da empresa;
— Criar condições para que a operária possa ser liberta dos trabalhos domésticos, através de creches, cantinas, messes, etc., para melhor facilitar a sua participação na produção.

No sentido de engajar cada vez mais mulheres na produção industrial, a O. M. M., em colaboração com os Ministérios do Trabalho e da Educação e Cultura dinamizará o ingresso das mulheres:

— Nas escolas técnicas industriais;

— Nos cursos acelerados de soldadores, electricistas, mecânicos, etc.

3. A mulher nos serviços públicos, nas empresas estatais ou privadas

Constatou-se que a mulher neste campo é geralmente de origem pequeno-burguesa (filha de «assimilados» privilegiados do sistema colonial). Com as suas habilitações e independência económica, ela é dum modo geral a responsável pela falsa imagem da mulher emancipada. Na verdade, na maior parte dos casos, ela não passa de simples executora dos trabalhos mais simples e repetitivos, que não exigem esforço mental. A sua aceitação neste trabalho rotineiro, aliada na maior parte dos casos e uma falta de consciência e brio profissional, constitui um obstáculo à transformação da mentalidade dos homens com quem trabalha.

Mais ainda, tendo absorvido os valores mais superficiais e decadentes da burguesia colonial que procura macaquear, ela despreza completamente a classe operário-camponesa.

Assim a sua mobilização é muito difícil.

A O. M. M. deve trabalhar para:

— Detectar e neutralizar os elementos mais reaccionários que fomentam os boatos, a indisciplina e o liberalismo.
— Apoiar a selecção dos elementos mais receptivos à linha da FRELIMO para participação nos cursos políticos.
— Contribuir para a criação de condições para que as mulheres de origem operário-camponesa tenham acesso ao aparelho do Estado e administração das empresas, em colaboração com o MEP, MIC e MEC.

4. A mulher no bairro

A grande maioria das mulheres da cidade não estão engajadas em nenhum trabalho produtivo. Além de realizar os trabalhos domésticos, a sua vida é caracterizada pela ociosidade e mesmo parasitismo (quer

dizer vive à custa do vencimento do marido). Por consequência, a mulher no bairro é dominada por preocupações familiares e individualistas, que impedem o desenvolvimento duma consciência social correcta, criando assim as condições que a levam a ser difusora de intrigas e boatos.

Até agora, por falta duma análise profunda da situação destas mulheres, a actuação da O. M. M. no bairro tem-se dirigido contra as manifestações mais abertas de certos vícios sociais como a prostituição, o alcoolismo, o banditismo.

Embora combatendo esses vícios do passado, faltava à actividade da O. M. M. a preocupação pela construção da vida nova. As únicas iniciativas são actividades de culinária e costura e obras de caridade, característica das organizações femininas burguesas que visavam reforçar a situação da mulher como simples dona de casa.

A preocupação da O. M. M. deve ser libertar a mulher da sua situação de doméstica, dando-lhe tarefas concretas produtivas no âmbito da Reconstrução Nacional, através das quais ela começará a libertar-se das algemas do trabalho caseiro.

Assim a O. M. M. deve aplicar a estratégia do engajamento na tarefa principal, mobilizando as mulheres dos bairros para constituirem a vanguarda na organização e construção de bairros comunais.

A O. M. M. deve integrar a mulher doméstica no trabalho colectivo-produtivo e organizacional-social através de:

— Hortas e machambas colectivas perto do local de residência, aproveitando todos os espaços livres para auto-abastecimento do bairro.
— Organização de pequenas indústrias que visem melhorar o nível material do bairro e os seus habitantes, como artesanato, olaria, latoaria, carpintaria, fabricação de brinquedos, alfaiatarias colectivas, cooperativas de canalizadores, electricistas, lavandarias, cooperativas, etc.
— Cooperativas de consumo para assegurar o fornecimento de géneros e combater a especulação, restaurantes colectivos, etc.
— Criação de centros culturais onde as crianças poderão estudar fora das aulas e serão organizados cursos de educação

sanitária, educação sexual, puericultura, dietética, alfabetização e escolarização.

— Os programas de autoconstrução, geralmente implementados por homens e mulheres no fim-de-semana, deverão ser mantidos pelas mulheres durante o resto da semana.

Novas obras deverão ser por elas começadas, como por exemplo o Centro Cultural, mencionado no ponto anterior.

— Organização de brigadas de limpeza e embelezamento do bairro.

— Organização de brigadas de combate à especulação para que este seja um trabalho disciplinado e contínuo, não emocional e esporádico.

— Dinamização em colaboração com a estrutura competente (DNAS), da organização de creches no local de residência para servir as mulheres que trabalham.

OFENSIVA IDEOLÓGICA NO SEIO DA MULHER

1. Educação política

Como foi indicado no início, após a realização da I Conferência não foi feito o trabalho essencial visando o estabelecimento de um pensamento comum na mulher sobre a sua condição na sociedade e as formas de a revolucionar.

Os programas existentes eram descoordenados, superficiais e improvisados, sem qualquer base política e conteúdo ideológico.

Assim é urgente a implementação de programas que visem a elevação do nível político da mulher, começando pelas responsáveis e quadros que constituem a vanguarda da luta pela emancipação.

A O. M. M. tem como tarefas prioritárias:

— A organização, com as estruturas competentes, de cursos na Escola do Partido para as responsáveis e quadros da O. M. M.

— A organização, com as estruturas competentes, de cursos políticos nas províncias.

— A revisão das estruturas da O. M. M. em termos de classe, de modo a que estas sejam representativas da classe operário-camponesa, eliminando deste modo a ideia de que é preciso ser-se instruída para ser responsável.

— Levar a mulher a assumir cada conquista da revolução, cada fase do processo, através de:

a) Explicação e orientação sobre a aplicação criadora de cada palavra de ordem;

b) Valorização das nacionalizações como conquistas revolucionárias focando os aspectos que beneficiam directamente a vida das mulheres:

— A terra;
— As casas;
— As escolas;
— Os hospitais, etc.

2. Ofensiva na informação

Um dos aspectos que permitiu a opressão da mulher foi o seu isolamento do mundo exterior. O viver à parte de todas as transformações da sociedade, faz com que ela não possa tomar conhecimento da realidade que a rodeia.

A informação através da rádio e imprensa exerce, neste aspecto, um papel essencial na transformação da mulher, sendo ainda fonte permanente de comunicação e estímulo às próprias estruturas da O. M. M.

Por isso a O. M. M. deve:

— Utilizar a rádio para promover a politização da mulher, consciencializando-a sobre os problemas do País em geral e da mulher em particular;

— Implementar a utilização do Jornal do Povo, ao serviço da emancipação da mulher, com a participação desta na sua elaboração;

— Contribuir para uma política de informação, através da imprensa, dos cartazes e do cinema, tendente a lançar a imagem da mulher nova como participante na edificação da sociedade nova em todos os domínios;
— Promover a edição de um Boletim Informativo que mantenha a O. M. M. informada sobre o seu papel na vida política, económica e social do País;
— Promover a edição de textos formativos sobre diversos domínios que interessem particularmente à mulher.

3. Ofensiva na educação

Durante o tempo colonial a mulher sempre se viu discriminada e impedida no acesso ao conhecimento científico. Neste contexto não lhe era permitida participar em qualquer discussão e decisão, era privada da troca de experiências e a sua capacidade criadora era reprimida.

A educação visava essencialmente infundir na mulher uma atitude de submissão e resignação e inculcar-lhe, através do obscurantismo religioso, os preconceitos e um modo de vida de pequena burguesa, tornando-a assim agente difusor da cultura estrangeira.

A O. M. M. deverá desenvolver um trabalho junto da mulher de modo a fazê-la assumir a educação como factor necessário à sua emancipação.

Por isso a O. M. M. deverá empenhar-se nas seguintes tarefas:

— Alfabetização, que deve constituir um instrumento para aquisição de outros conhecimentos para que a mulher possa participar mais e melhor, não só na produção, como também na gestão dessa produção.
— Escolarização, que deverá servir de base para a aquisição de conhecimentos científicos que permitam a mulher combater o obscurantismo, a superstição e as práticas nefastas que mais afectam a sua libertação.
— Formação profissional, que deve visar dar capacidade à mulher para assumir novos postos de trabalho que até agora lhe eram vedados.

Como prioridade imediata deve ser estabelecido um Instituto Nacional (e depois Centros Provinciais) como difusor de programas e cursos de educação para a mulher.

CONSCIENCIALIZAR A MULHER DO SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES DE ACORDO COM A LINHA POLÍTICA DA FRELIMO

A discriminação contra a mulher começa logo após o nascimento e manifesta-se no tratamento diferente dado à criança do sexo masculino. Uma menina é desde a infância preparada para cumprir tarefas domésticas e servir os homens incluindo mesmo os irmãos mais novos.

Os rapazes por outro lado são preparados para assumir responsabilidades e também para serem sempre servidos pelas mulheres: mãe, irmã e por consequência mais tarde a esposa.

Este processo de doutrinação é feito pelos próprios pais: pai e mãe. Encontra a sua continuação lógica no ambiente escolar, onde se fazem mais exigências aos rapazes, e onde as meninas são sempre aquelas que seguem, nunca aquelas que chefiam.

Torna-se urgente para a O. M. M.:

— Consciencializar a mãe sobre as suas responsabilidades na formação de novas atitudes e mentalidades no seio da família; de mostrar às mulheres que elas próprias contribuem para a opressão que sofrem por parte dos homens, devido à educação que deram aos seus filhos do sexo masculino;

— Dinamizar a orientação de que a escola, a partir dos 7 anos, é igualmente para rapazes e raparigas;

— Encorajar a participação activa e directa da mulher na vida da escola, assegurando que os professores ministram uma educação verdadeiramente revolucionária e sendo vigilante no comportamento do professor em relação aos alunos;

— Introduzir novos conceitos de convivência entre os dois sexos, na base do respeito mútuo e camaradagem;

— Continuar o combate contra os casamentos prematuros e entre pessoas com grandes diferenças de idade;

— Promover um estudo profundo sobre os problemas da juventude a fim de encontrar orientações sobre o casamento que correspondam às exigências da Revolução, e da constituição da Família como base da Sociedade Socialista;

— Recomendar que nos cursos políticos do Partido se inclua o problema da emancipação da mulher para que todos os quadros compreendam e assumam que o combate para a libertação da mulher é uma tarefa importante para todos os revolucionários de ambos os sexos.

4. Ofensiva na legislação e assuntos sociais

Devido ao ambiente fechado em que sempre viveu, a mulher ignorou sempre a possibilidade da existência de leis que considerassem os seus direitos e em que consistiam esses direitos.

Esta falta de conhecimento abrangia as próprias responsáveis da O. M. M., dificultando assim o seu trabalho na resolução de problemas e conflitos sociais como divórcio, adultério, alimentação dos filhos, etc.

Nesta nova fase da revolução, quando a igualdade do homem e da mulher é consagrada na Constituição da República Popular de Moçambique e quando este princípio fundamental se reflecte na nova legislação, cabe à O. M. M. constantemente dinamizar, vigiar e estudar este processo perante a lei. Assim a O. M. M. deve criar uma secção que trate de assuntos jurídicos, com as seguintes tarefas:

— Divulgar junto das mulheres a Constituição da R. P. M., que reconhece a igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher;

— Divulgar e explicar a legislação de interesse específico para a mulher (como por exemplo a lei dos sessenta dias por ocasião do parto);

— Recolher sugestões e fazer propostas sobre futuras leis que visem melhorar as condições de vida e trabalho da mulher;
— Organizar grupos de actuação junto dos Tribunais que liguem a mulher às Instituições de Justiça de modo a fazê-la participar em todo o processo legal, em processos de divórcios, atribuição de responsabilidade dos pais em relação aos filhos, etc.

5. Ofensiva nas relações exteriores

Durante a luta armada de Libertação Nacional a FRELIMO sempre atribuiu grande importância à solidariedade e Cooperação Internacional, e foi dentro desse espírito que a O. M. M. desenvolveu relações com outras organizações de mulheres. Porém, devido às deficiências políticas, organizacionais e estruturais da Organização, nunca conseguiu valorizar devidamente estes contactos para que a Mulher Moçambicana pudesse conhecer a vida das mulheres em outros países, aprender das suas experiências e apoiar as suas lutas.

A O. M. M. deve trabalhar no sentido de renovar as suas relações com outras organizações de mulheres, sobretudo aquelas cujos objectivos e forma de acção se identificam com os nossos, aquelas que como nós estão a fazer uma revolução e a construir o Socialismo, e com quem a FRELIMO e a República Popular de Moçambique mantém relações estreitas. Estas relações destinam-se a:

— Conhecer as experiências das vanguardas revolucionárias femininas, na luta de classes e na construção do Socialismo;
— Dar a conhecer a nossa luta e a nossa experiência como contribuição para a luta da mulher pela sua libertação;
— Reforçar as relações com todos os movimentos de libertação em África e em todo o mundo, dentro do espírito do internacionalismo proletário.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 17 de Novembro de 1976.

RESOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS SOCIAIS NA ZONA RURAL

Introdução

Na zona rural, a camponesa moçambicana conheceu a exploração colonial através da pilhagem nas machambas e nas cantinas, conheceu o colonialismo como sistema de repressão através da máquina administrativa que lhe levava o marido e os filhos para a degradação e miséria do trabalho forçado. Ela própria conheceu a deportação e o trabalho forçado.

Para além deste sistema de exploração e opressão comum a todo o povo a camponesa moçambicana é vítima de uma segunda forma de opressão decorrente da ideologia tradicional-feudal. Essa ideologia concebe a mulher como tendo na sociedade o papel de servir o homem — como objecto de prazer, procriadora de filhos e trabalhadora sem salário.

Os valores ideológicos da sociedade tradicional-feudal são inculcados na mulher por todo um sistema de educação no seio da família desde que nasce. Esta educação é diferente para o rapaz e para a rapariga, inculcando nela o espírito de submissão ao homem, e inculcando nele o espírito de autoridade.

Esta posição da mulher na sociedade é consagrada em cerimónias e instituições como os «ritos de iniciação» e o sistema de casamento — lobolo, casamentos prematuros e forçados e a poligamia.

Assim este sistema de educação, as cerimónias e as instituições praticadas na sociedade tradicional-feudal durante séculos, levaram a mulher a assumir uma posição de inferioridade e passividade. Destruída a sua capacidade de revolta e a sua consciência crítica, a mulher torna-se mais tarde difusora e defensora destes valores retrógrados e reaccionários.

Com o desencadear da luta de libertação nacional deu-se o primeiro passo para a modificação desta situação. A FRELIMO, ao definir a estratégia da Luta de Libertação Nacional define também que a libertação da mulher e a sua participação efectiva na sociedade constituem condição necessária para o avanço e triunfo da luta.

Neste contexto, a FRELIMO, materializando as aspirações da mulher defende que a emancipação da mulher passa necessariamente pela sua integração na tarefa principal — a luta armada de libertação nacional.

1 — Ritos de iniciação

Os ritos de iniciação inculcam na mulher o espírito de submissão e dependência total em relação ao homem. A mulher é condicionada. Para se submeter e assumir gradualmente a sua auto-inferioridade.

Ela é preparada com o fim único de servir o homem — como objecto de prazer, como força de trabalho e como procriadora de mais força de trabalho.

Verifica-se a sua prática em quase todo o País, e embora variando a sua forma o objectivo é sempre o mesmo.

Assim, para criar na menina o espírito de submissão e resignação ao sofrimento físico, são-lhe infligidos maus tratos como:

— Coberta com uma capulana branca a menina é chicoteada pelo tio, perante os convidados, para mostrar assim que já está apta para o casamento;

— A menina é fechada durante um certo tempo, durante o qual tem de obedecer a todas as exigências dos mais velhos e dos já iniciados (rapazes e raparigas);

— É obrigada a manter-se em posições incómodas, a ingerir alimentos deteriorados ou mesmo fezes e areia, enquanto ao seu lado os velhos comem galinha.

Para preparar a criação do sexo feminino para o seu papel de objecto de prazer sexual e simultaneamente com os ritos já descritos.

— É costume nalgumas regiões fazerem um sexo masculino em barro para que a menina se familiarize com ele;
— Como acto final dos ritos de iniciação, a menina é obrigada a ter relações sexuais com o marido da instrutora (madrinha) que verifica o resultado da aprendizagem;
— Em muitas regiões a menina é entregue ao marido com 7 anos, e mantém relações sexuais com ele, mesmo antes dos ritos de iniciação, os quais terão lugar por altura da primeira menstruação.

Para preparar a menina para o seu papel de procriadora de filhos, ela é submetida a rituais relacionados com o sangue menstrual que não tem qualquer base científica e são sempre anti-higiénicos.

De salientar que algumas destas práticas estão na base de infecções crónicas do aparelho genital que provocam esterilidade. Essa esterilidade, com origem nos ritos de iniciação, vai mais tarde fazer com que a mulher seja repudiada e humilhada.

Por tudo isto podemos ver como a mulher, desde a infância, é violentada e traumatizada, transformada num ser passivo e sem capacidade de iniciativa.

No nosso País, os ritos de iniciação para os homens estão ligados à cerimónia da circuncisão.

Não sendo em si a circuncisão uma prática prejudicial, o mistério e a superstição de que está rodeada, e sobretudo a ausência de condições de higiene que podem levar à morte, tornam esta cerimónia numa fonte de traumatismos psicológicos e físicos.

Uma das graves consequências dos ritos de iniciação é o facto que se tem constatado de que as crianças, após serem submetidas a eles, recusam-se a voltar à escola onde não se sentem bem com as outras por já se considerarem adultas.

Formas de combate

A O. M. M. deve intensificar a mobilização da população contra a prática dos ritos de iniciação, chamando a atenção para o seu carácter de brutalidade contra as crianças e para os perigos que envolvem para a saúde. Em colaboração com as estruturas competentes a O. M. M. deve criar condições para que:

a) Seja ministrada nas escolas e nos bairros educação sexual para rapazes e raparigas;
b) Sejam promovidos programas de estudo a nível de responsáveis, que visem encontrar as orientações a dar aos jovens sobre o casamento;
c) Em caso de se achar necessária a prática de circuncisão, esta seja feita nos hospitais.

2 — Casamentos prematuros e casamentos forçados

Os casamentos prematuros surgem como consequência dos ritos de iniciação e do lobolo. No primeiro caso a rapariga, depois de iniciada, tem como única finalidade pôr em prática os ensinamentos que lhe foram ministrados.

No segundo caso trata-se, muitas vezes, de casos em que por necessidades materiais os pais negoceiam a filha, que é entregue ao marido ainda criança:

a) Tem-se verificado que estes casamentos conduzem muitas vezes à morte da mulher na altura do parto, porque o seu corpo ainda não está formado. Por outro lado, a imposição de relações sexuais às crianças provoca mutilações e traumatismos profundos na criança, para além de ser um acto contra a natureza;
b) Pelo facto de o casamento se ter realizado sem quaisquer bases, porque a mulher era jovem, sem poder assumir a responsabilidade do lar e, sobretudo, porque não baseado no amor, ele resulta na maior parte dos casos no *adultério, amantização ou divórcio;*

c) Nalguns casos, separada do marido, quer por necessidade de restituir o lobolo, quer para sua subsistência e a dos seus filhos, a mulher entrega-se à *prostituição*.

Formas de combate

A O. M. M. deve mobilizar os pais e jovens, em conjunto com os Grupos Dinamizadores, no combate contra esta prática de consequências nefastas.

Recomendações

a) A II Conferência recomenda à Secção de Informação da O. M. M., ao D. I. P. e ao Ministério de Educação e Cultura, a elaboração e difusão de textos formativos condenando os casamentos prematuros;

b) A II Conferência recomenda que a O. M. M. deve, juntamente com as estruturas competentes, proceder a um estudo que vise o estabelecimento da idade mínima para o casamento, considerando que esta não deve ser inferior a 18 anos.

3 — Casamentos forçados e herdados

São casamentos forçados aqueles em que a rapariga, pré-adulta, é obrigada pelos pais ou outros familiares a contrair matrimónio com alguém que não escolheu, por razões materiais ou de prestígio social, alheios à sua vontade.

Para além destas razões, há ainda casos em que, sendo a mulher estéril, a família desta sente-se na obrigação de compensar o homem. Deste modo, força uma parente a viver com ele sendo esta uma das formas de poligamia. Mais uma vez aqui a mulher é tomada como objecto e produtora de mão-de-obra.

Casamentos herdados

Apresentam-se sob duas formas:

I) Após a morte do marido, a viúva é obrigada a casar com um parente do marido (geralmente irmão). Nestes casos, porque foi lobolada, a mulher assim como os filhos são objectos pertença da família do marido;

II) Após a morte da mulher a família desta substitui-a, entregando ao viúvo uma parente (irmã ou prima). Nestes casos também a mulher, porque lobolada, constitui mão-de-obra e produtora de mais mão-de-obra. Perdida ela, deve ser substituída. Como consequência, estes casamentos resultam geralmente em adultério, amantização e divórcio, para além de outros males.

Formas de combate

Na medida em que este costume está directamente relacionado com o lobolo, o combate principal deve visar a abolição do lobolo.

Além disso, homens e mulheres devem tomar consciência de que o casamento deve basear-se na escolha livre e consciente de ambas as partes.

Lobolo

Esta prática existe em todo o País. A sua razão de ser é a compensação pela transferência de força de trabalho de uma família para outra.

Isto coloca a mulher numa situação de dependência total ao homem que, porque a pagou, a pode utilizar e repudiar como um simples objecto. Apesar do combate já travado, esta prática persiste e a experiência demonstra que a mulher, ainda não consciente da sua condição

de oprimida nem do verdadeiro significado do lobolo, o defende, considerando que se não for lobolada não é tida como mulher legítima e honesta.

Formas de combate

a) A O. M. M., em colaboração com a Juventude Moçambicana e os G. D., deve consciencializar mulheres, homens e jovens de ambos os sexos contra o lobolo, identificando-o como um mal social;

b) A O. M. M. deve empenhar-se em difundir a noção de que o casamento diz respeito às duas pessoas nele envolvidas, e que deve ter em conta as exigências da Revolução e a constituição de famílias que sejam a base da sociedade socialista que pretendemos construir;

c) O trabalho de consciencialização deve ser feito primeiramente junto dos G. D., na medida em que se verifica neles a existência de responsáveis que, defendendo interesses pessoais, se deixam subornar, não denunciando a prática do lobolo.

A II Conferência propõe que a O. M. M., juntamente com as estruturas competentes, estude a aplicação de medidas administrativas que acompanhem o combate ideológico.

Propõe no entanto imediatamente:

— Que a partir de agora os homens ou mulheres que pratiquem ou defendam o lobolo não possam ocupar cargos de responsabilidade nos G. D. e nas organizações de massas, assim como no aparelho de Estado.

Poligamia

Na nossa sociedade de tipo patriarca o homem é o dono dos bens materiais produzidos no seio da família.

A poligamia é pois o sistema em que o homem possui várias mulheres, isto é, o chefe da família, proprietário, vai adquirindo mulheres para aumentar a força de trabalho ao seu serviço.

A sociedade, tentando perpetuar a poligamia, encontra sempre justificação para a sua prática. E para isso invoca:

— A eventual esterilidade da mulher — o que prova que está de facto reduzido ao papel de procriadora;
— A impossibilidade de manter relações sexuais durante a gravidez e até dois anos após o parto, preconceito este que não tem qualquer fundamento científico.

A aceitação destas ideias é possível devido ao obscurantismo e superstição.

— Para além destes casos, a atitude que a sociedade tem perante a mulher solteira, leva esta a casar com um homem ainda que este seja casado;
— De salientar que, na maior parte dos casos, é a própria mulher que procura outras mulheres para o marido, com o objectivo de aumentar a mão-de-obra que irá apoiá-la na produção familiar.

Formas de combate

a) A O. M. M. deve organizar reuniões políticas em que mulheres de polígamos narrem os sofrimentos ligados à sua situação;
b) A O. M. M. deve ainda explicar as bases científicas da poligamia, que assentam sobretudo no sistema de exploração que nós combatemos;
c) A O. M. M. deve explicar que a incrementação das aldeias comunais irá, através do trabalho colectivo, eliminar as

situações em que a mulher tornada escrava sente necessidade de compartilhar o seu marido.

A II Conferência propõe que a O. M. M., juntamente com as estruturas competentes, estude a aplicação de medidas administrativas que acompanhem o combate ideológico.

No entanto propõe desde já:

a) Que a partir desta data, os novos polígamos, bem como as suas mulheres, não possam ocupar cargos de responsabilidade nos Grupos Dinamizadores e organizações de massas, assim como no aparelho de Estado;

b) Não possam ser eleitos para órgãos de gestão de Aldeias Comunais ou Cooperativas, Comissões Administrativas de Unidades de Produção, e Assembleia Nacional e Provincial.

Adultério

É o resultado de casamentos realizados sem bases político-ideológicas e não fundamentados no amor e no respeito mútuo.

Outras causas podem surgir, como insatisfação sexual, separações prolongadas, etc.

Formas de combate

Como formas de combate ao adultério a II Conferência preconiza a educação da Juventude e a difusão de novas noções sobre o casamento em base de amor verdadeiro e militância.

Divórcio

O divórcio constitui um problema social na medida em que, dissolvendo-se a família, fica a mulher ou o homem, e os filhos sem possibilidades de subsistência, sem apoio moral, educacional e afectivo.

Tudo isto provoca então instabilidade social. O divórcio está muitas vezes na origem da prostituição e da criminalidade juvenil.

As causas invocadas para o divórcio são várias:

Ritos de iniciação;
Casamentos prematuros e forçados;
Esterilidade;
Casamentos baseados em interesses materiais e de prestígio social;
Alcoolismo;
Separações prolongadas.

Formas de combate

a) A O. M. M., juntamente com a Juventude Moçambicana e os Grupos Dinamizadores, deve consciencializar homens e mulheres, e, sobretudo, as novas gerações, para a importância da família como célula básica da sociedade.

Deve ainda alertar para a instabilidade social provocada pelo divórcio, e, sobretudo, para o problema ligado às crianças;

b) Dentro da ofensiva, no campo da Educação e da Informação, estas estruturas devem difundir textos relativos ao divórcio;

c) Deve-se aconselhar o diálogo entre o casal.

A II Conferência recomenda à O. M. M., em colaboração com as estruturas competentes, o estudo para a elaboração de uma nova Lei da Família que responsabilize os pais pela criação e educação dos filhos.

No entanto a II Conferência considera que o divórcio é direito de todo o cidadão, desde que haja motivos justificados, que serão considerados na Lei da Família.

Considerações finais

A O. M. M. deve estar consciente de que este combate ideológico deve ser persistente e contínuo. Por outro lado devem ser criadas as condições materiais para que a mulher se liberte da sua condição de escrava.

A II Conferência considera que as aldeias comunais e as cooperativas, onde a mulher, integrada no trabalho colectivo, terá os mesmos deveres e direitos que o homem, onde o produto do seu trabalho servirá a colectividade e portanto a ela própria, constituem as bases materiais para a sua libertação.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 17 de Novembro de 1976.

RESOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS SOCIAIS NA CIDADE

A Revolução tem por objectivo o fim de todas as formas de exploração e opressão. Para que a Revolução triunfe é necessário liquidar completamente a exploração e a opressão de que a mulher é vítima, sob as formas mais diversas.

A mulher, vítima da exploração e opressão a que era submetido todo o Povo Moçambicano, teve de suportar ainda a exploração e opressão específica do seu sexo. É na cidade, fortaleza da burguesia e pólo da agudização da luta de classes, que a mulher sente com mais violência essa situação de dupla exploração e opressão.

Como trabalhadora é obrigada a vender a sua força de trabalho por salários de miséria, mas também o seu próprio corpo ao explorador, enquanto é marginalizada e discriminada pelo seu próprio companheiro de classe; como doméstica é posta à margem dos problemas essenciais da vida social e reduzida à servidão do marido, ele próprio explorado e oprimido; finalmente, a mulher da pequena e média burguesia assimila os valores da cultura e da moral burguesas e transforma-se num veículo e agente da ideologia conservadora e reaccionária.

Na cidade desagregam-se os valores da sociedade tradicional para serem substituídos pelos vícios, pela alienação e pela decadência características da burguesia colonial.

Além disso a cidade é ainda o lugar onde a organização do povo se faz mais deficientemente o que facilita a instalação de todos os vícios e dificulta o estabelecimento dum plano de acção para os combater.

I. Liberalismo

O liberalismo é um comportamento irresponsável perante a sociedade, é o abuso da liberdade individual.

A assimilação dos valores burgueses, introduzidos pelo colonialismo, sobretudo através da cidade, forneceram à mulher um padrão de vida burguês que ela passou a considerar como ideal, como objectivo a atingir.

Isso leva-a a considerar que emancipação é viver segundo esse padrão, que ser emancipada é ser livre como indivíduo, à margem das normas de conduta social. O liberalismo nega a importância de viver na prática a Linha Política da FRELIMO, nega a importância da vida colectiva, para exaltar o individualismo.

O liberalismo manifesta-se:

Na mulher doméstica

Irresponsabilidade perante a família, cuidados da casa e das crianças.

Utilização irresponsável do rendimento familiar, que utiliza para adquirir objectos pessoais e supérfluos.

Exigência de dividir mecanicamente as tarefas da casa com o seu companheiro, o homem, sem que ela própria tenha outras tarefas que o justifiquem.

Tendência para imitar o homem em todos os seus comportamentos negativos:

— Consumo de bebidas alcoólicas;
— Fumo;
— Promiscuidade sexual.

Na mulher funcionária do Estado ou das Empresas

Falta de pontualidade, interrupção do serviço por motivos fúteis ou utilizando abusivamente as responsabilidades familiares.
Falta de produtividade e indisciplina dentro do trabalho, uso do telefone, e conversa alheia ao serviço.
Complexos de superioridade, valorização abusiva dos diplomas, desprezo e recusa do trabalho manual.
Divulgação de informações respeitantes ao trabalho.

Na mulher das escolas (Jovens)

Falta de respeito entre alunos e professores, corrupção.
Radicalismo pequeno-burguês, indisciplina, desrespeito pelas estruturas.
Consumo de drogas.

Liberalismo no seio da própria O.M.M.

Negligência das tarefas da Organização e utilização de facilidades inerentes ao cargo para resolução de problemas pessoais.
Divulgação de informações confidenciais e de problemas do Partido, fora das estruturas.

Recomendações

A II Conferência recomenda:

— Formação de responsáveis através de Cursos Políticos com os seguintes temas:

1. Os valores da nova sociedade;
2. O verdadeiro sentido da emancipação;
3. Definição do inimigo, métodos de actuação do inimigo.

— Organização de seminários provinciais e distritais para um estudo colectivo de como implementar os resultados da II Conferência baseando-os na experiência de Cabo Delgado, após a I Conferência.

II. Adultério

O adultério é, em muitos casos, uma das manifestações do liberalismo. Porém as suas causas mais directas são:

— Incompatibilidade entre marido e mulher;
— Casamentos prematuros, forçados e herdados (a diferença de idades leva à não satisfação no casamento);
— Casamentos na base de interesses sócio-económicos;
— Comportamento do homem ou da mulher após o casamento (por exemplo, o vício do alcoolismo);
— Separações prolongadas;
— Concepção tradicional de que o casal não pode ter relações sexuais cinco meses e até dois anos depois do nascimento de cada filho.

Muitas vezes a passividade da mulher perante o adultério praticado pelo marido contribui para que surjam mais casos de adultério. Essa passividade tem por base a educação tradicional e a falta de autoridade da mulher no seio da família, onde ela prefere tudo aceitar com receio de ser abandonada.

Formas de combate

O adultério é consequência de casamentos feitos sem base militante, sem amor e sem qualquer preparação, pelo que:

— A O. M. M. deve organizar seminários para discussão e análise de um novo conceito de amor à luz da orientação da Linha Política da FRELIMO, em coordenação com a

Juventude Moçambicana e o Ministério da Educação e Cultura;

— A O. M. M. deve organizar programas de preparação de jovens de ambos os sexos para o casamento.

III. Prostituição

A prostituição define-se como sendo uma forma de ganhar a vida através do comércio do seu próprio corpo. Aparece por um lado pela atracção da vida fácil da cidade, e, por outro, por necessidade devido à deportação dos maridos para as plantações, chibalo, prisões e ainda pela necessidade de restituir o dinheiro do lobolo, em caso de divórcio.

Formas de combate

a) Participação das estruturas da O. M. M. para promover a reeducação de prostitutas em coordenação com as estruturas dos Grupos Dinamizadores, F. P. L. M. e C. P. M.;

b) Intensificação da organização de centros de reeducação de homens e mulheres, revisão dos métodos de trabalho desses centros, onde devem ser criados programas de:

1. Formação política;
2. Alfabetização e escolarização;
3. Formação profissional;
4. Actividades culturais, desportivas e recreativas.

c) Formação de quadros da O. M. M. para desenvolverem trabalho político no centro de reeducação.

O tempo de reeducação deverá ser estabelecido pelas estruturas competentes. Depois de reeducados, devem ser controlados e deverá dar-se continuidade ao trabalho político. A reintegração na sociedade deverá ser feita através das aldeias comunais e outros lugares de trabalho onde exista um tipo de vida organizada segundo os princípios da FRELIMO.

IV. Divórcio

O divórcio constitui um problema social na medida em que, dissolvendo-se a família, a mulher ou o homem e os filhos ficam sem possibilidade de subsistência, sem apoio moral, educacional e afectivo o que origina, por sua vez, instabilidade social.

O divórcio está muitas vezes na origem da prostituição e da criminalidade juvenil.

A nível das cidades as causas mais frequentes do divórcio são:

— Adultério;
— Ambição de melhor vida material e social por parte do homem e da mulher;
— Falta de diálogo entre marido e mulher devido à diferença ideológica;
— Separações prolongadas;
— Alcoolismo;
— Esterilidade de qualquer dos cônjuges;
— Casamentos prematuros e forçados ou polígamos.

Formas de combate

a) A O. M. M., juntamente com a Juventude Moçambicana e Grupos Dinamizadores, deve consciencializar homens e mulheres e sobretudo as novas gerações, para a importância da família como célula básica da sociedade. Deve ainda alertar para a instabilidade social provocada pelo divórcio e sobretudo para o problema ligado às crianças;

b) Dentro da ofensiva, no campo da Educação e da Informação, as estruturas devem difundir textos relativos ao divórcio;

c) Deve-se aconselhar o diálogo entre o casal;

d) Dado que são frequentes os casos de homens que têm esposas não registadas e que contraiem matrimónio com outra mulher, as estruturas competentes, antes de autorizarem

o casamento, devem obter informações das estruturas políticas da localidade de origem.

A II Conferência recomenda à O. M. M., em colaboração com as estruturas competentes, o estudo para a elaboração de uma nova Lei da Família que responsabilize os pais pela criação e educação dos seus filhos. No entanto a II Conferência considera que o divórcio é direito de todo o cidadão, desde que haja motivos justificados, que serão considerados na Lei da Família.

V. Alcoolismo

O alcoolismo é uma consequência do colonialismo que o utilizou como meio de desviar a consciência dos moçambicanos sobre a sua situação de explorados e oprimidos, mas são de considerar:

Causas directas

— Falta de ocupação, desemprego, ou subemprego;
— Gostos decadentes, imitação dos costumes da burguesia colonial, que se manifestou em reuniões com o objectivo exclusivo de consumir bebidas alcoólicas.

Consequências

O alcoolismo é uma das causas da desagregação familiar.

O alcoólico não produz no seu local de trabalho, e pelas suas atitudes fomenta distúrbios e confusão onde quer que se encontre. Torna-se num agente potencial do inimigo.

Ao nível da família, pode ser o causador da instabilidade familiar com uma influência nefasta sobre as crianças.

Por outro lado, as crianças geradas por um alcoólico têm probabilidades de ser débeis mentais.

Por todos estes motivos um alcoólico é um indivíduo prejudicial à sociedade.

Formas de combate

A O. M. M. deve, em coordenação com os Grupos Dinamizadores, F. P. L. M. e C. P. M., consciencializar as populações dos efeitos do alcoolismo, invocando as consequências nefastas citadas.

A O. M. M. deve promover a organização dos fabricantes de bebidas alcoólicas em cooperativas com outros tipos de actividade, como seja: cooperativas de bebidas não fermentadas; reconversão de fabricantes de bebidas alcoólicas em cooperativas de lavandeiras, etc.

Recomendações

A II Conferência recomenda:

a) À Secção da Informação da O. M. M., em colaboração com os Ministérios da Informação e da Saúde, a criação e difusão de programas de educação antialcoolismo;

b) Que os Grupos Dinamizadores detectem os bêbados crónicos, que deverão ser enviados às estruturas da Saúde, onde se procederá à sua recuperação através de métodos clínicos;

c) Que a O. M. M., juntamente com o Ministério da Indústria e Comércio, estude a possibilidade do estabelecimento de um horário de venda e consumo de bebidas alcoólicas.

VI. Análise do problema das crianças abandonadas

O problema das crianças abandonadas é resultado da instabilidade económica e social que afecta muitas famílias. Estas, por falta de meios materiais, originada por desemprego, separação dos pais, alcoolismo, prostituição ou por simples falta de responsabilidade para com os filhos, criam as condições para que haja crianças vadias, que não frequentam a escola, não vão a casa durante todo o dia, por vezes não têm mesmo um lar onde dormir.

Encontramos estas crianças à porta dos quartéis e dos hotéis a pedir comida, dedicando-se a roubos, sendo muitas delas exploradas

por adultos que as utilizam como lavadores de automóveis, vendedores de lotaria, de amendoim ou doces.

Há ainda crianças que foram presas pelo exército colonial durante a luta de libertação nacional e hoje vadiam pelas cidades.

Todas estas crianças se não forem enquadradas num modo de vida organizada colectivamente, de modo a poderem ser educadas, estudar e produzir, serão futuros contra-revolucionários.

Tendo em conta que as crianças são a nossa preocupação fundamental, porque delas depende o futuro da Revolução, a II Conferência propõe:

1. Actuação conjunta da O. M. M., do C. P. M. e D. N. A. S. (Direcção Nacional de Assuntos Sociais) para recolha destas crianças, investigação da sua proveniência e modo de vida anterior, a fim de se detectar as que têm família, a quem serão entregues. Dar como tarefa aos Grupos Dinamizadores do local de residência desses familiares, controlar a vida e educação dessas crianças;
2. Integração das crianças sem família em centros existentes ou a organizar, em coordenação com a D. N. A. S. Esses centros deverão ter um programa político e de actividades culturais, desportivas e recreativas, produção, alfabetização, escolarização e formação profissional dos mais velhos. A O. M. M. deve participar como educadora nos centros de crianças abandonadas.

VII. Desemprego

A vitória da FRELIMO sobre o colonialismo conduziu à inevitável e necessária crise da economia capitalista, que teve como consequência o aumento do desemprego. Este constitui hoje um dos problemas sociais mais graves nas cidades, e está na origem de muitos outros que afectam directamente a mulher.

A II Conferência pensa que a tomada de consciência por parte das mulheres da importância e gravidade deste problema no contexto geral dos problemas sociais, é um factor de sensibilização para a mate-

rialização da palavra de ordem de intensificar a formação de aldeias comunais e cooperativas onde haverá emprego para todos.

Considerações finais

Além destes problemas que enumerámos, sabemos que muitos outros afectam a vida da mulher, que até aqui tem tido que suportar sozinha a responsabilidade da administração da casa em todos os seus aspectos.

É a mulher a mais afectada pelos problemas de abastecimento, pela falta de géneros, pela lentidão ou insuficiência dos serviços hospitalares.

A II Conferência pensa que a mulher, organizada a partir de agora, nos locais de trabalho e de residência, deverá ser mais activa no sentido de dinamizar e ser vigilante em relação às estruturas que nos servem, contribuindo construtivamente para o seu bom funcionamento.

Por outro lado, a solução de muitos problemas relativos à economia doméstica, podem ser resolvidos de modo mais eficiente através da sua colectivização no âmbito dos bairros comunais.

Para ajudar a solucionar o problema do abastecimento de artigos de primeira necessidade a II Conferência recomenda:

— Que o Ministério da Indústria e Comércio estude um horário para os mercados, lojas do povo, e outros estabelecimentos comerciais, que não coincida com os horários de trabalho.

A análise dos complexos problemas da cidade, outrora baluarte do inimigo, leva a II Conferência a constatar que as estruturas da FRELIMO conhecem ainda uma fraca implantação na cidade.

Com a nacionalização dos prédios de rendimento, o povo passa para a cidade mas não encontra estruturas da FRELIMO que o en-

quadrem, o que conduz à sua desmobilização e à perda consequente do sentido revolucionário das nacionalizações.

Assim, a II Conferência recomenda:

— Que a O. M. M., em colaboração com outras estruturas, dinamize a implantação da FRELIMO em todos os bairros.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 17 de Novembro de 1976.

RESOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS GERAIS

Introdução

A situação actual da Mulher Moçambicana, que se manifesta no desequilíbrio de desenvolvimento cultural, político-social e económico em relação ao Homem, deriva da educação discriminatória que lhe era dada na sociedade tradicional, e que foi agravada pela discriminação racial, social e de sexo que o sistema colonial lhe impôs.

É neste contexto que devemos compreender a razão por que o analfabetismo, o obscurantismo, o tribalismo, o regionalismo e o racismo, bem como os complexos de inferioridade, estão mais enraizados na mulher.

Analfabetismo

O analfabetismo atinge a grande maioria do Povo Moçambicano com particular incidência sobre a mulher que foi duplamente explorada na sociedade tradicional e colonial. Aquela incutia na mulher o espírito de inferioridade e dependência e preparava-a apenas para agradar o homem e ser boa dona de casa.

À educação colonial tinha acesso apenas um pequeno número de moçambicanos devido à discriminação racial e diferenciação de classes. A exploração desenfreada não permitia que os filhos do povo tivessem possibilidades de pagar a própria escola, o material escolar e as des-

pesas com a sua apresentação. Restavam-lhes apenas as missões que, através do obscurantismo religioso desenvolviam o espírito de passividade e conformismo, acentuando os conceitos e complexos de inferioridade que vinham já da sociedade tradicional.

Contudo em largas áreas do território moçambicano nem sequer estas escolas existiam. Além disso, nas Escolas Primárias e Missionárias predominava o tipo de professor mal preparado, igualmente explorado pelo regime colonial e que desempenhava as suas funções à base de «presentes».

Devido a todos estes factores subsiste, ainda hoje, um conceito errado do que é a Escola.

As dificuldades provocadas pelo analfabetismo manifestam-se em várias situações do dia a dia:

1 — Durante o período da luta armada surgiram dificuldades no manejo de certas armas, que requeriam conhecimentos ministrados nas escolas (avaliar distâncias, por exemplo).

2 — Quem não sabe ler não pode compreender e pôr em prática as orientações escritas dos órgãos do Partido e do Estado ou outras instruções, tais como cadernos de estudo político, circulares da Sede Nacional, princípios de higiene, utilização de medicamentos, receitas médicas, uso de fertilizantes, etc.

3 — A pessoa analfabeta não pode trocar correspondência (escrever e receber cartas).

4 — O desconhecimento dos pesos, medidas e por vezes o valor do dinheiro, permite que seja roubada nas cantinas.

5 — Há possibilidade de ser enganada pelo marido acerca dos vencimentos que ele ganha.

Em Moçambique o problema é agravado porque, o não ter frequentado a escola implica não só não saber ler e escrever, mas também não falar português, que é a língua oficial de comunicação. Isto impede que a mulher tenha acesso à Informação.

Estas dificuldades verificaram-se inclusivamente no decorrer da II Conferência, pois tornou-se impossível a uma grande parte das delegadas acompanhar a leitura e discussão dos relatórios.

Formas de combate

Porque a mulher tem um papel fundamental como educadora das novas gerações; porque se deve engajar na produção, passando de mera executante às tarefas de planificação e direcção, libertando a sua iniciativa criadora; porque a aprendizagem da língua oficial fortalece o sentimento de unidade, concorrendo para a liquidação do regionalismo, tribalismo e divisionismo — o combate ao analfabetismo no seio da mulher constitui uma das tarefas prioritárias da O. M. M.

Assim, a Organização da Mulher Moçambicana deve:

1 — Intensificar a popularização das orientações da FRELIMO, para elevação do nível político dos professores e das próprias mulheres, que devem fazer um combate interno para se libertarem dos complexos e aceitarem a transformação.

2 — Preparar monitores de Alfabetização dentro da Organização.

3 — Sensibilizar os maridos para que sejam eles próprios os alfabetizadores em casa ou permitam que a mulher frequente as aulas.

4 — Mobilizar as mulheres com educação literária e científica para participarem voluntariamente nas campanhas de Alfabetização e de elevação do nível literário e científico da mulher.

Para este fim, a O. M. M. coordenará esta actividade com o Ministério da Educação e Cultura.

Recomendações

A II Conferência recomenda que a O. M. M. estude junto do Ministério da Educação e Cultura a possibilidade de:

— Dar à Alfabetização um conteúdo que sensibilize a mulher nos seus problemas específicos;

— Aproveitar as aulas de Alfabetização para desenvolver na mulher o interesse pelo noticiário, lendo diariamente resumos das notícias.

Obscurantismo e superstição

O obscurantismo manifesta-se no nosso País tanto no campo como na cidade.

O baixo nível de conhecimentos técnicos e científicos entre as mulheres faz com que o obscurantismo e superstição tenham no seu seio grande aceitação.

É devido ao obscurantismo e marginalização de que é vítima que a mulher se entrega frequentemente a práticas supersticiosas. Assim a mulher explica as mortes provocadas por doenças ou acidentes, os fenómenos meteorológicos e outros, através da intervenção do sobrenatural.

A corrida aos curandeiros para resolução de problemas de vária ordem amorosos, vinganças, ambição, ciúme e desentendimentos, é prática corrente entre as mulheres.

O obscurantismo como forma de opressão moral, provoca o divisionismo, a desconfiança, destrói o espírito de iniciativa criadora e condena a mulher à passividade e conformismo com a sua posição de inferioridade e explorada.

A sociedade tradicional, tanto como a colonial, porque encaram a mulher como objecto de prazer e mão-de-obra barata, para além de produtora de mão-de-obra mantém-na afastada da ciência para assim impedi-la de pensar que a sociedade pode ser transformada. Aqui mais uma vez os ritos de iniciação, que inculcam na mulher os conceitos errados sobre a sua condição de ser inferior, tornam-na, para além de conformada, transmissora da teoria da impossibilidade de libertação da mulher.

As religiões são uma forma de obscurantismo, embora mais subtil, que perpetuam o conceito de inferioridade da mulher.

A influência religiosa é frequentemente utilizada para fins subversivos.

Formas de combate

O obscurantismo, destruindo a iniciativa criadora da mulher, tornando-a passiva, impede-a de participar nas tarefas da Organização.

Assim, a O. M. M. deve:

1 — Lutar pela elevação do nível cultural, científico e técnico da mulher, base fundamental para que ela assuma o papel não só de executante mas também de dirigente em todos os sectores de produção.

O obscurantismo recua na medida em que progride a educação política e científica.

2 — Intensificar a vigilância popular para permitir a distinção correcta entre os curandeiros, que devem ser combatidos, e aqueles que, através da medicina tradicional substituem o médico que não existe em vastas áreas do nosso País.

A O. M. M. deve ganhar a confiança destes últimos, aprendendo com eles e fazendo trabalho político a fim de que compreendam que os seus conhecimentos podem ser desenvolvidos a outro nível de modo a servir a vasta maioria do nosso Povo.

Tribalismo, regionalismo e racismo

O tribalismo e regionalismo têm a sua origem na sociedade feudal. São conhecidas as lutas intertribais, travadas pelos nossos antepassados, e que foram largamente exploradas pelo regime colonial.

Esse espírito tribal e regional persiste ainda na mentalidade de muitos velhos que durante longos anos foram alimentando ódios e espírito de vingança ou desprezo.

O racismo é um produto do colonialismo, para marcar vincadamente a diferença entre o colonizador e o colonizado. O que explora e oprime despreza e humilha o explorado com base na diferença da cor da pele. O racismo é a forma mais alta de humilhação.

O tribalismo e o regionalismo concorrem largamente para o divisionismo, pois impedem a compreensão de que a nossa Pátria é Moçambique e enfraquecem as nossas forças no combate pela Reconstrução.

O racismo impede a definição correcta do inimigo e permite a infiltração inimiga ao desviar as nossas atenções do alvo principal do nosso combate.

O regionalismo, tribalismo e racismo manifestam-se ainda acentuadamente a nível de todas as províncias.

No seio da Organização da Mulher Moçambicana há mulheres que não aceitam ter como responsável uma camarada de outra província ou de outra raça.

Quantos casos não conhecemos de filhos que desprezam os pais porque são negros ou ignorantes, e de pais que assumem a posição de criados dos filhos porque estes são mulatos ou assimilados. Devido aos complexos raciais surge ainda um conceito errado de quem são os verdadeiros moçambicanos especialmente nas cidades quando são definidos em termos de raça.

A falta de consciência política, provocada pela não existência de estudo e trabalho político junto das populações, contribui para manutenção destes males, com a gravidade que ainda evidenciam.

Formas de combate

A mulher deve desencadear no seu próprio seio um persistente combate interno colectivo, procedendo assim à libertação mental do feudalismo e do capitalismo. Deve empenhar-se no estudo político e na prática da crítica e autocrítica. Deve analisar com objectividade as causas concretas destes males e relembrar constantemente a experiência adquirida na luta armada onde o combate foi realizado por moçambicanos de todas as raças e regiões que no sofrimento, no esforço e no trabalho comuns forjaram a Unidade.

Ela deve ainda aprender as experiências dos outros povos para assim compreender que a luta da Mulher Moçambicana é a luta de todas as mulheres e povos do mundo contra o inimigo comum — a exploração.

A mulher deve ainda combater a ideia incorrecta de que ela só se identifica com aquela que vem da mesma terra, ou tem os mesmos hábitos e cultura.

A nossa identidade reside na nossa condição de exploradas e oprimidas no combate comum pela emancipação. É uma identidade de classe.

Assim, a O. M. M. deve:

1 — Mobilizar a mulher para que, como responsável pela formação da sociedade nova, ela eduque as novas gerações, livres do tribalismo, regionalismo e racismo.

2 — Promover a organização dos bairros comunais, que permitirão eliminar o individualismo através da troca de experiências no trabalho comum entre pessoas de várias origens.

3 — Promover o intercâmbio cultural que contribuirá para uma Cultura Nacional supra-regional.

4 — Realizar seminários interprovinciais, que permitirão forjar a unidade na discussão de problemas comuns.

5 — Difundir a língua oficial como factor de unidade, visto que a multiplicidade de línguas acentua a divisão em tribos e impede a comunicação.

Boatos, intrigas, calúnias

A intriga lança a desconfiança, a calúnia provoca o escândalo e a marginalização e qualquer delas, passando de boca em boca, torna-se boato. Estas três manifestações têm causas variadas mas o seu elemento comum, o seu fertilizante, é a imaturidade política.

Quais são concretamente as suas causas?

— A falta de programa, a desocupação; o regionalismo e o tribalismo; o ciúme, a ambição e complexos de superioridade; os complexos de inferioridade e a falta de hábitos de crítica e autocrítica que impedem uma exposição clara e frontal das ideias.

Essas práticas geram a desmobilização, o divisionismo e contradições, desviando a mulher das tarefas que lhe compete na sociedade.

A mulher, devido ao sentimento de inferioridade e insegurança, é frequentemente agente transmissor de ideias erradas. É assim que se abre o caminho à infiltração do inimigo que livremente propaga mentiras, tentando denegrir a Revolução Moçambicana.

Formas de combate

A Organização da Mulher Moçambicana, nas suas reuniões, deverá combater estas formas de divisionismo desenvolvendo o espírito de unidade-crítica-unidade.

A Organização da Mulher Moçambicana deve:

1 — Denunciar, desmascarar o boato, investigando a sua origem e fundamento.
2 — Promover hábitos de crítica e autocrítica e discussão aberta dos problemas dentro das estruturas.
3 — Denunciar às estruturas competentes os boateiros reincidentes, considerados contra-revolucionários e aos quais se devem aplicar medidas administrativas.

Complexos de inferioridade e superioridade

O processo de inferiorização da mulher tem origem na educação tradicional e é vincado nos ritos de iniciação e outras práticas tradicionais que conduzem à passividade, com conformismo e falta de iniciativa. A mulher torna-se um objecto de apropriação e de prazer, transaccionada pela família e submetida à vontade do marido. Para além deste processo secular, a mulher sofreu ainda a humilhação da sociedade colonialista que lhe roubava o marido e os filhos, que a explorava no local de trabalho, que lhe deixava muitas vezes como único modo de vida a prostituição. É ainda o colonialismo que através do conceito de assimilação lança o divisionismo discriminando a mulher analfabeta, levando-a a sentir-se inferiorizada pelo facto de desconhecer e não pertencer ao modo de vida (alienante) da zona urbana.

O sentimento de inferioridade impede a participação da mulher nas reuniões e mesmo no seio da família, onde face ao marido e aos

filhos é incapaz de manifestar a sua opinião. A sua inibição e falta de iniciativa traduzem-se numa incapacidade para assumir tarefas de responsabilidade e para ultrapassar a situação em que se encontra.

Mas, por outro lado, a mulher assimilada humilha a sua companheira não assimilada, fazendo demonstrações dos seus tiques e modas, falando de modo imperceptível e estabelecendo distâncias.

Outra manifestação de superioridade é o veteranismo, que se traduz na necessidade de constantemente afirmar a sua participação na luta desde longa data a fim de lhe ser conferida uma posição social elevada.

O combate aos complexos de inferioridade e superioridade, respectivamente, deve começar por um combate aos ritos de iniciação, lobolo e poligamia, e pelo combate aos valores da sociedade colonial-burguesa como a imitação das modas e dos gostos decadentes.

A mulher deve engajar-se na luta pelo seu desenvolvimento intelectual e na luta pela produção colectiva.

Quando a situação não é analisada com objectividade a mulher considera como inimigo não só o homem mas também as outras mulheres, sobretudo as mulheres sós, isto é, mães solteiras, mulheres divorciadas e solteironas, nas quais a mulher doméstica, e toda a mulher frustrada em geral, vê um indício de emancipação, a mulher cujo sentimento de inferioridade e dependência em relação ao homem atinge um ponto extremo, é incapaz de conceber a vida sem um homem.

Mães solteiras

Um grande número de mulheres no nosso País têm filhos sem terem realizado qualquer tipo de casamento.

As causas desta situação são várias:

— Falta de educação sexual entre juventude e uma ideia de amor baseada em concepções românticas e banais adquiridas em filmes «cor-de-rosa» e em leituras fúteis tipo fotonovela, difundidas pelo sistema colonial-burguês;

— Libertinagem sexual devida a um conceito errado de emancipação;

— Ligações inconsequentes muitas vezes provocadas por necessidades económicas sobretudo quando jovens camponesas, vindas para a cidade em busca de emprego, encontram dificuldades;
— Os preços altos exigidos pelo lobolo, que faziam com que os namoros se eternizassem surgindo entretanto a gravidez;
— Os ritos de iniciação, que conduzem as jovens a práticas sexuais;
— A presença dos exércitos coloniais que fomentavam a prostituição e utilizavam a mulher como objecto de prazer;
— A exploração sexual nos empregos.

A mãe solteira é, regra geral, marginalizada e, quando não possui conhecimentos técnicos para conseguir um emprego que garanta a sua subsistência e a do seu filho, estão criadas as condições para a prática da prostituição.

Esta marginalização atinge apenas a mãe solteira e nunca o pai da criança. Quer ele seja casado, viúvo, divorciado ou solteiro, a sociedade não o estigmatiza. A sociedade não aceita que a mãe solteira, pelo facto de viver sozinha, seja uma mulher honesta.

Formas de combate

As mães solteiras que, muitas vezes por falta de meios de subsistência, acabam por se prostituir, constituem um grande problema social, sobretudo pelos filhos que, sem possibilidade de educação e criação em ambiente familiar, podem tornar-se marginais pelo ódio de revolta que neles se cria. Alguns, para conseguir alimentação, andam de porta em porta, engrossando o número das chamadas crianças abandonadas. Por outro lado, verifica-se que, em certas fábricas, o que levou um grande número de mulheres a procurar emprego foi precisamente o facto de serem mães solteiras.

Assim, a O. M. M. deve:

1 — Em colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, desencadear uma ofensiva na Educação para difundir

conceitos científicos sobre sexualidade e maternidade e ainda o conceito de amor revolucionário e militante.

2 — Fazer uma ofensiva na Informação contra todo o tipo de leitura e cinema alienantes, que difundem os valores e conceitos burgueses e fotonovelas de amor.

3 — Mobilizar as mães solteiras, engajando-as na produção colectiva ou em cursos de promoção técnica.

4 — Consciencializar o homem de que, como pai, se deverá responsabilizar tal como a mãe pela educação dos filhos.

No entanto estas medidas políticas deverão ser acompanhadas de medidas legislativas.

A II Conferência recomenda que a O. M. M., em conjunto com as estruturas competentes, deve estudar a possibilidade de:

a) Criar uma lei não discriminatória, quer para as mães solteiras quer para os filhos, no direito à assistência materno-infantil, etc.;

b) Criar uma lei que obrigue os pais a responsabilizar-se pelos seus filhos.

Mulheres divorciadas

A mulher divorciada, tal como a mãe solteira, é marginalizada na nossa sociedade independentemente das causas que originaram a sua situação.

À mulher que é abandonada pelo marido, com ou sem filhos, só lhe resta a prostituição ou a servidão, seja em casa da sua família, seja no novo lar que procure construir. Receando ficar sozinha, a mulher abandonada vai viver com o primeiro homem que a aceita e que tem tendência por vezes a explorar a sua situação, fazendo dela uma serva e fazendo-a suportar privações e maus tratos. No caso de ficar com filhos a situação é ainda mais dramática, não só para ela como para as crianças, cujo problema já referimos no capítulo das «crianças abandonadas».

Formas de combate

A O. M. M. deve:

— Encorajar a mulher a conquistar a sua independência económica, que será a base da sua afirmação como indivíduo útil capaz de se realizar dentro da sociedade;

— Procurar integrar a mulher divorciada na produção e na vida colectiva, na aldeia comunal, cooperativa ou outra unidade de produção;

— Dar a conhecer à mulher divorciada, com filhos, os direitos que a lei lhe dá relativamente à participação do pai no sustento dos filhos.

A mulher desocupada

A mulher doméstica — sem programa de produção colectiva — é um produto característico da cidade. É um ser completamente dependente do marido, não se preocupando regra geral senão consigo própria. É individualista, de horizontes estreitos, insegura, conservadora, agente de boatos e intrigas.

Dificilmente aceita as transformações, sendo por isso uma presa fácil da reacção. Desconfiada, sente inveja das mulheres que trabalham fora de casa.

Formas de combate

A O. M. M. deve:

— Estabelecer programas no âmbito dos bairros comunais, para que toda a mulher se integre em qualquer forma de produção colectiva e organização colectiva das actividades do local de residência;

— Encorajar toda a mulher a aumentar o seu nível cultural, científico e técnico.

O aborto

O aborto é um problema social grave, sobretudo na cidade. Não sendo o aborto legal no nosso País, muitas mulheres recorrem a abortadeiras clandestinas ou a métodos caseiros que, por falta de condições de higiene, provocam com frequência infecções que levam à morte e à esterilidade e causam traumatismos psíquicos graves.

As mulheres recorrem ao aborto por motivos diversos:

— Jovens solteiras, por medo da família ou da marginalização social, ou porque estando na escola receiam as punições administrativas;

— Sendo casadas, porque têm já muitos filhos ou tiveram um parto há pouco tempo;

— Sendo casadas, para evitar um filho, produto de uma ligação adúltera, com receio do divórcio;

— Sendo casadas, não têm meios materiais para sustentar mais crianças;

— Devido às concepções burguesas não desejam ter filhos, sem que para isso existam motivos sociais ou económicos que o justifiquem.

Formas de combate

A O. M. M. deve estudar, juntamente com o Ministério da Saúde:

— A difusão de noções de «planeamento familiar» que funcionem nos hospitais, para ajudar as mulheres casadas com filhos a controlarem a altura da nova gravidez, atendendo à situação económica ou social. Este planeamento vai evitar o desgaste físico e psíquico da mulher, resultante da multiplicidade de partos, com curtos intervalos de tempo.

A O. M. M., em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura, deve:

— Fazer uma campanha de esclarecimento nas escolas e no seio da juventude, sobre as consequências do liberalismo

sexual e os problemas que envolvem a gravidez ou mesmo o casamento prematuro.

A O. M. M. deve ter sempre em conta que o nosso combate é contra a corrupção sexual, não contra a gravidez em si, pois como diz o Camarada Presidente:

> «Quando camaradas solteiras ficam grávidas consideramos isso escandaloso, quando na realidade não é a gravidez, simples consequência biológica, que é escandalosa. O verdadeiro escândalo é não termos sabido educar essas camaradas, não lhes termos feito assumir o verdadeiro sentido do amor e como a própria relação sexual se integra dentro do amor e dentro da vida». (Fazer da Escola uma Base para o Povo Tomar o Poder).

Para a formação das novas mentalidades nas novas gerações de mulheres é importante que se estabeleça a diferença entre o comportamento corrupto e a simples irresponsabilidade ou ignorância que conduzem à gravidez.

Considerações finais

Muitos dos problemas sociais analisados neste documento são consequências da mentalidade velha, dos valores sociais nascidos das relações de exploração, tanto da sociedade feudal como da colonial-capitalista.

Eles tendem a acabar com a materialização da Linha Política da FRELIMO, no que diz respeito à emancipação da mulher. Assim, a mulher integrada na produção, construtora da base material e ideológica do socialismo, permitirá o estabelecimento de novas relações sociais, onde ela não será mais vítima de preconceitos retrógrados e reaccionários e onde as novas gerações poderão crescer livres da miséria material e moral.

A LUTA CONTINUA!

Maputo, 17 de Novembro de 1976.

COMUNICADO FINAL

No momento em que se constrói o poder operário camponês, no momento em que se edifica a base material e ideológica para a construção do Socialismo, reuniu-se em Maputo, capital da República Popular de Moçambique, de 10 a 17 de Novembro de 1976, a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana.

Nela participaram cerca de 170 delegadas vindas de todas as províncias do País, pertencendo a todas as camadas sociais e a todos os sectores de actividades, nomeadamente aldeias comunais, cooperativas, fábricas, Destacamento Feminino, serviços públicos e empresas. Também estava representada a mulher organizada nos locais de residência.

A sessão de abertura que teve lugar no dia 10, foi presidida pelo Camarada Samora Moisés Machel, Presidente da FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, e contou com a presença do Camarada Vice-Presidente da FRELIMO, membros do Comité Central e Executivo da FRELIMO, membros do Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique e membros do Estado-Maior-General das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Na referida sessão, o Camarada Presidente da FRELIMO proferiu um importante discurso, uma análise profunda do trabalho realizado pela Organização da Mulher Moçambicana desde a sua criação, e no

qual traçou orientações de base para a II Conferência e para o programa de acção da Organização da Mulher Moçambicana na fase actual.

A II Conferência, por unanimidade, adoptou a intervenção do Presidente da FRELIMO como o seu documento de base.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique e a juventude da FRELIMO dirigiram mensagens de saudações e apoio à II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, que foram lidas durante a primeira sessão.

Igualmente as delegações, em nome das suas províncias, saudaram a II Conferência.

Foi lido a seguir o relatório da Comissão Coordenadora Nacional resultado de um estudo e análise da situação a nível nacional da Organização da Mulher Moçambicana.

O relatório foi aprovado pela II Conferência e igualmente adoptado como documento de base.

Todas as sessões foram presididas por um membro do Comité Central da FRELIMO.

A agenda de trabalhos da Conferência consistiu na leitura e discussão dos relatórios das diversas delegações provinciais, após o que foram constituídas comissões de estudo que incluiram todas as participantes e que se debruçaram sobre os seguintes assuntos:

— Estatutos e Programa;
— Problemas sociais:

— no campo;
— na cidade;
— gerais.

Os trabalhos da Conferência, quer em Plenário quer nas várias comissões, decorreram num ambiente de franca camaradagem, espírito de crítica e autocrítica, entusiasmo e participação activa por parte das delegadas.

A II Conferência aprovou as resoluções das Comissões de Trabalho sobre Estatutos e Programa, e Problemas Sociais.

A II Conferência revestiu-se de grande importância e significado pois que, analisando a situação da Organização da Mulher Moçambicana desde a sua criação até à fase actual, pôde detectar as causas da ineficácia da Organização, e dentro da estratégia definida pela FRELIMO, para a integração da mulher no processo revolucionário, foi capaz de encontrar métodos correctos para a sua implementação.

Constatou-se que, de 1964 a 1966, altura em que o Comité Central da FRELIMO decidiu a criação do Destacamento Feminino, já a Mulher Moçambicana participava nas tarefas de apoio à Luta Armada como transporte de material, produção, saúde, segurança, etc.

A criação do Destacamento Feminino integrando a mulher na tarefa principal — a Luta Armada — permite-lhe demonstrar na prática a sua capacidade de assumir e desenvolver todo o tipo de tarefas.

O Destacamento Feminino permitiu acelerar o processo de tomada de consciência das outras mulheres, na medida em que combatendo os valores negativos da sociedade tradicional, transmitia na prática novos valores.

O Destacamento Feminino teve pois um papel fundamental no combate pela transformação da sociedade, ao participar activamente na batalha ideológica e de classe contra as concepções e práticas decadentes tradicionais e burguesas.

Correspondendo ao desenvolvimento do processo revolucionário e à tomada de consciência crescente das mulheres, o Comité Central em Dezembro de 1972 decide criar a Organização da Mulher Moçambicana que irá mobilizar, organizar e unir todas as mulheres.

Verificou-se que a I Conferência da Organização da Mulher Moçambicana realizada em Março de 1973, traçou orientações e definiu tarefas concretas para a mulher, que, no entanto, não foram postas em prática igualmente em todas as províncias.

Constatou-se que, se por um lado as dificuldades na implementação das decisões da I Conferência foram devidas a vários condicionalismos ligados às características específicas de cada Província, por outro lado, e sobretudo, este fracasso deveu-se à falta de iniciativa e ao isolamento em que se encontrava a Direcção máxima da Organização da Mulher Moçambicana.

No entanto, se bem que as estruturas da Organização da Mulher Moçambicana não tenham sido devidamente implementadas senão em Cabo Delgado, o Destacamento Feminino foi capaz de superar a passividade e inoperatividade da Organização da Mulher Moçambicana e realizar um trabalho positivo junto da Mulher Moçambicana.

II

Com a vitória do Povo Moçambicano contra o colonialismo português, que culminou com a instalação do Governo da FRELIMO estendem-se a todo o País as conquistas do Poder Popular Democrático, já instaladas nas Zonas Libertadas. Neste processo os grupos dinamizadores desempenham um papel essencial.

A tarefa de mobilização da mulher organiza-se nos locais de residência e trabalho através das secções da Organização da Mulher Moçambicana nos grupos dinamizadores.

A Conferência constatou que, durante o período do Governo de Transição da FRELIMO, a mulher aderiu e participou entusiástica e activamente em reuniões de esclarecimento sobre a Linha Política da FRELIMO, em cursos de Alfabetização e outras tarefas de carácter prático.

As mulheres moçambicanas enquadradas na Organização da Mulher Moçambicana começaram a participar pela primeira vez na vida política do País e a procurar a solução dos seus próprios problemas.

Porém, a falta de conhecimentos claros dos objectivos da Organização da Mulher Moçambicana, a falta de estudo político e científico profundos, conduziram a actividade da mulher assim motivada a duas situações:

1.ª Desvio à linha traçada pela FRELIMO sobre a emancipação da mulher, com o seu engajamento apenas em tarefas de apoio, que perpetuavam a sua condição de elemento secundário na sociedade.

2.ª Desmobilização da mulher que não sente os seus problemas mais profundos solucionados através da participação na Organização da Mulher Moçambicana.

Esta situação deveu-se ao facto de as Estruturas da Organização da Mulher Moçambicana, a diversos níveis, terem sido tomadas de assalto por elementos nacionalistas sem clareza ideológica ambiciosos e oportunistas, em resumo: a pequena burguesia nacional. Estes elementos, valendo-se do seu domínio nas zonas urbanas, pretendiam ser capazes de dar resposta aos problemas da zona. Eles conseguiram ainda absorver ou neutralizar alguns quadros veteranos da luta, graças à dominação ideológica e cultural da burguesia nas zonas urbanas.

Apesar da palavra de ordem lançada no Seminário de Mocuba de Fevereiro de 1975, para a purificação de fileiras, esta não se verifica no seio da Organização da Mulher Moçambicana.

Assim, a situação mantém-se sem grande alteração após a independência.

O tipo de tarefas com que a Organização da Mulher Moçambicana mobiliza as mulheres, se bem que por vezes se ligam a palavras de ordem emanadas da FRELIMO — combate ao lobolo, a poligamia, a superstição, a prostituição, à marginalidade, à especulação — são executadas mecanicamente, não são politicamente aprofundadas, não contribuindo por isso para a elevação do nível político e ideológico da mulher.

A nível das cidades e dos locais de residência, a situação agrava-se pela introdução de valores da sociedade colonial e burguesa através das tarefas de tipo caritativo, da culinária e da costura, que fornecem à Mulher Moçambicana de origem camponesa um padrão de «promoção» pequeno-burguês.

Transformava-se assim a Organização da Mulher Moçambicana numa organização do tipo Associações de Beneficência das senhoras da burguesia colonial.

Apesar destes fracassos, verificou-se que a Organização da Mulher Moçambicana teve aspectos positivos na sua actuação junto das mulheres.

A Organização da Mulher Moçambicana abriu novos horizontes à mulher, deu-lhe perspectivas de participação na vida social a nível do seu Bairro, integrou-a, mesmo que deficientemente, na realidade nacional.

A desvirtuação dos objectivos e tarefas da Organização da Mulher Moçambicana, consequência da falta de análise profunda que permitisse uma redefinição de tarefas concretas na fase actual, deveu-se essencialmente à inoperatividade da Direcção da Organização da Mulher Moçambicana.

Não se verificou a valorização da experiência adquirida durante a Luta de Libertação Nacional que provou que a emancipação da mulher passa necessariamente pela sua integração na tarefa principal.

III

Definida a tarefa principal para esta fase, como sendo a criação da base material e ideológica para a construção do socialismo, a II Conferência definiu a sua táctica para o novo combate e concluiu que a prioridade deve ser dada à integração da mulher na prática do trabalho produtivo.

No entanto o combate já iniciado na fase da Luta Armada para a destruição das ideias velhas que entravam a emancipação da mulher, que a inibem de participar plenamente, ao lado do homem, na construção da sociedade nova, tem de prosseguir.

Este combate é contra a mentalidade retrógrada e anticientífica nascida da sociedade tradicional-feudal: a poligamia, o lobolo, os casamentos prematuros e forçados e todo o peso das tradições que relegam a mulher para o papel de serva do homem.

Por outro lado é o combate contra a despersonalização e alienação da mulher, introduzidas pelo colonial-capitalismo, que relegam a mulher para um plano secundário. A prostituição, sob formas mais ou menos camufladas, a falta de responsabilidade no trabalho, como actividade social, a sujeição aos valores da sociedade do consumo, são manifestações desta despersonalização e alienação.

Este combate a dois níveis é indispensável para criar as condições ideológicas que permitam a mulher participar em base de igualdade com o homem, na tarefa principal — a luta de classes, a luta pela produção e a luta científica. Impõe-se desenvolver ainda o combate para que a mulher assuma e participe na forma principal da tarefa principal.

O programa de acção da Organização da Mulher Moçambicana no seio das mulheres deve pois visar:

1.º Que a mulher assuma a ideia de que a sua emancipação passa pela sua integração na produção — base material da construção da sociedade socialista.

2.º Que a mulher se engaje nas tarefas de organização dessa produção e de toda a vida social, forjando as relações sociais que caracterizarão a sociedade nova.

Nesta perspectiva e tomando em consideração a experiência colhida através dos erros e vitórias do passado, a II Conferência da O. M. M. decidiu elaborar Estatutos, e definir um programa a fim de que a Organização se torne num braço eficaz da FRELIMO, no enquadramento da mulher nas tarefas revolucionárias e na luta pela Emancipação da Mulher.

As novas Estruturas terão de ser representativas da classe operária e camponesa, as classes revolucionárias capazes de assegurar a construção da sociedade socialista.

A II Conferência considera ainda que os resultados por ela alcançados constituem um elemento importante para o sucesso do III Congresso pelo trabalho organizativo a que ela conduzirá no seio da mulher.

A II Conferência saúda a mulher operária, a mulher camponesa organizada em cooperativas, a mulher soldado, a mulher engajada activamente na luta de classes, em Moçambique e no Mundo inteiro.

Saúda, particularmente, as mulheres dos Países Socialistas e as mulheres que na África do Sul, na Namíbia e no Zimbabwe, lutam pela Independência Nacional; as mulheres que na Palestina, no Sara Ocidental, em Timor-Leste e no Chile, edificam a Independência e a democracia no meio das privações e do sofrimento, lutam contra o expansionismo e o fascismo, pela conquista dos direitos dos seus Povos; a Conferência saúda ainda as irmãs de Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe que connosco edificaram as nossas Pátrias hoje livres da exploração e da opressão coloniais.

Une-nos o combate pela nossa libertação, com o qual contribuimos para a libertação da Humanidade.

A II Conferência da O. M. M. afirma a sua determinação em materializar a palavra de ordem da FRELIMO:

«Engajar a Mulher na tarefa principal — a edificação da base material e ideológica para a construção da Sociedade Socialista.»

Viva a FRELIMO!
Viva o Comité Central da FRELIMO!
Viva o Camarada Presidente Samora Moisés Machel!
Viva a Organização da Mulher Moçambicana!
Viva a Luta pela Emancipação da Mulher Moçambicana!
Viva a Solidariedade Internacional!
Viva a Justa Luta dos Povos Oprimidos!
Viva a Luta Justa do Povo do Zimbabwe!
Viva a II Conferência!
Viva a Revolução Moçambicana!
Viva a Revolução Socialista!
A Luta Continua!
Independência ou Morte, Venceremos!

Maputo, 17 de Novembro de 1976.

DISCURSO DO PRESIDENTE SAMORA MOISÉS MACHEL NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA II CONFERÊNCIA DA O. M. M.

Primeiro queremos saudar a Comissão Coordenadora pela iniciativa de convocar a Conferência em aplicação das directrizes da 8.ª Sessão do Comité Central da FRELIMO.

Saudamos esta iniciativa que permitiu um encontro que é o primeiro deste género na vida do Povo Moçambicano. Um encontro que reuniu mulheres de todo o nosso País, de todas as camadas sociais, de todos os grupos étnicos e rácicos. É o primeiro encontro do género desde que existe o Povo Moçambicano.

Nós consideramos esta Conferência o início da luta que vai permitir à Mulher Moçambicana engajar-se no combate pela sua emancipação.

Estão aqui reunidas mulheres vindas das zonas urbanas e das zonas rurais, de zonas remotas do nosso País. Estão aqui mulheres que nunca se sentaram a uma mesa para discutir a sua condição de oprimidas.

Mesmo mulheres que habitualmente se reúnem em volta de uma mesa, nunca tiveram uma oportunidade como esta de discutir a sua condição, analisá-la de uma maneira profunda, trocar experiências e definir o inimigo real, o inimigo que oprime a sociedade, que deve ser destruído. Por isso saudamos de novo a Comissão Coordenadora pela

iniciativa de convocar esta Conferência, cumprindo desta maneira a palavra de ordem da reunião do Comité Central da FRELIMO que teve lugar em Fevereiro de 1976.

Em segundo lugar, saudamos a forma dinâmica, o interesse e o entusiasmo das participantes, a coragem com que foram expostos os problemas e o cuidado com que foram analisados. Saudamos portanto todas estas participantes e através delas toda a Mulher Moçambicana, do Rovuma ao Maputo.

Consideramos que esta reunião é um marco histórico, que permitirá o desenvolvimento impetuoso das capacidades da Mulher Moçambicana. Não somente de que participou à II Conferência, como também daquela que através das participantes terá ocasião de escutar os problemas fundamentais que levaram a FRELIMO, o Comité Central, a criar a Organização da Mulher Moçambicana.

A unidade política e a disciplina são as nossas armas de combate

A Conferência estudou, analisou a situação e criou os Estatutos e Programa da O. M. M. As estruturas aqui propostas são os nossos instrumentos de combate e constituem o ponto de partida. As mulheres que tiveram a oportunidade de participar nesta Conferência devem assumir o papel de dinamizadoras do Programa.

São estes instrumentos que vão permitir a definição correcta do inimigo, da tarefa principal e as prioridades das nossas tarefas; com elas seremos capazes de fixar as etapas e as metas. Sem elas trabalharemos de uma maneira improvisada, e a improvisação não nos leva longe, não nos leva a nada.

Para aplicarem de uma maneira correcta e consciente as decisões que aqui foram tomadas, é exigida a disciplina. Mas, antes de tudo, é exigida a unidade no vosso seio. Unidade para poderem definir objectivos comuns. Unidade para poderem lutar por objectivos claros. Unidade para poderem reconhecer que pertencem à mesma classe. Unidade para poderem definir o vosso inimigo permanente — a exploração do homem pelo homem. Quando essa unidade é alcançada é preciso consolidá-la através da política. Portanto diremos: unidade, política e disciplina são estas as nossas armas fundamentais que nos permitem

enfrentar o momento actual. São estes instrumentos que nos permitem associar a nossa luta à luta das outras mulheres dos outros continentes, à luta dos outros povos.

Sem a Unidade não teremos a plataforma comum e continuarão a existir os valores tribais, os valores regionais, os valores locais, os valores étnicos, os valores raciais que são os inimigos essenciais que impedem o avanço da mulher.

Dissemos aqui abaixo os ritos de iniciação, abaixo o lobolo, abaixo a prostituição, abaixo a poligamia. Estão conscientes e aptas a desencadear o combate? É uma tarefa que cabe essencialmente à mulher, que sai desta Conferência munida dos instrumentos, das armas necessárias e dos métodos correctos para combater o inimigo.

É por isso que dizemos que esta Conferência é um marco histórico que permite distribuir a cada uma das participantes responsabilidade individual. Através dos debates aqui travados criou-se o espírito de responsabilidade colectivo e todas compreenderam o valor da crítica e da autocrítica como nossos instrumentos.

A mulher não deve continuar a ser o matope em volta da bota

A Conferência foi positiva porque analisou a condição da mulher da zona rural e da zona urbana, a situação das mulheres de diferentes camadas sociais e os obstáculos essenciais que impedem o seu avanço. Esses obstáculos transformam a nossa mulher em matope, matope em volta da bota. Quando o matope envolve as botas não somos capazes de marchar e somos obrigados a descalçar as botas.

A vossa Conferência discutiu quais são os maiores obstáculos, os complexos de superioridade e de inferioridade, o tribalismo e o racismo. Quando dizemos «morte ao tribalismo e ao racismo», nós consideramo-los como comandantes-chefes das forças reaccionárias.

Penso que debateram esta questão aqui. Foi ou não foi? Estou certo que através dos debates que aqui travaram descobriram as qualidades de umas e de outras, a iniciativa criadora que há muitos anos estava reprimida. A partir dessa Conferência devíamos preparar caixões para o tribalismo e o racismo, porque o Povo Moçambicano está aqui todo representado e as responsáveis das gerações, de todos nós, estão aqui.

São vocês, mulheres. Queremos sair daqui conscientes, revigoradas, para desfechar um combate duro contra o tribalismo e o racismo, instrumentos dos ambiciosos e oportunistas.

Engajar a mulher nas actividades principais da produção

Estamos certos que ao longo dos vossos debates descobriram também que a opressão da mulher nunca constituiu uma preocupação das estruturas dirigentes da sociedade, na medida em que essas estruturas serviam o processo de exploração e opressão. Ao longo dos séculos foram criadas estruturas que permitiram a discriminação total da mulher, a sua marginalização, a sua dupla exploração. Estas estruturas permitiram a opressão, a obediência cega e a passividade da mulher.

A superstição e a feitiçaria são alimentadas pelas mulheres, sobretudo as mulheres velhas, é ou não é? Quando se descreve uma feiticeira dá-se sempre a imagem de uma velha, com dois dentes salientes, dentes que atacam a população, atacam os vizinhos. Nunca encontramos os homens nem as jovens como feiticeiros; são sempre as velhas, é ou não é?

Quando falamos do socialismo científico, isto significa ter confiança nas suas próprias forças, confiança no desenvolvimento da mentalidade do homem; acreditar firmemente que o homem é o criador da sociedade e o seu transformador. Nós somos criadores de tudo e criamo-nos a nós próprios.

O agente acelerador da nossa transformação é o trabalho e é por isso que definimos a tarefa principal da mulher, na fase actual, como sendo a participação na actividade principal — a Produção.

Se a mulher não se libertar daquelas tradições, não se libertará. Podemos gritar, mas ela não sairá da palhota porque Deus, o Senhor Deus, ainda não desceu para lhe dizer o que deve fazer. Há muitas formas de superstição — formas sofisticadas, aperfeiçoadas. Alguns utilizam a superstição em vez da ciência; outros utilizam o tribalismo (a nossa tribo nunca fez isto, nunca fez aquilo; é contra a nossa tribo a atitude tal; não é contra a sociedade, é contra a nossa tribo).

Frente da luta de classes

As estruturas da sociedade feudal e colonial reforçaram a condição de explorada e humilhada que é a mulher. A mulher ainda não descobriu que é um agente transformador, uma força motora. Tudo se transformará quando a mulher se engajar efectivamente na tarefa principal que permite acelerar o processo de transformação. Mas nesse processo evitemos o ultra-esquerdismo, porque muitas podem sair da Conferência considerando que a própria Conferência é em si mesma a vitória, quando o combate ainda não se iniciou. O combate passa por processos organizados.

Esta reunião permitiu a definição da vossa táctica e estratégia do combate para a libertação da mulher. Na sua essência a estratégia conduz à integração da mulher na tarefa principal de nova sociedade, que é a edificação da base material e ideológica do socialismo. É neste processo que a mulher conquista a sua emancipação.

A Conferência definiu a passagem ao combate e as frentes em que este se deve desenrolar: a frente de luta de classes.

Falámos de burguesia: a burguesia colonial já se foi embora. Quando falamos de burguesia interna temos que estar conscientes de que ela também se organiza, cria-se a ela própria, não desce do céu. Temos que saber como ela se manifesta e quais são os seus objectivos para podermos impedir o seu desenvolvimento. Diz-se no documento final que as estruturas nas zonas urbanas foram assaltadas pela burguesia. Quando nós somos assaltados pelos piolhos, tiramos a roupa e metemo-la na panela com água a ferver, ouviram?

A vocação da burguesia é uma vocação capitalista, exploradora. Por isso a nossa tarefa essencial é travar um combate sem tréguas, para desmantelar o esquema e destruir essa vocação capitalista. Por isso dizemos que a nossa frente de combate é a frente de luta de classes, a frente de produção, a frente de luta pela aquisição do conhecimento científico, liquidando a superstição. É a frente da luta ideológica, da luta cultural contra os valores negativos da sociedade tradicional.

A sociedade feudal, a sociedade colonial-capitalista, são os nossos inimigos actuais.

A II Conferência foi também um sucesso porque permitiu a participação de quadros veteranos, quadros forjados e temperados na

Luta de Libertação Nacional, na Luta Armada que foi a sua forma principal. Estes quadros veteranos souberam travar o combate contra os velhos e os novos exploradores, impedindo o seu aparecimento nas zonas libertadas. É por isso que dizemos que as nossas conquistas, as conquistas das zonas libertadas, devem ser os objectivos deste novo combate.

O combate nas zonas libertadas foi um combate ideológico, cultural, político e essencialmente um combate armado.

A II Conferência foi também um sucesso porque permitiu a participação de quadros engajados nas fábricas, aldeias comunais e cooperativas; quadros engajados na frente de educação, de saúde e de outros ramos.

É a luta nestas frentes que permite o desenvolvimento do nosso cérebro, a liquidação da mentalidade dependente, mentalidade escrava do capitalismo e da superstição.

A Conferência não é a vitória em si, é preciso iniciar o combate

Para o sucesso da Conferência contribuiu a sua composição, porque as delegadas foram capazes de trazer os problemas que afectam toda a nossa Sociedade, particularmente a Mulher Moçambicana. Agora importa assumir a linha política da FRELIMO sobre a emancipação da mulher. A nossa luta enquadra-se na luta geral de todas as mulheres do Mundo. As Nações Unidas proclamaram o ano de 1975 o ano da mulher, e nós podemos entender este período até 1976, que é o Ano da Mulher de Moçambique.

Alguns quadros ao regressar terão a tendência de desprezar as experiências das que não estiveram na Conferência. Mas a Conferência não é um baptismo. A Conferência não é como quando estamos na Sacristia confessamos os nossos pecados, comungamos e já podemos ir directamente para o céu.

O facto de terem sido capazes de travar um debate ideológico, um abalo às estruturas não significa que já ganharam o combate. É preciso constantemente travar um combate interno e termos consciências que a sede do nosso inimigo permanente são as nossas consciências, o seu prédio são as nossas cabeças. Por isso o inimigo deverá ser procurado e encontrado também dentro de nós. Isso vai-nos

permitir travar um combate incessante, embora difícil, mas um combate necessário.

Vivemos porque sempre temos as nossas armas apontadas para o nosso inimigo permanente

Combater o quê? Combater os erros e aprender dos erros. Cometeremos alguns erros, mas é necessário sabermos tirar lições desses erros, pois só assim seremos capazes de fortalecer a nossa organização, consolidar a nossa compreensão, aprofundar o nosso estudo, compreender a nossa condição de exploradas, humilhadas e despersonalizadas. Mas para isso repetimos: é preciso liquidar o tribalismo que mantém os hábitos reaccionários, os valores decadentes e corruptos; é preciso liquidar também o racismo, que nos impede de assumir a dimensão internacionalista da nossa luta.

O racismo e o tribalismo são gémeos, são os instrumentos dos reaccionários, dos oportunistas e dos ambiciosos políticos.

É necessário assumir a definição do inimigo, definir em cada etapa quem é o nosso inimigo e como combatê-lo. Saber dar prioridade ao trabalho organizativo — tudo deve ser organizado, tudo deve ser planificado, tudo deve ser programado. Cada uma das participantes sairá desta Conferência inspirada, organizada, com a bandeira que nos chame permanentemente para o combate e a saber que vivemos porque combatemos. Vivemos porque sempre temos as nossas armas, os canos das nossas armas apontados para o nosso inimigo permanente. É preciso que saibam transmitir o espírito e os resultados da Conferência para que a base assuma, consolide e amplie as conquistas da Conferência.

Organizar a base para ampliar as nossas conquistas

A nossa vitória, o segredo da nossa vitória, está na organização da base. Só estamos seguros quando os nossos pés estão na terra, assentes sobre a terra. Por isso, a nossa vitória só será vitória sólida quando soubermos organizar a base, quando soubermos fazer com que a base assuma, consolide e amplie as nossas conquistas. Então diremos que temos sucessos.

Mais uma vez queremos saudar as participantes pelos sucessos que atingiram. Muitas mulheres moçambicanas gostariam de ter participado convosco. Muitas delas não puderam, foram assassinadas pelo colonialismo. Muitas delas foram encarceradas, muitas delas foram deportadas, vendidas como animais, muitas ofereceram as suas preciosas vidas para que a nossa luta triunfasse. Portanto, a Conferência significa o triunfo da nossa luta, a vitória do Povo Moçambicano sobre o colonialismo.

Na fase actual da nossa luta só triunfaremos se houver voluntários que desprezam de novo a vida, porque o combate que vão travar ao sair daqui é um combate já subtil. O inimigo está a adoptar manobras pérfidas, e à medida que se vai sentindo atacado, vai-se tornando cada vez mais cruel. Por isso dizemos, a nossa luta continua. Continua contra os nossos inimigos que ainda existem. O nosso combate continua para a criação da sociedade socialista, sociedade livre de exploração do homem pelo homem. A nossa luta continua para consolidarmos a solidariedade internacionalista com outros povos, particularmente com os países progressistas de África, particularmente com os países socialistas que já criaram a zona libertada da humanidade. Nós também queremos fazer da nossa zona, zona libertada da Humanidade.

Só quando estivermos conscientes desta necessidade de nos libertarmos a nós próprios é que saberemos marchar de mãos dadas com outros povos oprimidos, outros povos explorados. E saberemos sempre qual é o nosso lugar no mundo, qual vai ser a nossa tarefa no mundo, qual vai ser a nossa contribuição para a revolução mundial. Quando nós escolhemos um processo revolucionário, estamos conscientes da sociedade que nós queremos criar. Por isso queremos dizer que façam deste combate, deste vosso combate, combate de todas as mulheres do mundo. Mulheres nos países fascistas que lutam pela liberdade, mulheres nos países capitalistas que são exploradas, humilhadas.

E em nome do Comité Central da FRELIMO, em nome de todos os combatentes, em nome de todos os militantes, em nome do Povo do Rovuma ao Maputo, consideramos a II Conferência da mulher encerrada em 17 de Novembro de 1976.

COMUNICADO DO COMITÉ POLÍTICO-MILITAR

De 10 a 17 de Novembro de 1976 reuniu-se na cidade do Maputo, capital da República Popular de Moçambique, a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana. Nela participaram cerca de 170 delegadas vindas de todas as províncias do País, pertencendo a todas as camadas sociais e aos mais diversos sectores de actividades, nomeadamente às Aldeias Comunais, Cooperativas, Fábricas, Destacamento Feminino, Serviços Públicos e Empresas. Nela esteve também representada a mulher organizada nos locais de residência.

A II Conferência da O. M. M. tem um significado histórico particular na medida em que foi nessa Conferência que, pela primeira vez na nossa Pátria Independente, representantes da Mulher Moçambicana do Rovuma ao Maputo se reuniram para em conjunto estudarem, discutirem e encontrarem soluções positivas para os seus problemas comuns.

Outro factor que confere grande importância à II Conferência da O. M. M. é o contexto político em que a Conferência se reuniu. Com efeito, a II Conferência da O. M. M. teve lugar numa altura em que, em toda a África Austral e em particular no nosso País, se intensifica a luta de classes, numa altura em que se agudizam as contradições antagónicas que opõem o Povo Moçambicano e os povos irmãos da África Austral às forças retrógradas do imperialismo internacional, inimigo permanente de todos os povos.

O Comité Político-Militar da FRELIMO, tendo analisado em detalhe todo o processo da II Conferência da O. M. M., constatou que a II Conferência foi um grande sucesso. Por isso o Comité Político-Militar felicita a II Conferência pelos resultados obtidos, saúda particularmente a Comissão Coordenadora da O. M. M. pela maneira como soube assumir e executar a tarefa que lhe fora confiada pela Direcção da FRELIMO de preparar, organizar e conduzir a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana.

O Comité Político-Militar salienta como contribuições fundamentais para o êxito da II Conferência da O. M. M.:

1.° O método seguido na preparação da II Conferência

O lançamento de estruturas preparatórias da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana a todos os níveis, desde a Nação até ao Círculo e Célula, e a posterior realização de Seminários da O. M. M. ao nível distrital e provincial, criaram condições para que, de forma organizada e colectiva, todas as mulheres moçambicanas pudessem livremente apresentar e estudar os seus problemas. Por todo o País tiveram lugar inúmeras reuniões onde as mulheres analisaram a sua situação.

Foi este processo, amplamente democrático e popular, que permitiu sintetizar as experiências e aprender até ao pormenor os diversos aspectos que caracterizam a situação actual da Mulher Moçambicana. A II Conferência da O. M. M. surgiu assim como o ponto mais alto de um amplo processo de mobilização da Mulher Moçambicana do Rovuma ao Maputo.

2.° O critério de escolha das delegadas à Conferência

A participação efectiva nos trabalhos da Conferência de um grande número de mulheres trabalhadoras, engajadas no processo de transformação da sociedade e da natureza, e a participação de quadros veteranos do Destacamento Feminino, operárias e camponesas temperadas na dura luta armada de Libertação Nacional, imprimiu à Conferência um vincado cunho de classe e contribuiu decisivamente para que os problemas fossem analisados e estudados segundo uma perspectiva popular e revolucionária.

O critério correcto de escolha das delegadas, dando prioridade à mulher operária, à mulher camponesa e à mulher soldado, permitiu a afirmação clara na Conferência do Poder Operário-Camponês.

3.º Análise correcta da situação da Mulher Moçambicana e das actividades da O. M. M. desde a I Conferência

A II Conferência da O. M. M. procedeu a um estudo minucioso da situação da mulher desde a I Conferência, tanto na sociedade rural como na urbana. Essa análise permitiu constatar que, se bem que haja a registar alguns sucessos na Frente da Emancipação da Mulher, no período que seguiu à I Conferência, a O. M. M. não conseguiu assumir a essência das suas tarefas. Constatou-se também que essa incapacidade da O. M. M. resultou fundamentalmente da FALTA DE INICIATIVA E DA INOPERATIVIDADE da Direcção máxima da O. M. M. A II Conferência da O. M. M. salientou que os factores que mais contribuiram para a progressiva desmobilização das mulheres a partir da I Conferência foram:

a) A incapacidade da Direcção da O. M. M. em estabelecer estruturas a todos os níveis, privando assim as mulheres do instrumento essencial para a sua luta;

b) A incapacidade da Direcção em decidir um programa de acção concreto para a Organização, em especial após os Acordos de Lusaka;

c) A incapacidade da Direcção em integrar os quadros do Destacamento Feminino, privando assim a O. M. M. da rica experiência e da contribuição activa desses quadros.

4.º Definição correcta do inimigo e da contradição principal

A I Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, reunida em Março de 1973, tinha definido que o obstáculo fundamental à emancipação da mulher eram os sistemas tradicional-feudal e colonial-capitalista, que impunham sobre a mulher uma dupla opressão e exploração.

A II Conferência da O. M. M., retomando essa análise e considerando as condições actuais do nosso País, constatou não ter havido mudança substancial no que se refere à situação da mulher como ser explorado e oprimido.

Aprofundando a análise, a II Conferência da O. M. M. concluiu que, na fase actual e apesar da derrota do colonialismo português, o inimigo principal da emancipação da mulher continua a ser os sistemas de exploração e opressão tradicional-feudal e colonial-capitalista, os quais, embora abalados, não estão ainda destruídos.

5.º Definição correcta da estratégia e da táctica

A etapa actual da nossa luta, a que chamamos a DEMOCRACIA POPULAR, constitui um passo para a construção da sociedade socialista. Por isso dizemos que o objectivo estratégico da fase presente do nosso processo é a *edificação da base material e ideológica para a construção da sociedade socialista.*

A táctica adequada, ou seja, a tarefa principal para atingirmos o objectivo estratégico, compreende três aspectos fundamentais: a luta pela produção, a luta de classes e a luta pela aquisição de conhecimentos científicos.

A II Conferência da O. M. M. soube assumir que a estratégia do combate pela emancipação da mulher se insere na estratégia global da emancipação das classes trabalhadoras, isto é, que *a libertação da mulher só é possível e efectiva na sociedade socialista.*

Neste contexto a II Conferência definiu que *o factor decisivo da emancipação da mulher é o seu engajamento na tarefa principal* visando a edificação do socialismo, ou seja, o seu engajamento na luta pelo aumento da produção, na luta de classes e na luta pelo aumento dos conhecimentos científicos.

6.º Os Estatutos e Programa da O. M. M.

A II Conferência da O. M. M. aprovou os novos Estatutos e Programa da Organização e definiu um Programa de Actividades a desenvolver a curto e médio prazos em todo o País.

O Comité Político-Militar considera que um dos resultados mais positivos da II Conferência da O. M. M. foi a definição das novas estruturas da Organização e das tarefas concretas que se deparam à Mulher Moçambicana na fase actual da nossa Revolução.

Ao definir tão claramente as novas estruturas e as acções a desenvolver, a II Conferência demonstrou ter assumido o princípio correcto de que *só a mulher organizada, esclarecida sobre os objectivos da sua luta e com um plano de acção concreto está em condições de se engajar conscientemente na tarefa principal.*

7.° O sentido internacionalista da Conferência

A luta da Mulher Moçambicana enquadra-se no quadro mais geral da luta de todas as mulheres do mundo contra a exploração, a opressão e a humilhação imperialistas e por uma verdadeira emancipação económica, política e social.

A II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana soube assumir o significado profundo do carácter internacionalista da luta da Mulher Moçambicana, soube consagrar nos seus Estatutos e Programa a relação dialéctica que existe entre a luta da Mulher Moçambicana e a luta da mulher em todo o mundo.

Por isso a II Conferência constituiu uma verdadeira jornada de educação da mulher moçambicana no espírito internacionalista.

8.° O reconhecimento da FRELIMO como força dirigente do Estado e da Sociedade

O reconhecimento incondicional da FRELIMO como força dirigente do Estado e da Sociedade, repetidamente expresso nos debates e nos documentos da II Conferência, traduz a firme determinação da O. M. M. em inserir a sua acção no quadro das orientações e actividades da FRELIMO.

Este facto dá uma dimensão maior à O. M. M., que assim aparece como um braço poderoso do Partido, para levar a cabo a luta de classes e eliminar definitivamente a exploração no nosso País.

O Comité Político-Militar da FRELIMO considera que a correcta implementação das decisões da II Conferência da O. M. M., criando condições para um maior engajamento da mulher na tarefa principal, permitirá um avanço impetuoso da luta pela emancipação da mulher.

O Comité Político-Militar felicita calorosamente, por intermédio da II Conferência da O. M. M., todas as mulheres moçambicanas pelos sucessos obtidos.

O Comité Político-Militar salienta que a II Conferência da O. M. M. constitui uma contribuição importante para o êxito do III Congresso da FRELIMO.

A LUTA CONTINUA!

O Comité Político-Militar da FRELIMO.

Maputo, 1 de Dezembro de 1976.

DOCUMENTO FINAL DA I CONFERÊNCIA DA O. M. M.

A I Conferência da Mulher Moçambicana, que adoptou a palavra de ordem do Presidente da FRELIMO: «A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu futuro», foi realizada há três anos. Ela constitui um acontecimento de grande importância no quadro da revolução nacional, para o combate pela libertação do Povo Moçambicano e pela emancipação da mulher em particular.

Pelo seu particular significado, hoje que se inicia a II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, reproduzimos a seguir o texto do comunicado final da primeira reunião nacional da mulher:

«A situação da mulher como ser explorado e oprimido não é um fenómeno limitado a Moçambique. Na maior parte dos países, através de todos os continentes, em graus diversos a mulher está privada dos seus direitos mais fundamentais, impedida de participar na vida política, circunscrita às tarefas da procriação e cuidado do lar, submetida a uma autoridade tirânica.

Mas é nos países como o nosso, onde concepções tradicionais sobre a submissão da mulher e as concepções colonialistas se combinaram ou justapuseram, que esta opressão e exploração atingem graus mais extremos.

Em Moçambique toma forma e consolida-se uma verdadeira revolução popular. Como resultado da luta armada de libertação nacional desencadeada pelo povo sob a direcção da FRELIMO, vastas áreas cobrindo cerca de um quarto do país estão libertadas, tendo avançado para uma nova Província — Manica e Sofala. Nas regiões libertadas, em Cabo Delgado, Niassa e Tete, uma nova vida está a ser construída, inspirada por uma ideologia que coloca os interesses das massas populares acima de quaisquer outros, que recusa qualquer forma de opressão e de exploração, de um indivíduo ou grupo ou classe ou sexo sobre outro, e que visa o estabelecimento de relações humanas sãs e harmoniosas.

No quadro desta revolução, o combate pela libertação da mulher ocupa um lugar especial. Foi neste contexto que se realizou, de 4 a 16 de Março de 1973, a I Conferência da Mulher Moçambicana.

Participaram na Conferência mais de 80 delegadas engajadas em todos os sectores de actividade, nas províncias em luta e nos campos da FRELIMO no exterior, com predominância de elementos do Destacamento Feminino.

A agenda inclui: 1) Relatórios das actividades; 2) Análise e caracterização da situação actual; 3) Estudo do processo de integração da Mulher Moçambicana no processo da revolução, com atenção particular aos seguintes pontos: obstáculos à integração e caracterização das contradições; definição dos alvos, formulação da estratégia; tarefas da Organização da Mulher Moçambicana e seu lugar na estrutura da FRELIMO.

A Conferência teve a presidi-la o Presidente da FRELIMO, Camarada Samora Machel, que, no discurso de abertura, situou a Conferência no seu contexto histórico-político, analisou os fundamentos da alienação da mulher, e apresentou a linha a seguir para um resultado vitorioso da luta pela emancipação da mulher. Este discurso do Presidente da FRELIMO foi adoptado pela Conferência como documento base.

Ao analisar os relatórios das camaradas engajadas na acção armada, nas escolas, nos hospitais, infantários, etc., a Conferência constatou que as mulheres moçambicanas, organizadas no Destacamento

Feminino, realizaram o seu trabalho de maneira correcta, com um alto nível de consciência política e um elevado grau de eficiência.

Entre as tarefas levadas a cabo pelo Destacamento Feminino foram o combate, mobilização, organização e defesa das populações; transporte de material; produção; recrutamento; segurança; cuidado dos infantários; trabalho clandestino, etc.

A Conferência verificou, porém, a existência de um elemento psicológico presente na maior parte das camaradas, e que lhes dificulta a realização das suas tarefas: o complexo de inferioridade.

Aprofundando a análise, a Conferência localizou as lesões e complexos no sistema de educação tradicional, conjugado com o regime colonial.

Com efeito, verificou-se que, ao longo da sua vida, em certas fases do seu crescimento, as raparigas são submetidas àquilo a que se chamam «ritos de iniciação» que embora variando na forma consoante as regiões, têm todos em comum o facto de visarem inculcar nas jovens um espírito de submissão em relação ao homem, e ensinar-lhes que o seu lugar na sociedade é de segundo plano.

Na cerimónia da adolescência, designadamente, às raparigas é dito que o seu papel a partir desse momento é o de produzirem filhos e cuidarem do marido e da casa, sendo-lhes interdita qualquer outra tarefa.

Estes ritos de iniciação, cercados de uma aura de mistério e solenidade religiosa, têm um efeito psicológico muito forte, e determinam uma aceitação cega por parte das jovens, dos ensinamentos que recebem, traumatizando-as para o resto das suas vidas.

A Conferência constatou também que estes ritos de iniciação são apenas uma das manifestações da concepção dominante no sistema tradicional sobre a posição inferior da mulher na sociedade.

Outras manifestações desta ideia são por exemplo o lobolo, que coloca a mulher na posição de objecto de compra e venda, e a caracteriza aos olhos do comprador — marido — como simples instrumento de prazer e reprodução; a poligamia; e os casamentos forçados e prematuros.

Estes últimos forçam ao casamento crianças cuja idade muitas vezes não ultrapassa os 10 anos. Além de reflectirem uma concepção

reaccionária, estas práticas constituem um sério obstáculo à integração da mulher na luta de libertação em dois níveis: pela alienação a que condicionam a mulher; e por prenderem a mulher exclusivamente à vida doméstica ou à produção agrícola ao serviço do marido, roubando-lhe qualquer perspectiva de participação nas tarefas políticas, culturais e sociais.

O sistema colonial veio piorar esta situação. Ele próprio inspirado também pela ideia da mulher como «o segundo sexo», submete a Mulher Moçambicana a uma dupla opressão e exploração: uma, de carácter geral, que abrange indistintamente homens e mulheres, e que se manifesta no trabalho forçado, culturas forçadas, prisões arbitrárias, discriminação racial, etc.

Outra de carácter específico, dirigida só à mulher. Separando-a do marido pelo trabalho forçado, privando-a dos meios de sustento do lar e dos filhos, o colonialismo criou deste modo condições para forçar a mulher a recorrer à venda do seu corpo, a prostituir-se, para poder sobreviver.

A mulher avilta-se, degrada-se, é submetida à forma extrema de humilhação pelos colonialistas que fazem dela, além de força de trabalho e máquina reprodutora, também um instrumento de prazer. Depois de caracterizar assim a situação da mulher do nosso País, a Conferência passou ao estudo da estratégia de combate a seguir para restituir à mulher o lugar que de direito lhe cabe na nova sociedade que revolucionariamente estamos a construir. Num primeiro momento a Conferência situou exactamente os dois pólos da contradição.

A Conferência declarou que a contradição fundamental existe entre a Mulher Moçambicana e o sistema de opressão e exploração vigente no nosso País, que exclui a mulher da tomada de decisões concernentes à vida da sociedade, mesmo aquelas que lhe dizem directamente respeito.

A Conferência chamou a atenção das delegadas para o perigo de desvirtuamento na definição dos alvos, exemplificando com a posição dos chamados «movimentos de libertação de mulheres» que proliferam hoje nos países capitalistas. Esses movimentos dirigem o seu combate contra o homem, a ele apontam como alvo, acusando-o do estado de opressão e exploração em que elas se encontram.

A Conferência fez notar que os homens trabalhadores são eles próprios também explorados e oprimidos nessas sociedades, juntamente com as mulheres, e que as eventuais concepções reaccionárias deles face às mulheres lhe foram ministradas pelo sistema sob o qual vivem. É contra o sistema que defunde esta mentalidade, isto é, contra os aspectos negativos da tradição e contra o colonialismo e imperialismo, que a Mulher Moçambicana deve dirigir as suas armas.

A Conferência constatou que o momento presente, em que se processa em Moçambique uma verdadeira revolução, é altamente favorável a este combate. A revolução estabelece como seu objectivo a destruição da ordem social antiga fundada no domínio de uma minoria, para sobre as suas ruínas estruturar uma sociedade nova, onde o poder pertence às massas trabalhadoras, aquelas que, precisamente, eram exploradas e oprimidas no sistema anterior — entre as quais figurava especificamente a mulher como tal.

A Conferência estudou também os meios a serem utilizados pela Mulher Moçambicana para a sua libertação. Considerando que a libertação da mulher não pode estar separada da do homem, e que o inimigo e os objectivos são comuns, a I Conferência da Mulher Moçambicana indicou como caminho único para a mulher a sua integração nas tarefas da luta, no processo revolucionário.

Deste modo ela está a contribuir directamente para a vitória da revolução, quer dizer, está a apressar o momento da sua libertação.

Igualmente, ao engajar-se na luta em todos os níveis, ela está a abrir novas perspectivas para o seu futuro, está a destruir pela prática a concepção que a relegava para um papel passivo e sem voz na sociedade. Está em suma a criar condições para a sua participação no poder, está a tomar nas suas mãos o seu destino.

Esta participação, por outro lado, não pode ser feita discricionariamente ou ao acaso: ela tem de incluir-se no quadro da FRELIMO, a organização política revolucionária que assume a totalidade dos interesses do povo explorado, capaz de dar à mulher uma orientação correcta e definir-lhe as tarefas.

A Conferência saudou a decisão do Comité Central reunido em Dezembro de 1972, de criar uma Organização da Mulher Moçam-

bicana. Esta organização tornava-se necessária, dado que a única estrutura existente ao nível das mulheres era o Destacamento Feminino. Verificava-se contudo que muitas mulheres realizavam tarefas fora do âmbito do Destacamento Feminino, não estando enquadradas numa estrutura que lhes fosse própria. Também muitas militantes potenciais que não reuniam condições para serem integradas no Destacamento Feminino eram conservadas à margem do processo revolucionário. A nova Organização agirá portanto como uma frente larga, que tendo como núcleo e elemento impulsionador o Destacamento Feminino, irá mobilizar, organizar e unir mulheres novas e velhas, casadas e solteiras, em todos os lugares onde elas se encontrarem — das povoações às escolas e bases e campos no exterior.

A Organização da Mulher Moçambicana é parte da estrutura global da FRELIMO, na qual aparece como um braço para atingir um novo sector, o sector feminino, cuja participação completa e adequada tem até aqui sido negligenciada.

A Conferência saudou ainda o Comité Central por ter declarado o dia 7 de Abril, data do falecimento da Camarada Josina Machel, responsável do Destacamento Feminino, chefe da Secção dos Assuntos Sociais e da Secção da Mulher no Departamento de Relações Exteriores, como Dia da Mulher Moçambicana. A Conferência manifestou o seu apoio absoluto a esta decisão, tendo todas as delegações, nas suas intervenções, salientado o exemplo de espírito militante e revolucionário da Camarada Josina Machel.

A Conferência situou por último a luta da Mulher Moçambicana no seu contexto internacional. As delegadas celebraram o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, que passou durante a realização da Conferência. No seu discurso, o Camarada Presidente da FRELIMO declarou que a coincidência do dia 8 de Março, dia em que toda a humanidade progressiva reafirma solenemente o seu apoio à luta da mulher pela sua libertação, com a realização da Conferência, «é uma coincidência feliz e deve ser um estímulo para nós, pois nos chama a atenção para o facto de a nossa luta não estar isolada, nos mostra que o combate da mulher é um combate da humanidade e nos faz sentir os progressos realizados».

A Conferência saudou a luta das irmãs e combatentes de Angola, Guiné e Cabo Verde, que, sob a direcção do MPLA e do PAIGC, há mais de 10 anos, como nós lutam de armas na mão contra o inimigo comum: o colonialismo português e o imperialismo.

Uma homenagem comovida foi prestada ao nosso companheiro de armas, Camarada Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, recentemente caído no campo de batalha. A Conferência condenou veementemente o colonialismo português por mais este crime bárbaro e brutal, e reafirmou o seu apoio total ao PAIGC e a sua confiança completa na vitória do povo unido da Guiné e Cabo Verde. A Conferência endereçou uma saudação particular à África combatente que, ao nosso lado, compartilha também dos esforços e do sacrifício da guerra, movida pelo ideal da libertação total do nosso continente, com menção particular à Tanzânia, à Zâmbia, à República da Guiné e ao Congo.

A luta dos povos da África do Sul, do Zimbabwe e da Namíbia pela sua libertação foi caracterizada como sendo uma contribuição directa e valiosa para o triunfo da nossa luta.

A Quarta Frente de luta aberta em Portugal pelos patriotas antifascistas e anticolonialistas portugueses, no seio mesmo das forças inimigas, foi calorosamente saudada pela Conferência como um passo importante no sentido da consolidação dos laços de amizade e solidariedade entre o Povo Moçambicano e o Povo Português.

A Conferência exprimiu a sua satisfação pela grande vitória alcançada pelos povos da Indochina, particularmente do Vietnam, sobre os Estados Unidos da América, chefe de fila do imperialismo internacional. A vitória dos nossos irmãos indochineses, salientou a Conferência, constitui uma fonte de inspiração para o nosso Povo.

A Conferência felicitou as mulheres e os povos dos países socialistas, pelos sucessos alcançados na construção duma sociedade nova e pela maneira exemplar como assumem o seu dever internacionalista.

O combate das mulheres e dos homens nos países capitalistas e em todos os continentes contra o colonialismo, o racismo, o imperialismo, a exploração do homem e a discriminação da mulher, foi considerado pela Conferência como uma contribuição concreta à causa do Povo Moçambicano em geral e da mulher em particular.

Na sessão de encerramento as delegações tiraram as conclusões da Conferência. Elas foram unânimes em constatar o alto espírito revolucionário da Conferência, o carácter franco, aberto e construtivo das discussões. Todas as delegações se felicitaram pelo muito que puderam aprender com a Conferência.

A intervenção do Camarada Samora Machel, Presidente da FRELIMO, na sessão de encerramento, permitiu a Conferência sintetizar correctamente o espírito e o conteúdo da I Conferência da Mulher Moçambicana.

Este foi um momento decisivo e histórico na nossa Revolução e na vida da mulher. Uma aurora de esperança surge para o nosso Povo.

A I Conferência da Mulher Moçambicana ao terminar os seus trabalhos fez sua a palavra de ordem do Presidente da FRELIMO: «A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo».

ÍNDICE

	Páginas
Discurso do Presidente Samora Machel no acto de abertura	7
Relatório da Comissão Coordenadora Nacional	29
Estatutos e Programa da O. M. M.	65
Programa de actividades da O. M. M.	77
Resoluções sobre problemas sociais na zona rural	89
Resoluções sobre problemas sociais na cidade	101
Resoluções sobre problemas gerais	113
Comunicado final	127
Discurso do Presidente Samora Moisés Machel na sessão de encerramento	135
Comunicado do Comité Político-Militar	143
Documento final da I Conferência da O. M. M.	149

DEPARTAMENTO DE TRABALHO IDEOLOGICO DA FRELIMO